

Angola — Quinta Avaliação no âmbito do Acordo Stand-By, Pedido de Dispensa da Aplicabilidade de Critérios de Desempenho e Pedido de Modificação de Critérios de Desempenho — Relatório do Corpo Técnico, Suplemento, Comunicado de Imprensa sobre a Discussão no Conselho de Administração e Declaração do Director Executivo para Angola

No contexto da **Quinta Avaliação no âmbito do Acordo Stand-By, Pedido de Dispensa da Aplicabilidade de Critérios de Desempenho e Pedido de Modificação de Critérios de Desempenho** relativamente a **Angola**, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- Relatório do corpo técnico sobre a **Quinta Avaliação no âmbito do Acordo Stand-By, Pedido de Dispensa da Aplicabilidade de Critérios de Desempenho e Pedido de Modificação de Critérios de Desempenho**, elaborado por uma equipa de técnicos do FMI após as discussões encerradas em 8 de Junho de 2011 com as autoridades angolanas sobre a evolução da economia e as políticas económicas. Com base nas informações disponíveis à altura dessas discussões, o relatório do corpo técnico foi concluído em 26 de Outubro de 2011. As opiniões expressas no relatório são as da equipa de técnicos e não reflectem necessariamente as opiniões do Conselho de Administração do FMI.
- Suplemento ao relatório - Anexo Informativo
- Comunicado de Imprensa
- Declaração do Administrador do FMI para Angola

Os documentos relacionados abaixo foram publicados separadamente:

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades angolanas*
Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades angolanas*
Memorando Técnico de Entendimento*

*Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund □ Publication Services
700 19th Street, N.W. □ Washington, D.C. 20431
Telephone: +1 202 623-7430 □ Telefax: +1 202 623-7201
E-mail: publications@imf.org □ Internet: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

**Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.**

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

ANGOLA

Quinta Avaliação no âmbito do Acordo Stand-By Pedido de Dispensas da Aplicabilidade de Critérios de Desempenho e Pedido de Modificação de Critérios de Desempenho¹

Elaborado pelo Departamento de África
(Em consulta com outros departamentos)

Aprovado por Seán Nolan e Dhaneshwar Ghura

26 de Setembro de 2011

Sumário Executivo

Contexto:

- Em Novembro de 2009, foi aprovado um Acordo Stand-By (SBA) com Angola com duração de 27 meses e no montante de DSE 858,9 milhões (300 por cento da quota). As discussões sobre a quinta avaliação no âmbito do SBA realizaram-se em Luanda, no período de 25 de Maio a 8 de Junho e nas semanas subsequentes. A execução do programa tem sido bastante satisfatória. Foram cumpridos todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas para a data de teste de Março de 2011, com uma única excepção, e todas as metas indicativas para a data de teste de Junho de 2011. A operação de regularização de atrasados foi concluída com algum atraso por causa da demora no processo de verificação dos créditos. O corpo técnico recomenda que seja concluída a quinta avaliação do SBA.
- O programa das autoridades está a produzir bons resultados na restauração da estabilidade macroeconómica: a posição orçamental continuou a ser fortalecida, as reservas internacionais estão a ser reconstituídas e o governo conseguiu reduzir o stock considerável de pagamentos internos em atraso. Um ponto fulcral do ajustamento foi a forte contenção orçamental verificada em 2009 e 2010, que reduziu quase para metade o rácio entre o défice primário não petrolífero e o PIB não petrolífero. Problemas na produção petrolífera limitaram as receitas extraordinárias que se poderia obter com a alta dos preços do produto em 2011. O objectivo do programa daqui para diante será retomar a despesa de investimento público e começar a suprir as enormes necessidades em termos de desenvolvimento; aumentar a previsibilidade das transferências de receitas petrolíferas e aperfeiçoar a gestão de tesouraria; continuar a estimular o crescimento das reservas estrangeiras e baixar a inflação para um dígito.

Compromissos de política relativos à quinta avaliação:

- Executar o orçamento suplementar de 2011, o qual será financiado com cerca da metade da receita petrolífera extraordinária projectada para 2011, com vistas a financiar os gastos prioritários em infra-estruturas e outras necessidades de desenvolvimento social.
- O foco da política monetária será o controlo da inflação e a melhoria do funcionamento dos leilões de divisas.
- Continuar a avançar na realização das principais reformas fiscais, inclusivamente com o desenvolvimento de uma estratégia de médio prazo para a gestão da dívida e o reforço da capacidade de avaliar e monitorizar os projectos. Fazer avançar a já iniciada completa reformulação do sistema tributário.
- Aperfeiçoar a gestão financeira pública através de melhorias na monitorização das transferências de receitas petrolíferas e da reconciliação entre os dados orçamentais e os dados da Sonangol e prosseguir nos esforços para eliminar as incompatibilidades nos dados fiscais publicados.
- Continuar a publicar regularmente relatórios de execução orçamental e relatórios de auditoria externa independente da empresa estatal de petróleo, de forma a estimular a transparência e a prestação de contas.

¹ Uma equipa de técnicos formada pelos Srs. Mecagni (chefe) e Rosa (ambos do AFR), Sra. Richmond (FAD), Sr. Op de Beke (SPR) e Sr. Staines (Representante Residente) esteve em Luanda no período de 25 de Maio a 8 de Junho de 2011. A Sra. Yackovlev (AFR) participou da missão a partir da sede do FMI. A equipa manteve discussões com a Ministra do Planeamento, o Ministro das Finanças, o Ministro da Economia, o Governador do Banco Central e outras altas autoridades, bem como agentes do mercado financeiro e do sector privado e membros das comunidades académica e diplomática.

Sumário	Página
I. Contexto.....	3
II. Evolução Recente e Perspectivas.....	3
III. Discussões de Políticas.....	6
A. Evitar a Recorrência de Atrasados Internos.....	6
B. O Cenário Fiscal e a Utilização de Parte das Receitas Extraordinárias do Petróleo Projectadas para 2011.....	7
C. Gestão e Seguimento dos Fluxos do Sector Petrolífero para o Orçamento.....	9
D. Questões Monetárias e do Sector Financeiro.....	12
E. A Agenda de Reformas Estruturais.....	14
IV. Monitoria e Concepção do Programa.....	15
V. Avaliação do Corpo Técnico.....	16
 Tabelas	
1. Principais Indicadores Económicos, 2008–12.....	24
2a. Operações Orçamentais do Governo Central, 2008–12.....	25
2b. Operações Orçamentais do Governo Central, 2008–12.....	26
2c. Operações Orçamentais do Governo Central, 2008–12.....	27
3. Contas Monetárias, 2008–12.....	28
4. Balança de Pagamentos, 2008–12.....	29
5. Cenário de Médio Prazo Ilustrativo, 2009–16.....	30
6. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2009–12.....	31
7. Indicadores da Solidez do Sistema Bancário, 2003–11.....	32
8. Indicadores da Capacidade de Pagamento ao Fundo, 2009–16.....	33
9. Avaliações e Desembolsos no âmbito do Acordo Stand-By de 27 meses.....	34
10. Critérios de Desempenho Quantitativos (CD) e Metas Indicativas (MI), 2011.....	35
11. Medidas de Reforma Estrutural no âmbito do Acordo Stand-By.....	36
 Figuras	
1. Desempenho entre os Pares, 2006–11.....	19
2. Desenvolvimentos Económicos Recentes, 2008–11.....	20
3. Critérios de Desempenho Quantitativos do Programa do FMI, 2010–11.....	21
4. Evolução do Sector Externo, 2008–11.....	22
5. Evolução dos Sectores Monetário e Financeiro, 2008–11.....	23
 Caixas	
1. Inventário das Operações de Regularização de Atrasados.....	4
2. Esclarecimentos sobre o Saldo Residual Inexplicado no Orçamento.....	10
3. Transacções da Sonangol com o Orçamento.....	11

I. CONTEXTO

1. **A queda abrupta dos preços do petróleo no final de 2008 provocou uma grave crise em Angola, à qual as autoridades responderam com um ambicioso programa de ajustamento, apoiado por um Acordo Stand-By (SBA)** (Relatório do FMI N.º. 09/320). Os principais elementos do programa foram o forte ajustamento fiscal, a adopção de uma política monetária mais restritiva e a reforma do sistema de leilões de divisas. Estas políticas foram apoiadas pelo intenso acompanhamento dos bancos comerciais para salvaguardar a estabilidade financeira, por medidas de reforço da gestão das finanças públicas (GFP) e por esforços para melhorar a transparência fiscal e a prestação de contas das principais empresas públicas. O défice primário não petrolífero (DPNP) caiu drasticamente em 2009 e novamente em 2010 (um recuo acumulado de 29,5 pontos percentuais do PIB não petrolífero); a taxa de câmbio foi estabilizada e as reservas gradualmente recompostas.

Tabela 1 do Texto. Angola: Principais Indicadores Económicos, 2008-11

	2008	2009	2010	2011
			Est.	Proj.
PIB real não petrolífero (variação percentual)	15,0	8,1	7,6	7,7
IPC (variação percentual, fim do período)	13,2	14,0	15,3	13,9
Saldo fiscal (percentagem do PIB)	8,9	-4,9	6,8	8,5
Saldo fiscal primário não petr. (% do PIB não petrolífero)	-70,8	-48,5	-41,3	-42,6
Reservas internacionais líquidas (em milhões de USD)	17.499	12.621	17.327	21.363
Cobertura das importações pelas reservas brutas ¹	5,1	3,6	4,9	5,3

¹ Reservas internacionais brutas em meses de importações de bens e serviços no próximo ano.

II. EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS

2. **O crescimento económico em 2010 e no primeiro semestre de 2011 foi forte, apesar de muito abaixo dos níveis anteriores à crise.** As principais condicionantes foram a produção de petróleo abaixo do esperado e a desaceleração no fluxo de créditos e na actividade dos sectores afectados pelos atrasos nos pagamentos do governo (Figuras 1 e 2).

- *Em 2010 o crescimento do PIB foi de cerca de 3,5 cento, reflexo da queda de 3 por cento na produção de petróleo (devido a problemas de extracção) e 7,5 para o sector não petrolífero. Os efeitos dos atrasos nos pagamento do governo foram sentidos na construção civil, onde muitos projectos foram interrompidos. Em 2011, prevê-se que o crescimento se mantenha a estes níveis.*
- *Ainda que com alguma demora, as autoridades concluíram a regularização dos atrasados de 2008-09, um objectivo crucial no âmbito do SBA (Caixa 1).*

Caixa 1. Inventário das Operações de Regularização de Atrasados

O stock de atrasados confirmados de 2008–09 era de USD 7,5 mil milhões. Estes atrasados referem-se a gastos realizados em conformidade com as regras em matéria de contratos públicos.

- Deste valor, USD 5,7 mil milhões são relativos ao Programa de Investimento Público (PIP) e foram habilitados mediante uma auditoria de verificação concluída no fim de Fevereiro de 2011. Foi contratada uma firma internacional de auditoria para garantir uma avaliação independente. O resultado foi uma revisão para baixo das primeiras estimativas das autoridades (apresentadas na quarta avaliação), que tinham quantificado os atrasados do PIP em USD 6,8 mil milhões, após a exclusão de cobranças em duplicado.
- O valor adicional de cerca de USD 1,8 mil milhões em atraso é relativo a empréstimos bancários de curto prazo confirmados pelo governo. Estes empréstimos foram usados como financiamento do governo central e de empresas públicas com garantia governamental.

Angola: Operações de Liquidação de Atrasados, 2008-09

(Mil milhões de USD)

	Valor	Notas
Stock total de atrasados confirmados, Fev. de 2011	7,50	
<i>Do qual:</i> Atrasados do Progr. de Invest. Público (PIP)	5,70	
Empréstimos bancários a curto prazo	1,80	
Operações de liquidação de atrasados do PIP	-5,70	
Pagamentos à vista de atrasados do PIP (Set–Out 2010)	-3,00	Equivalente em moeda nacional
Pagamentos à vista de atrasados do PIP (Abr–Jul 2011)	-0,72	Equivalente em moeda nacional
Títulos para liquidar atrasados do PIP (Ago. de 2011)	-1,98	Instrumentos de curto prazo amortizados em prestações mensais, Set. 2011–Mai. 2012
Operações de liq. atrasados empr. banc. curto prazo	-1,80	
Pagamento à vista dívida à banca (Dez 2010)	-0,66	Equivalente em moeda nacional
Títulos para liquidar dívida à banca (Dez 2010)	-1,14	Obrig. de 3-5 anos, variação cambial, cupão de 7%

Fonte: Autoridades angolanas e corpo técnico do FMI.

Liquidação de atrasados do PIP: Entre Setembro e Outubro de 2010 as autoridades efectuaram um pagamento inicial de USD 3 mil milhões (a maioria em moeda nacional), sobretudo a pequenos e médios credores. Com a conclusão da auditoria de verificação, foi feito um pagamento à vista de USD 720 milhões (em moeda nacional) até ao fim de Julho de 2011, deixando em aberto um saldo de atrasados de USD 1,98 mil milhões nessa data. Este saldo é detido por vários grandes fornecedores nacionais com os quais o governo tinha assinado acordos de regularização até 26 de Agosto de 2011. Credores com cobranças abaixo de USD 12 milhões receberam integralmente à vista. Acima deste valor, os créditos foram liquidados parte à vista e parte em prestações, cujas condições dependem do tamanho do crédito: i) a liquidação da parte em prestações para créditos abaixo de USD 50 milhões será feita em 6 prestações mensais iguais até ao final de Setembro de 2011; ii) para créditos acima desse valor, será feita em 9 prestações mensais iguais a partir do final de Setembro de 2011.

Liquidação de dívidas bancárias de curto prazo: Em Dezembro de 2010 as autoridades pagaram USD 660 milhões à vista. Para liquidar os restantes créditos, no valor total de USD 1,14 mil milhões, as autoridades emitiram instrumentos com prazo de 3 a 5 anos, ligados à variação cambial e com cupão de 7 por cento.

Foram identificados atrasados adicionais de 2008-09, no valor de USD 378 milhões, após a emissão do relatório de verificação em Fevereiro de 2011 e referentes a contractos de compras incorrectamente processados ou sem dotação orçamental adequada. Apesar de não estarem oficialmente habilitados para pagamento segundo as condições originais da estratégia de liquidação de atrasados, em Agosto de 2011 o governo decidiu liquidar estes atrasados de acordo com os critérios descritos acima. A partir do final de Setembro de 2011, os credores devem receber os pagamentos totais ou parciais à vista, no total de USD 54 milhões; até ao final de Outubro serão fechados acordos com os restantes três credores para pagamento em 9 prestações iguais. Para além disso, reforçou-se o processo de compras públicas: em Junho de 2010 as autoridades editaram uma nova lei que exige documentação adequada dos fornecedores do governo.

- *O orçamento de 2010 registou um excedente de cerca de 7 por cento do PIB, ajudado pela alta dos preços do petróleo e uma redução significativa do DPNP (cerca de 7 pontos percentuais do PIB não petrolífero em 2010). A execução orçamental até ao final de Junho de 2011 mantém-se prudente. As despesas de investimento abaixo do previsto, devido a uma mobilização mais lenta de projectos, foram parcialmente compensadas por despesas correntes mais elevadas, com o aumento da despesa social. O DPNP mantém-se marginalmente abaixo da meta indicativa programada.*
- *A política monetária continuou apertada na maior parte de 2010, o que contribuiu para a estabilização da taxa de câmbio kwanza-dólar. As taxas oficiais continuaram elevadas na maior parte de 2010 (Figura 5). A base monetária cresceu mais que a taxa projectada (cerca de 19,6 por cento em relação a 2009), mas o problema dos atrasados pode ter reduzido a intermediação financeira. Em consequência, M2 expandiu-se cerca de 13 por cento, consideravelmente menos que em 2009 (63 por cento) e que no programa de 2010 (23 por cento). A partir do segundo semestre de 2010, as autoridades passaram a adoptar uma orientação monetária mais neutra. Em especial, duas decisões políticas contribuíram para condições de relativa flexibilização monetária. A primeira foi a redução da taxa de desconto de 25 para 20 por cento. A segunda foi a redução da reserva obrigatória aplicável a passivos em moeda nacional, de 25 para 20 por cento. Dados preliminares indicam que até ao final de Junho de 2011, M2 tinha crescido cerca de 28 por cento no ano.*
- *A inflação começou a desacelerar gradualmente para cerca de 13,5 por cento em Agosto de 2011. O carácter inercial da inflação em Angola é produto de políticas monetárias de acomodação, factores estruturais (sobretudo estrangulamentos na logística de transporte e pouca concorrência nos mercados de produtos), para além do impacto da redução dos subsídios aos combustíveis em Setembro de 2010.²*
- *As pressões cambiais diminuíram, permitindo uma forte redução nas taxas de juros dos títulos do banco central (a taxa dos TBCs a 91 dias caiu de 10 por cento no final de 2010 para apenas 5,45 por cento no final de Julho).*
- *A posição externa foi mais robusta que o esperado, o que reflecte sobretudo a redução das importações, com o abrandamento na actividade de sectores dependentes de produtos importados, e as exportações de petróleo ligeiramente acima do previsto devido à alta dos preços do produto. As pressões cambiais diminuíram, o que permitiu a redução das taxas de juros dos títulos do banco central. As reservas externas continuaram a aumentar a um ritmo mais alto que o previsto até ao final de Julho, reforçadas pela subida dos preços do petróleo e o reembolso, pela Sonangol, das receitas fiscais devidas ao governo. As reservas internacionais líquidas chegaram aos USD 22,6 mil milhões no final de Julho, equivalente a 5,1 meses de importações.*

² O preço da gasolina (gasóleo) na bomba foi ajustado de Kz 40 (29) para Kz 60 (40) por litro, um aumento de 50 por cento (40 por cento).

3. **A implementação do programa foi bastante positiva, e as autoridades cumpriram todos os critérios de desempenho quantitativos e todas as metas indicativas para a data de teste do final de Março de 2011, com uma única excepção; também cumpriram todas as metas indicativas para o final de Junho de 2011** (Figura 3 e Tabela 10). A prudência na execução do orçamento contribuiu consideravelmente para este desempenho, ao conter as necessidades de financiamento e importação e apoiar a acumulação de reservas externas. O stock residual de contas a pagar continuava abaixo do limite máximo em Março de 2011. O ímpeto das reformas estruturais mantém-se, com o cumprimento de 9 dos 12 indicadores de referência (Tabela 11 e Anexo I, Tabela 2).

4. **A perspectiva para 2011-12 é relativamente favorável.**

- *O crescimento deve acelerar, porque os investimentos contínuos no sector petrolífero são a garantia de que a produção será mantida nos níveis actuais (1,7 milhões de barris por dia) em 2011 e voltará a subir em 2012. Também está previsto o início das exportações de gás natural liquefeito (GNL) no começo de 2012. Contudo, uma trajectória de crescimento mais inclusivo exigirá mais reformas e esforços para estimular a diversificação, sobretudo na agricultura.*
- *O ambiente externo é favorável, mas persistem riscos de contracção consideráveis. Apesar das projecções de preços elevados do petróleo em 2011-12 (cerca de USD 100 por barril), as perspectivas para a procura mundial são incertas, o que pode pressionar os preços para baixo.*

III. DISCUSSÕES DE POLÍTICAS

5. **As discussões de políticas para a quinta avaliação centraram-se:** a) em evitar a recorrência de atrasados internos; b) no enquadramento fiscal e na utilização de parte das receitas extraordinárias do petróleo projectadas para 2011; c) na gestão e no acompanhamento dos fluxos de sector petrolífero para o orçamento; d) na reconfiguração da acumulação de reservas em 2011 tendo em conta as projecções de receitas extraordinárias do petróleo; e e) na agenda de reformas estruturais.

A. Evitar a Recorrência de Atrasados Internos

6. **No final de 2010 verificou-se uma recorrência moderada de atrasados internos.** Contas a pagar na ordem de Kz 52 mil milhões não foram liquidadas no final de Março de 2011³, o prazo legal para regularizar pagamentos relativos ao orçamento do ano anterior, e passaram a constituir “atrasados” nos termos da lei angolana. Este valor está abaixo da

³ O saldo total das contas a pagar de 2010 inicialmente registadas no sistema contabilístico era de Kz 83,7 mil milhões. Depois de um exame exaustivo, concluiu-se que parte destes atrasados (cerca de Kz 32 mil milhões) referiam-se aos atrasados de 2008-09.

margem suplementar para o crédito interno líquido e o crédito líquido ao governo.⁴ As autoridades sustentam que estes novos atrasados são diferentes dos da crise de 2008-09 e que têm carácter técnico. Advêm de despesas com projectos liquidadas pelos bancos comerciais com linhas de crédito garantidas pelo governo, um conjunto de transacções que não são registadas de imediato no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE). Estes atrasados foram liquidados em Agosto de 2011, em cumprimento a uma medida prévia para a conclusão da quinta avaliação.⁵

7. **O corpo técnico instou as autoridades a introduzir um sistema de alerta antecipado para monitorizar a evolução das contas a pagar.** A missão sugeriu medidas específicas de melhoria do sistema de informação nesta área de modo a garantir que ordens de pagamento sejam liquidadas dentro dos prazos legais. As autoridades afirmaram que estão a proceder à execução de um plano de acção completo de melhoria da gestão das finanças públicas. O corpo técnico e as autoridades concordaram sobre a necessidade de fazer face ao risco de recorrência de atrasados e em fazer um balanço dos progressos deste plano de acção por altura da sexta avaliação (indicador de referência estrutural).

B. O Cenário Fiscal e a Utilização de Parte das Receitas Extraordinárias do Petróleo Projectadas para 2011

8. **O corpo técnico considerou positiva a forte contenção da despesa pública.** Em comparação a 2009, o saldo primário não petrolífero de 2010, uma meta indicativa essencial do programa, melhorou 7 pontos percentuais do PIB não petrolífero. A contenção de despesas com projectos manteve-se até ao final de Junho de 2011, o que reflecte tanto as tendências de gastos sazonais como as medidas tomadas pelo Ministério da Planificação e o Ministério das Finanças (MF) para a melhoria do controlo de gastos e da qualidade do investimento. Após um início lento no primeiro trimestre, a despesa corrente aumentou acima da meta do programa no segundo trimestre de 2011, sobretudo para atender aos gastos mais elevados do sector social.

9. **As autoridades receiam que o aperto da política fiscal possa estar a afectar a economia.** A despesa real em investimentos caiu quase 25 por cento em 2010, numa economia seriamente afectada por estrangulamentos na infra-estrutura. As autoridades adoptaram um orçamento suplementar para começar a reverter esta compressão insustentável do investimento público, utilizado parte das receitas extraordinárias da alta do preço do petróleo em 2011.

⁴ Estes CD foram cumpridos com uma margem de Kz 241 mil milhões e Kz 111 mil milhões, respectivamente.

⁵ O plano de amortização, acordado com os credores, é o seguinte: Kz 23,4 mil milhões em pagamentos foram emitidos directamente pelo Ministério das Finanças em Agosto de 2011 e os restantes Kz 28,1 mil milhões serão pagos até Setembro de 2011 directamente pelas unidades orçamentais devedoras dos ministérios no âmbito das afectações do plano de tesouraria de Agosto.

- O orçamento suplementar permite um aumento moderado da despesa (na ordem dos Kz 185 mil milhões, ou cerca de 1,75 por cento do PIB), em que quase um terço dos gastos adicionais são destinados à área social e o restante a infra-estruturas de base com projecto pronto. Também preserva espaço para garantir o pagamento integral do stock de atrasados de 2010 (Kz 52 mil milhões ou 0,5 por cento do PIB) no prazo acordado.
- A despesa adicional aumentará o défice primário não petrolífero em até 1,3 por cento do PIB não petrolífero em 2011 em relação a 2010.
- A despesa adicional será financiada por cerca de 55 por cento das receitas extraordinárias do petróleo projectadas para 2011 (conforme a definição do programa) e pela reafecção de recursos já orçados de projectos que dificilmente serão realizados em 2011.

10. O corpo técnico e as autoridades também discutiram um roteiro por etapas para reduzir a exposição de Angola à volatilidade das receitas do petróleo e assegurar mais estabilidade na implementação dos planos de investimento público.

- As autoridades estabeleceram uma Reserva Financeira Estratégica Petrolífera para Infra-estruturas de Base dentro da dotação orçamental para circunscrever os recursos necessários para pagar projectos já prontos de alta prioridade para construir infra-estruturas de base.⁶
- O corpo técnico incentivou as autoridades a adoptarem um cenário fiscal de médio prazo capaz de romper o ciclo de expansão e contracção da despesa de investimento. As autoridades confirmaram o seu interesse em considerar mecanismos de alisamento da despesa, talvez com a criação de um “fundo de estabilização”. Neste contexto, o pacote de despesas de investimento poderia ser definido com base na tendência dos preços do petróleo, reservando-se a receita excedente do petróleo de épocas mais favoráveis para assegurar que o programa de investimento em infra-estruturas prossiga sem interrupções em tempos mais difíceis.
- Para o futuro, o corpo técnico também considera positiva a criação de um fundo soberano, com a transformação de parte das receitas de recursos não renováveis em activos financeiros. No entanto, dadas as imperiosas necessidades sociais e de infra-estruturas e a limitada capacidade de gestão de activos, esta opção talvez seja prematura.

⁶ Este fundo é financiado pela afectação do equivalente a 100.000 barris da produção diária de petróleo para projectos de infra-estrutura altamente prioritários (inicialmente com foco no abastecimento de água e geração de energia). As operações deste fundo estão integralmente reflectidas no orçamento. As autoridades estão cientes ao cuidado que se deve ter para que a afectação de recursos orçamentais não torne a gestão do orçamento excessivamente rígida.

11. **As autoridades comprometeram-se a analisar os factores que contribuem para o grande saldo residual de financiamento não bancário registado nos relatórios orçamentais** (Caixa 2). Este saldo residual não esclarecido evidencia grandes saídas cumulativas entre 2007 e 2010. Durante a missão, o corpo técnico e as autoridades exploraram vários factores que poderiam ajudar a explicar esta partida residual, nomeadamente: a) obrigações do tesouro emitidas para reparações de guerra; b) títulos do tesouro e empréstimos detidos fora do sector bancário; c) despesa extra-orçamental não registada; d) operações parafiscais da empresa petrolífera estatal; ou e) registo inexacto de contas a receber da petrolífera estatal. Estas discussões ajudaram a identificar USD 7,1 mil milhões em depósitos do governo no estrangeiro em contas de garantia relativas ao serviço da dívida externa. As diligências das autoridades continuam e será emitido um “relatório de reconciliação” dos dados orçamentais e das contas a receber da petrolífera estatal antes da sexta avaliação (indicador de referência estrutural). Em termos mais gerais, as autoridades concordaram que é preciso redobrar os esforços para uma contabilização completa das despesas parafiscais da Sonangol e outras entidades nos relatórios de execução orçamental, para que toda a despesa seja gradualmente incluída no orçamento.

C. Gestão e Seguimento dos Fluxos do Sector Petrolífero para o Orçamento

12. **Como as receitas petrolíferas constituem a maioria dos recursos orçamentais de Angola, a resolução dos problemas de gestão de caixa depende de melhorias no processo de transferência da receita do petróleo para o Tesouro.** As autoridades fiscais estão preocupadas com a imprevisibilidade das transferências de receitas da petrolífera estatal para o orçamento do governo central, um factor que em 2009 contribuiu para a crise de liquidez.⁷ Com efeito, o nível de depósitos do governo expresso em meses de despesa interna caiu drasticamente em 2009, quando as transferências da Sonangol se atrasaram e se tornaram mais esporádicas. Para além disso, existe o problema da coerência entre as demonstrações financeiras da Sonangol e os dados orçamentais no que respeita às contas a pagar e a receber relacionadas às receitas petrolíferas. Estas incoerências têm sido reduzidas com o trabalho das autoridades sobre as revisões das contas orçamentais.⁸

⁷ Foi-nos explicado que a Sonangol realizou operações parafiscais prioritárias, inclusivamente um grande projecto habitacional, uma situação que passou a ser melhor regulada com a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em meados de 2010.

⁸ As declarações de impostos (e as respectivas estatísticas de receitas petrolíferas) também estão sujeitas a revisões regulares, no âmbito da auditoria fiscal anual empreendida pela administração fiscal. As petrolíferas (inclusivamente a Sonangol) têm de entregar declarações de impostos mensais e pagar o valor devido do mês anterior, para além de emitir uma declaração anual final até 31 de Maio do ano seguinte. Com base nesses dados, o governo emite um relatório de auditoria anual por empresa e por bloco, o que pode motivar maiores revisões dos lançamentos de impostos nos anos em que há variações nos preços do petróleo.

Box 2. Caixa 2. Esclarecimentos sobre o Saldo Residual Inexplicado no Orçamento

No ano passado, novos acordos interinstitucionais permitiram ao Ministério das Finanças (MF) lançar as bases para a monitoria aprimorada de todas as fontes e usos de fundos relacionados aos recursos petrolíferos. Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2010, a Sonangol fornece regularmente ao MF documentação sobre as suas operações parafiscais, e presentemente o MF é responsável pela gestão das contas de garantia alimentadas pela transferência regular de parte da receita do petróleo. Esta caixa relata as primeiras constatações viabilizadas por estas reformas.

Nos últimos anos, as contas orçamentais de Angola apresentaram um grande saldo residual financeiro, equivalente a cerca de USD 32 mil milhões (25 por cento do PIB) entre 2007 e 2010. Denominados “financiamento interno não bancário ou financiamento não monetário” em documentos anteriores do programa, estes fluxos formam um saldo residual após a compensação de todos os fluxos de financiamento externo identificados pelo MF e todos os fluxos de financiamento interno que puderam ser identificados nos dados monetários do Banco Nacional de Angola (BNA) contra o saldo global em regime de caixa. Pelo que se apurou nas discussões com as autoridades, um dos principais motivos seria a transferência de fundos para contas de garantia no estrangeiro em montantes acima do serviço da dívida a que se destinam tais contas.

Estas discussões continuam. É de supor que o resgate do montante (módico) de títulos do governo mantidos fora do sector bancário também poderia explicar parte do saldo residual de financiamento não monetário. A Unidade de Gestão da Dívida, criada em 2010 no MF, está a quantificar esta componente.

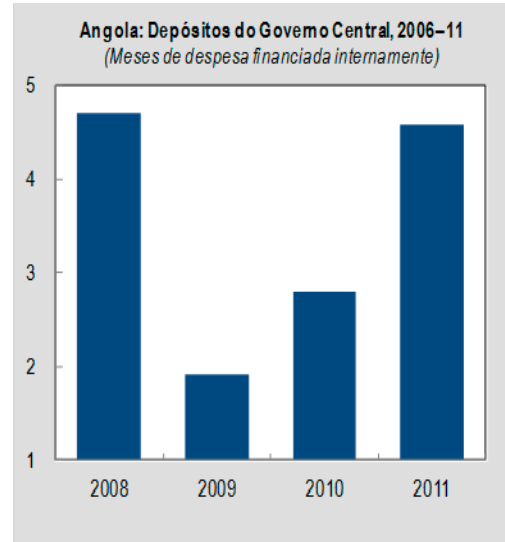
Angola: Financiamento do Governo
(Em mil milhões de kwanzas)

	2007	2008	2009	2010
Saldo global (regime de caixa)	658	908	-311	443
Financiamento	-658	-908	311	-443
Financiamento externo (líquido)	38	41	137	16
Desembolsos	125	195	226	154
Amortização	-90	-153	-88	-138
Outras contas a pagar	3	0	0	0
Financiamento interno (líquido)	-696	-949	174	-458
Financiamento bancário (a partir da síntese monetária)	-7	157	668	-327
Depósitos do Governo Central no BNA	-73	-476	625	-271
Depósitos à vista (bancos comerciais)	-61	20	-90	-48
Bilhetes do Tesouro	113	599	107	-28
Empréstimos	13	14	25	20
Saldo residual inexplicado ("financ. não monetário")	-689	-1106	-494	-132
Do qual: transf. para contas de garantia no estrangeiro	-202	-36	-317	-31
Do qual: a identificar	-486	-1070	-177	-101
<i>Por memória</i>				
A identificar (em USD mil milhões)	-6,5	-14,2	-2,0	-1,1

Fonte: Autoridades angolanas e corpo técnico do FMI.

Outra explicação que está a ser investigada pelas autoridades é que as contas a receber da Sonangol estão subestimadas. Já está em marcha um processo de reconciliação. Foi criado um grupo interinstitucional de alto nível (que incluiu o Ministério das Finanças, o Ministério do Petróleo, o Ministério da Planificação e a Sonangol) que, entre outras coisas, assegurará a reconciliação dos dados orçamentais e dos pagamentos regulares das contas a receber da Sonangol. Para além disso, as autoridades reconheceram que uma parte considerável do financiamento não monetário resultou, no passado, da falta de registo adequado das operações parafiscais realizadas pela Sonangol ou outras entidades fora do governo central. A partir no exercício de 2010, as autoridades estão a incluir as operações parafiscais relativas ao subsídio aos combustíveis, o fornecimento de combustíveis aos órgãos públicos, o serviço da dívida e outras despesas (sobretudo de investimento) nos mapas fiscais fornecidos ao FMI. Prossegue o trabalho para assegurar a cobertura completa de todas as operações parafiscais.

13. **As autoridades reconhecem a existência de fragilidades na estrutura de transferência das receitas do petróleo.** Elas apontam que, apesar de estar prevista a transferência da totalidade das receitas do petróleo para o Tesouro, os actuais acordos com a petrolífera estatal não especificam a ligação exacta entre a receita acumulada e a transferência para as contas do governo no banco central. Com consequência, o momento destas transferências pode ser afectado por decisões comerciais da Sonangol, uma situação que expõe as finanças públicas ao risco de liquidez (Caixa 3).



Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

Box 3. Caixa 3. Transacções da Sonangol com o Orçamento

A petrolífera estatal, Sonangol, combina três importantes papéis, sendo que cada um deles dá origem a um conjunto distinto de transacções financeiras com o orçamento.

- A Sonangol é uma petrolífera e, portanto, está sujeita a impostos como qualquer outra empresa. O núcleo dos seus activos é formado por participações nos blocos petrolíferos que lhe foram atribuídos pelo governo. Estes activos geram um lucro líquido, em princípio auferido pelo governo como único accionista, mas que na prática é em grande parte reinvestido na Sonangol e nas suas subsidiárias (USD 2,8 mil milhões em 2009).
- Na qualidade de *Concessionária* ou agente fiscal do governo, a Sonangol celebra contratos de partilha de produção com empresas petrolíferas privadas que operam nos blocos offshore de Angola. Para o desempenho desse papel, recebe a participação do governo no lucro petrolífero, comercializa esse petróleo e transfere as receitas para o Tesouro. O lucro petrolífero colectado pela Sonangol representa dois terços das receitas totais do petróleo de Angola e metade das receitas tributárias.
- A Sonangol é responsável por uma série de actividades parafiscais, cujo custo ela compensa com as receitas do lucro petrolífero devidas ao Tesouro. Estas actividades não são totalmente incluídas no orçamento do governo nem estão discriminadas nas demonstrações financeiras da Sonangol. Nos seus documentos de execução do orçamento, as autoridades acrescentam à despesa uma estimativa do valor das actividades parafiscais, abarcando sobretudo a subsidiação geral e o fornecimento gratuito de produtos petrolíferos a certos órgãos (USD 7,1 mil milhões em 2009 e USD 9,8 mil milhões em 2010).

Dada a sua dimensão, os atrasos nas transferências da Sonangol têm um impacto considerável na gestão de caixa do Tesouro. Um grupo de trabalho interinstitucional de alto nível está a analisar duas questões: i) a reconciliação destas contas a pagar e a receber e ii) a obtenção de um acordo sobre um processo que assegure transferências mais atempadas e regulares das receitas do petróleo para o Tesouro.

14. **O corpo técnico e as autoridades concordaram sobre a necessidade de maior transparência e coordenação mais estreita entre a petrolífera estatal⁹ e o orçamento.** Foi formado um grupo interinstitucional de altos funcionários dos principais ministérios e da petrolífera estatal para melhorar a monitoria em tempo real dos fluxos financeiros entre o orçamento e a Sonangol. As autoridades estão empenhadas em concluir um “Relatório de Reconciliação” que irá verificar a coerência entre as contas a pagar e a receber da Sonangol e os dados do orçamento (indicador de referência estrutural para a sexta avaliação). Espera-se que estas medidas ajudem a melhorar a gestão de caixa do governo e a evitar a recorrência de atrasados internos.

D. Questões Monetárias e do Sector Financeiro

15. **As autoridades confirmaram o seu objectivo de baixar a inflação e propuseram uma alteração do programa monetário para que reflectisse as projecções revistas de receita do petróleo em relação à quarta avaliação.** A alteração proposta inclui uma nova trajectória de acumulação de reservas em 2011 que reflecta o aumento das reservas internacionais líquidas (RIL) no final de 2010 (cerca de USD 400 milhões acima da meta do programa, conforme estimado em meados de 2011) e circunscreve cerca de metade das receitas extraordinárias do petróleo projectadas para 2011. Esta acumulação adicional de reservas é de cerca de USD 2,4 mil milhões (Figura 4). O restante das receitas extraordinárias do petróleo projectadas será utilizado para financiar investimentos indutores do crescimento e outros projectos sociais prioritários (¶ 9 e MPEF, ¶ 12). Também permitirá a liquidação de atrasados de 2010, para ajudar na recuperação dos balanços de fornecedores e bancos. O aumento programado de M2 em cerca de 21 por cento será coerente com a meta das autoridades de redução da inflação para cerca de 12 por cento até ao final do ano, em vista do projectado aumento do PIB não petrolífero e do multiplicador monetário associado à redução da reserva obrigatória para depósitos em moeda nacional implementada no final de 2010.

16. **O mercado de câmbio deve ser mais liberalizado para permitir a total descoberta de preços.** O BNA considera a estabilidade cambial essencial para a confiança do mercado e a estabilidade do sector financeiro. Passou-se de um sistema de racionamento temporário após a crise para o actual sistema de leilões, em que bancos podem fazer ofertas para a compra de divisas de acordo com um calendário predeterminado. As autoridades observaram que o recurso à política de exclusão das ofertas extremas (*outliers*) se tornou mais limitado.

17. **Estão a ser feitos progressos na gestão da liquidez e de tesouraria.** A situação verificada no terceiro trimestre de 2010, quando o Tesouro decidiu pagar todo o stock de

⁹ A Sonangol tem desempenhado um papel central nas operações financeiras do governo desde dos tempos da guerra civil; o desenvolvimento das capacidades do Estado tem possibilitado a dissociação total entre as operações orçamentais e as actividades da estatal do petróleo.

BTs, levando o BNA a circular uma grande quantidade dos seus títulos de curto prazo para controlar a liquidez, foi corrigida. Em linha com as recomendações da assistência técnica do FMI, actualmente o BNA concentra as suas operações de gestão de liquidez em vencimentos de curto prazo (abaixo de 91 dias), enquanto o Tesouro trabalha com maturidades mais longas para financiar o orçamento (até 364 dias, devido à pouca procura por títulos com prazos mais alongados). O BNA também pretende gerir a liquidez através, sobretudo, de operações no mercado de títulos e usar as operações no mercado de câmbio primariamente para gerir o excesso de volatilidade da taxa de câmbio de curto prazo e cumprir os objectivos em termos de reservas externas.

18. Os bancos que actuam em Angola superaram a crise relativamente bem, graças a grandes reservas de capitais, mas a qualidade dos activos foi afectada (Figura 5).

Os atrasos nos pagamentos do governo afectaram os sectores da construção civil e serviços relacionados, elevando o rácio entre empréstimos mal parados e empréstimos totais de 2,6 por cento no final de 2009 para 8,6 por cento no final de 2010. A operação de regularização dos atrasados deverá contribuir para uma redução significativa dos empréstimos mal parados.

19. As autoridades estão empenhadas em reforçar a monitoria e a supervisão prudencial das actividades da banca, em linha com os objectivos do programa. Em especial, o corpo técnico discutiu os possíveis riscos advindos das dificuldades enfrentadas pela economia portuguesa. As autoridades esclareceram que Angola não depende da entrada de recursos dos bancos portugueses; na verdade, os bancos angolanos têm depósitos em Portugal. As autoridades estão em contacto permanente com os supervisores bancários em Portugal para monitorizar os acontecimentos, estão a trabalhar na melhoria da gestão do risco e esperam fazer bom proveito dos resultados dos testes de stress do próximo Programa de Avaliação do Sector Financeiro (FSAP).

20. O BNA atribui grande prioridade ao melhoramento da monitoria dos créditos em divisas. Grande parte dos empréstimos está denominada em moeda estrangeira (cerca de 58 por cento do total no final de Junho de 2011).¹⁰ A este respeito:

- As autoridades prepararam novas directrizes de aprovisionamento para estes empréstimos e regulamentos de adequação dos fundos próprios de forma a aumentar a ponderação de risco desses créditos. Apertaram as regras sobre a posição em aberto líquida dos bancos (ao baixar progressivamente o limite máximo permitido como parcela do capital de 70 para 20 por cento) e reduziram a aversão ao financiamento

¹⁰ Apesar de ainda ser grande, o desfasamento entre depósitos e empréstimos em moeda estrangeira está a diminuir, provavelmente em virtude da nova regulamentação (Aviso No. 4) que restringe os empréstimos em moeda estrangeira.

em moeda nacional ao baixarem a respectiva reserva obrigatória (de 25 para 20 por cento).

- O indicador de referência estrutural para as novas regras de adequação dos fundos próprios foi cumprido a 8 de Junho de 2011. O ligeiro atraso em relação à data de teste do final de Março de 2011 deveu-se à decisão de permitir um prazo maior de consultas aos participantes do mercado.
- Para aliviar as pressões de substituição de moeda, o BNA adoptou uma norma (Aviso No. 4) que restringe os empréstimos denominados em moeda estrangeira no caso do crédito ao consumidor e dos empréstimos de curto prazo, onde detecta um maior risco de empréstimos sem cobertura. O corpo técnico observou que os incentivos para reduzir a substituição de moeda virão com a prossecução de políticas macroeconómicas sólidas e o desenvolvimento de instrumentos do mercado de capitais.

21. **As autoridades também divisam espaço para a expansão do volume de transacções do sector financeiro** exigindo-se que as empresas, sobretudo as de petróleo, realizem grande parte dos seus pagamentos através de bancos nacionais. O corpo técnico vê potencial de aprofundamento financeiro em Angola, mas alertou contra o perigo de se tentar alcançar este objectivo através da regulamentação. Este debate será aprofundado no próximo Programa de Avaliação do Sector Financeiro do FMI-Banco Mundial.

E. A Agenda de Reformas Estruturais

22. **A discussão sobre a agenda de reformas das autoridades centrou-se nos seguintes temas:** a) gestão das finanças públicas e da dívida, b) reforma do regime tributário e c) ambiente de negócios e transparência fiscal.

23. **Relativamente às finanças públicas e à gestão da dívida:**

- *As autoridades criaram uma nova Unidade de Gestão da Dívida (UGD) para monitorizar a dívida interna e externa do governo central e das empresas públicas. Também aumentaram os esforços nas áreas de formação e capacitação de forma a assegurar que a UGD possa funcionar em pleno dentro em breve. Isto atrasou a conclusão da estratégia de gestão da dívida a médio prazo (EDMP), que as autoridades estão empenhadas em concluir até ao final de Novembro de 2011 (Tabela 11), realizando a sua primeira análise da sustentabilidade da dívida até ao final de Setembro de 2011.*
- *As autoridades pretendem ampliar o uso das parcerias público-privadas (PPP) para complementar a participação do Estado em áreas como geração de energia, abastecimento urbano de água e manutenção de estradas. A nova Lei das PPP foi aprovada no final de 2010.*

- *Um objectivo essencial é a melhoria da avaliação de projectos de investimento público e a capacidade de monitoria.* Uma consultora está a prestar formação ao corpo técnico dos ministérios sobre a elaboração de projectos, como preparativo para o trabalho do futuro apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD).
24. **Reforma fiscal:** Em Março de 2011 o governo publicou a estratégia de reforma fiscal que inclui um roteiro de implementação calendarizado, antes do prazo acordado (final de Junho de 2010). As principais características são a criação de uma administração fiscal unificada, a modernização informática e a atribuição de recursos consideráveis para alargar e actualizar as competências dos funcionários. Até ao final de 2011, o documento estratégico será seguido por um novo quadro legal tributário que permitirá a sua implementação nos próximos cinco anos.
25. **Ambiente de negócios e transparência:** As autoridades estão empenhadas em eliminar os principais entraves ao desenvolvimento do sector privado, considerado um importante motor do crescimento não petrolífero e da criação de empregos.
- Até ao final de 2011, o governo endossará a sua abrangente “Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Privado” concebida pelo Ministério da Economia, a implementar a partir de 2012, que incluirá medidas para facilitar o acesso ao crédito, baixar os custos administrativos da abertura de empresas e reduzir os custos do cumprimento das obrigações fiscais.
 - Como parte dos esforços de promoção da transparência, a Sonangol manterá a divulgação das contas auditadas no seu sítio na Internet, com a publicação das contas de 2010 até Setembro de 2011 (indicador de referência estrutural, cumprido antes do prazo).

IV. MONITORIA E CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

26. **As autoridades cumpriram todos os critérios de desempenho (CD) quantitativos e metas indicativas para a data de teste do final de Março, excepto a meta indicativa sobre os gastos sociais, e todas as metas indicativas para o final de Junho.** As reformas estruturais registaram bons progressos, apesar de alguns indicadores de referência estruturais estarem sujeitos a atrasos. As autoridades estão empenhadas em avançar com a estratégia de gestão da dívida e as novas regras de adequação dos fundos próprios (Tabela 11). Todos os indicadores de referência estruturais foram cumpridos, alguns antes do prazo acordado (Tabela 11). A evolução foi especialmente forte em algumas áreas. O primeiro relatório trimestral de execução orçamental foi apresentado à Assembleia Nacional em Abril de 2011 e em seguida divulgado no sítio do MF na Internet. O segundo relatório, que cobre a execução orçamental até ao final de Junho de 2011, foi publicado no Jornal de Angola. Para além disso, o plano de acção calendarizado para o programa de reforma fiscal do governo foi concluído antes do prazo-limite do programa (Junho). O corpo técnico apoia o pedido de dispensa de aplicabilidade dos critérios de desempenho para o final de Setembro, uma vez

que não há dados relevante disponíveis, o desempenho do programa tem sido forte e não há provas claras de que estes critérios não foram cumpridos.

27. **As autoridades solicitam a alteração dos critérios de desempenho (CD) quantitativos e estruturais para o restante do SBA.** Elas propõem a alteração dos CD quantitativos para a acumulação de reservas, os activos internos líquidos do BNA e o crédito líquido do sistema bancário ao governo, para circunscrever o excedente das RIL no final de 2010 e cerca de metade das receitas extraordinárias do petróleo projectadas para 2011 à acumulação de reservas; propõe ainda utilizar cerca de metade das receitas extraordinárias do petróleo de 2011 para suprir as necessidades prementes de realizar despesas em infra-estruturas e desenvolvimento social, conforme previsto no orçamento suplementar de 2011. O corpo técnico entende que existe uma necessidade de financiamento porque Angola beneficiaria de um reforço na acumulação de reservas e por causa dos riscos de deterioração das projecções devido a incertezas sobre a procura mundial de petróleo a curto prazo (Tabela 6). Os CD quantitativos e as metas indicativas modificados para o final de Setembro de 2011 são apresentados na Tabela 1. A Tabela 2 contém os indicadores de referência estruturais. A conclusão da sexta avaliação do SBA está prevista para o final de 2011 ou início de 2012.

V. AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

28. **Visão geral.** Angola continua a fazer progressos importantes no sentido da estabilidade macroeconómica. A taxa de câmbio foi estabilizada, as taxas de juros estão a cair e a margem de acumulação de reservas está a ser recomposta mais rapidamente do que o programado, apesar dos problemas na produção de petróleo. Estes progressos foram sustentados por uma forte consolidação fiscal em 2009 e 2010. Contudo, a estabilização ainda não está concluída. Apesar da situação fiscal estar em grande medida sob controlo, a inércia da inflação, a substituição monetária e a deterioração da qualidade dos activos bancários devido ao impacto dos atrasados internos sugerem que os esforços reformadores têm de ser sustentados para lançar as bases duma economia competitiva, diversificada e de rápido crescimento. Angola também precisa de uma posição sólida de reservas internacionais para aumentar a sua resistência a choques externos.

29. **Política macroeconómica.** A execução do orçamento em 2010 (e no primeiro semestre de 2011) foi cautelosa e a despesa foi contida; o DPNP como parcela do PIB não petrolífero caiu 7 pontos percentuais em 2010. A despesa de investimento caiu abruptamente apesar das prementes necessidades de reconstrução e infra-estrutura do país. As autoridades decidiram adoptar um orçamento suplementar para 2011 para relançar o investimento prioritário e a despesa social. As suas intenções são coerentes com o quadro macroeconómico revisto para 2011 discutido com o corpo técnico; foram mantidos o objectivo de continuar a reduzir a inflação e o compromisso de acelerar a recomposição das reservas externas.

30. **Regularização dos atrasados.** As autoridades concluíram a regularização do grande stock de atrasados de 2008-09 e liquidaram todos os atrasados relativos a 2010. Um desenvolvimento importante foi a contenção das contas a pagar em 2011. Simultaneamente, as autoridades estão a implementar mais reformas da GFP para impedir a recorrência de atrasados no futuro. O corpo técnico saúda estas conquistas e o compromisso das autoridades nesta área.

31. **Reforma fiscal, transparência e salvaguardas.** O atraso na conclusão da EDMP, agora prevista para finais de Novembro, é justificado dada a contínua necessidade de reforçar a capacitação, uma importante condição prévia. O corpo técnico saúda as medidas tomadas para melhorar a monitoria das transacções financeiras da Sonangol com o orçamento — um ponto central para melhorar a gestão de caixa e de tesouraria — e a contínua divulgação de informações sobre as operações desta estatal, inclusivamente as recém-publicadas demonstrações financeiras auditadas de 2010. O corpo técnico também saúda as primeiras medidas para solucionar o grande saldo residual não esclarecido nas contas fiscais, que põe em causa a qualidade das estatísticas financeiras do governo usadas na monitoria do programa e na formulação de políticas. Este trabalho terá de ser mantido para que se reduza consideravelmente este saldo residual nas operações fiscais. O BNA está a tomar medidas para melhorar os seus controlos internos. A auditoria externa das suas demonstrações financeiras de 2010 foi concluída atempadamente.

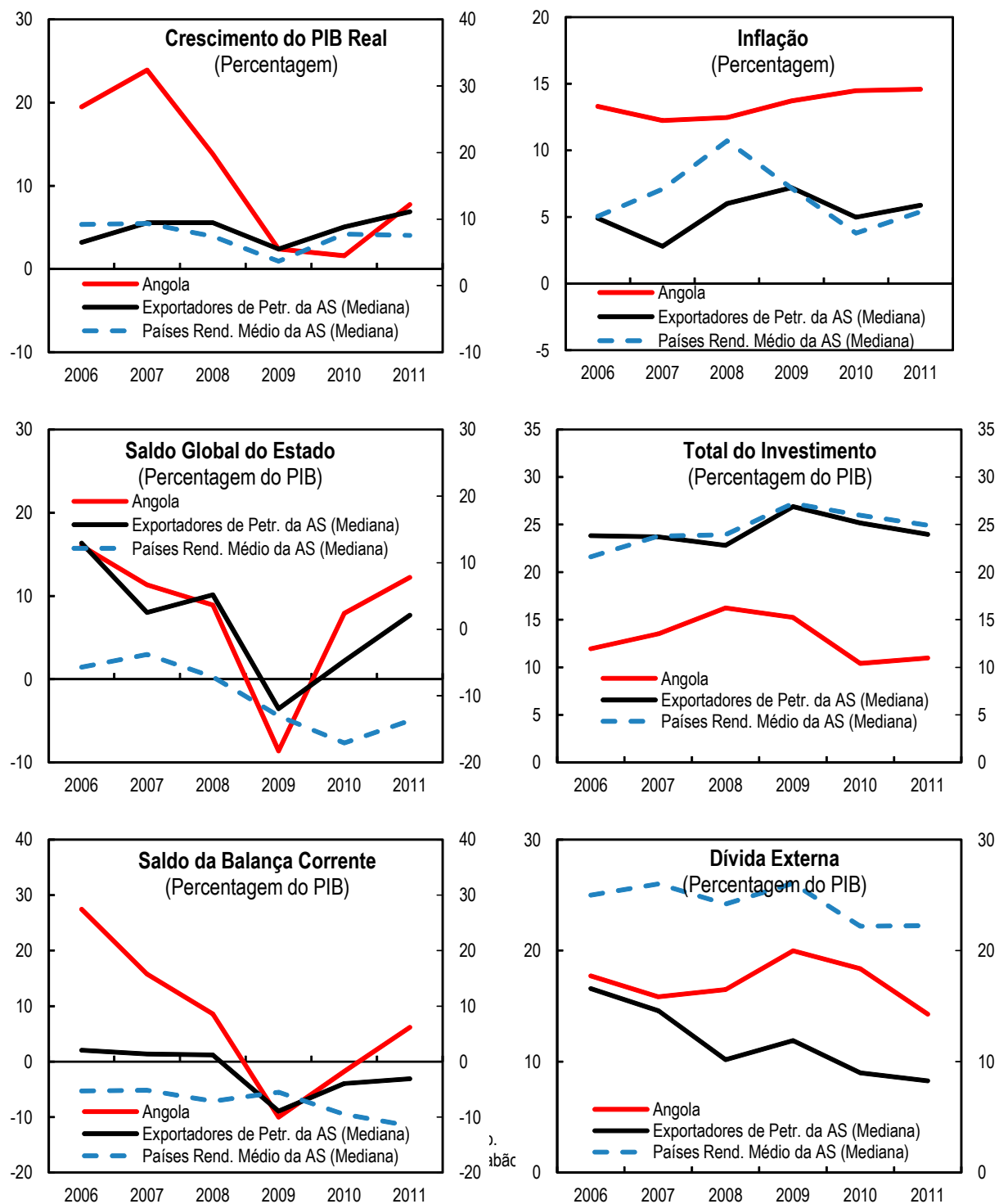
32. **Questões monetárias e do sector financeiro.** As metas revistas de acumulação de reservas para 2011 são coerentes com a redução gradual da inflação, mas deixam uma ampla margem para a expansão do crédito ao sector privado. O corpo técnico tomou nota dos planos das autoridades para estimular o desenvolvimento do sector financeiro. O cumprimento deste objective depende da estabilidade macroeconómica e da maior eficiência dos bancos mediante a abertura do mercado e o aumento da concorrência. Este tipo de processo de reforma invariavelmente demora para produzir resultados.

33. **Riscos.** Apesar de Angola estar a emergir da crise sem sobressaltos, a sua economia continua a evidenciar uma dependência crítica do petróleo, em meio a incertezas sobre a procura mundial. A volatilidade da receita do petróleo continua a ser um risco significativo, o que salienta a necessidade de se criar um quadro fiscal mais capaz de resguardar a economia destas vulnerabilidades. O corpo técnico saúda a decisão das autoridades de basear o orçamento em estimativas conservadoras para os preços do petróleo e o seu compromisso em melhorar as transferências dessas receitas e prosseguir na definição de um quadro para o fundo de estabilização.

34. **Recomendações.** As autoridades deram passos importantes no sentido da estabilização da economia e na recuperação da crise. Fizeram progressos na recomposição das margens de manobra das políticas públicas. As autoridades dedicam-se, neste momento, à definição de uma estratégia de médio prazo para promover o crescimento mais inclusivo e de bases alargadas, que é a principal prioridade de Angola. O corpo técnico apoia o pedido de

dispensa da aplicabilidade dos CD para o final de Setembro e recomenda a conclusão da quinta avaliação no âmbito do SBA.

Figura 1. Angola: Desempenho entre os Pares, 2006-11 1/



Fontes: FMI, *World Economic Outlook* e cálculos do corpo técnico.

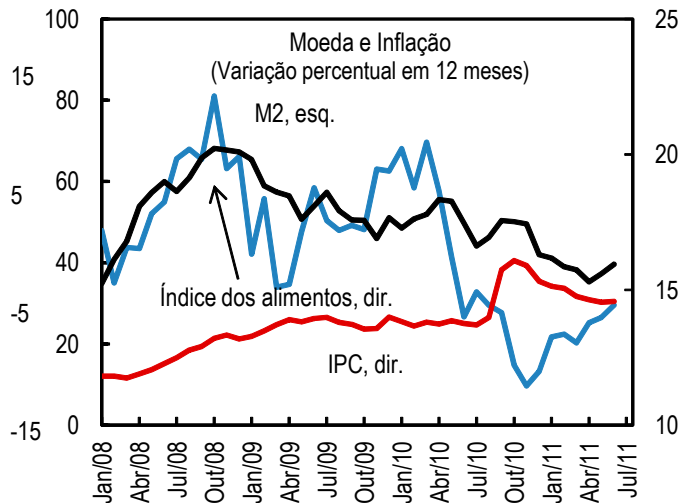
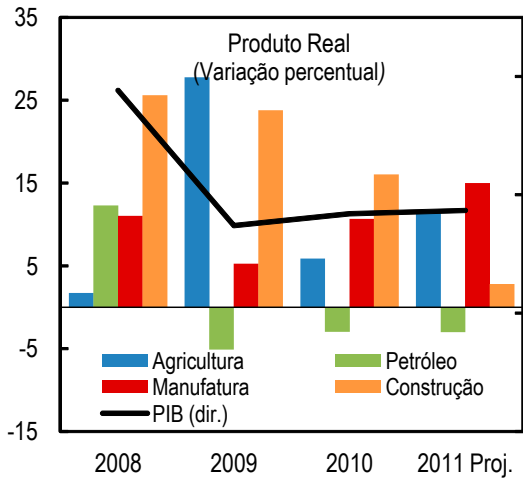
1/ Os exportadores de petróleo da África Subsariana são: Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria e República do Congo. Os países de rendimento médio da África Subsariana são: África do Sul, Botswana, Cabo Verde, Lesoto, Maurícias, Namíbia, Seicheles e Suazilândia.

Figura 2. Angola: Desenvolvimentos Económicos Recentes, 2008–2011

Principal mensagem: Atrasos na produção de petróleo retardaram a recuperação do crescimento económico. Forte declínio dos gastos orçamentais em 2009 e 2010.

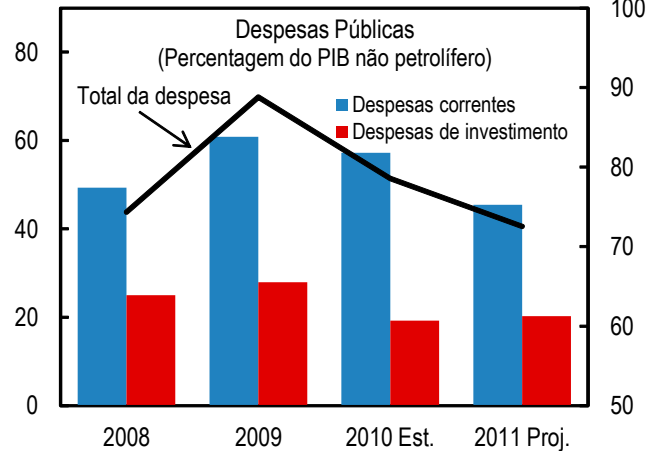
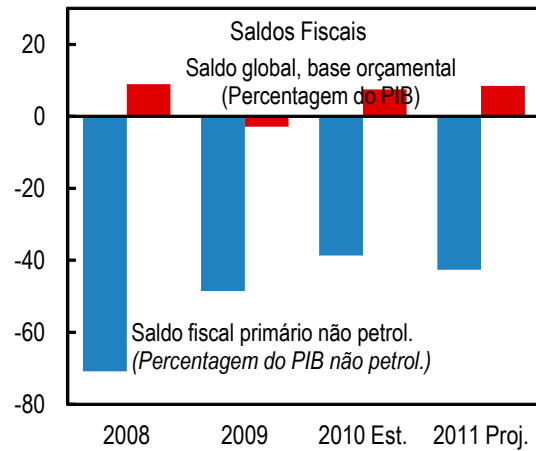
O crescimento do PIB continuará fraco em 2011, principalmente por causa da queda na produção de petróleo.

A inflação tem-se mantido estável desde meados de 2009, mas acelerou em Setembro de 2010 por causa de cortes nos subsídios aos combustíveis.



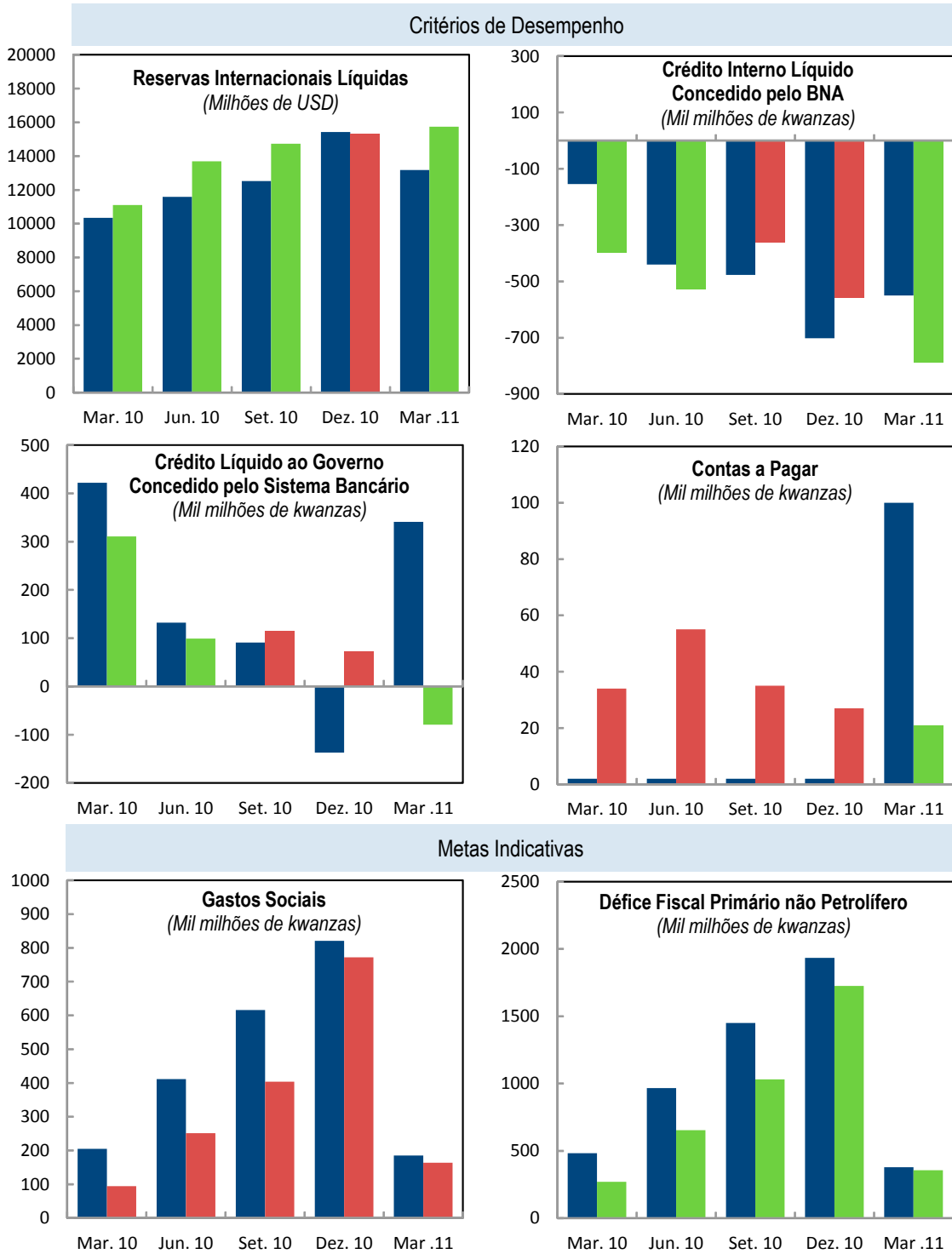
Após registar um défice em 2009, o saldo fiscal deve registar excedentes em 2010 e 2011, segundo as projecções.

As despesas de investimento sofreram forte queda, e a limitada capacidade de absorção está a dificultar a recuperação.



Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Angola: Critérios de Desempenho Quantitativos do Programa do FMI, 2010-11



Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

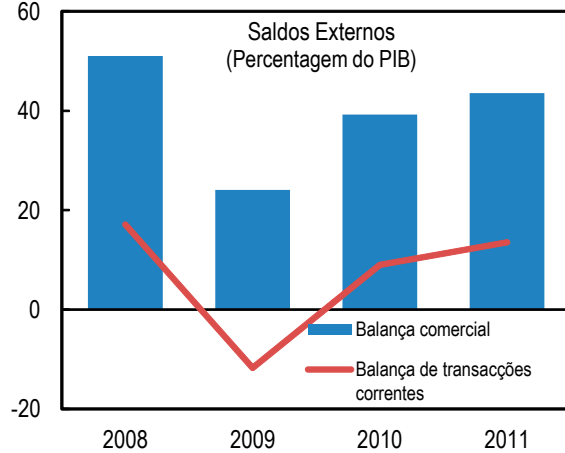
Figura 4. Angola: Desenvolvimentos do Sector Externo, 2008–11

Principal mensagem: A despeito do recuo nas exportações, a subida dos preços do petróleo está a contribuir para melhorias na posição externa.

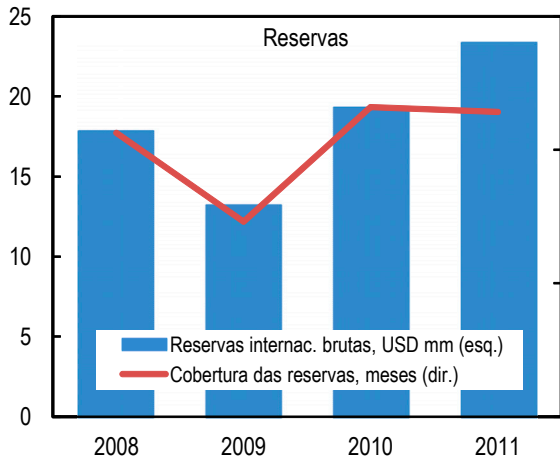
As exportações estão a crescer...



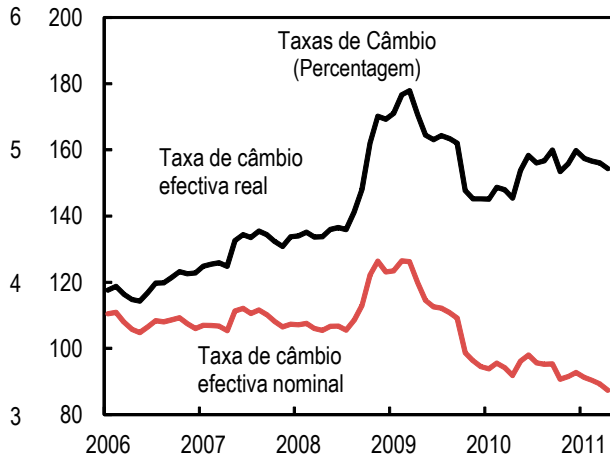
...e a conta corrente está mais fortalecida.



As reservas internacionais estão a ser reconstituídas...



...e a taxa de câmbio efectiva real apresentou valorização moderada em 2010.

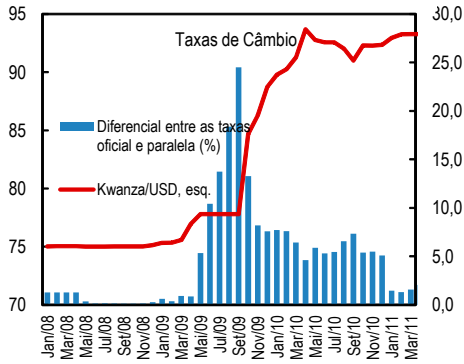


Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 5. Angola: Desenvolvimentos dos Sectores Monetário e Financeiro, 2008–11

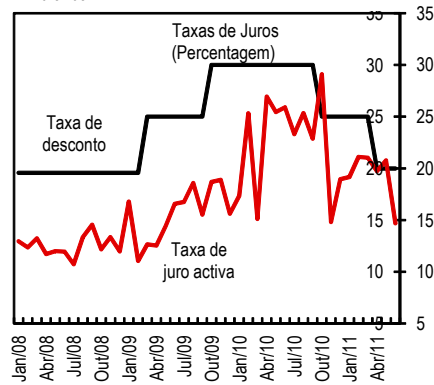
Principal mensagem: O Kwanza estabilizou, e as taxas de juro começaram a cair.

A taxa de câmbio nominal apresentou um desvio nos últimos meses, e o diferencial do mercado paralelo caiu muito em relação aos níveis verificados durante a crise.



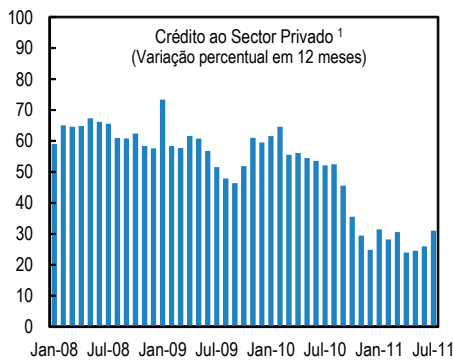
Fonte: FMI, *International Financial Statistics* (IFS).

O BNA aumentou a sua taxa básica durante a crise, mas passou agora a adoptar uma orientação mais branda.



Fonte: FMI, *International Financial Statistics* (IFS).

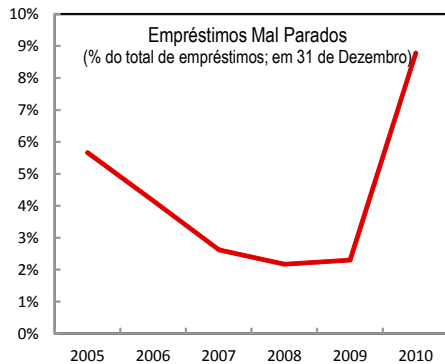
A expansão do crédito ainda não se recuperou...



Fonte: Autoridades angolanas.

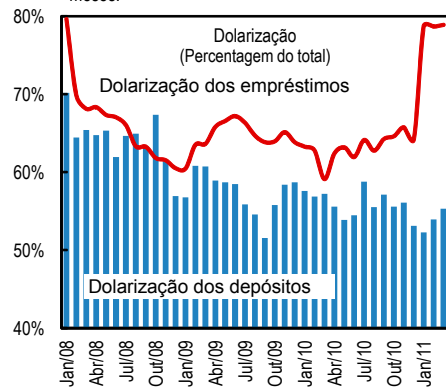
¹ As taxas de expansão do crédito em Out. 2009 estão infladas por causa da forte depreciação do câmbio.

Cresceu muito o volume de empréstimos mal parados...



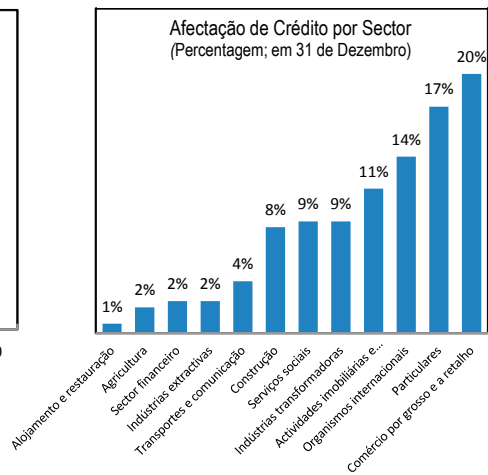
Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do FMI.

...e a dolarização teve forte aumento nos últimos meses.



Fontes: Autoridades angolana e estimativas do FMI.

...e o crédito está fortemente concentrado no crédito ao consumidor e crédito comercial.



Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do FMI.

Tabela 1. Angola: Principais Indicadores Económicos, 2008-12

	2008	2009	2010		2011		2012
			4a. Aval.	Est.	4a. Aval.	Proj.	Proj.
Economia real (variação percentual)							
Produto interno bruto real	13,8	2,4	2,3	3,4	6,4	3,7	10,8
Sector petrolífero	12,3	-5,1	-1,3	-3,0	3,8	-3,0	11,6
Sector não petrolífero	15,0	8,1	4,7	7,6	8,1	7,7	10,4
Produto interno bruto nominal	36,2	-5,2	29,5	26,6	17,1	29,3	22,3
Sector petrolífero	40,7	-25,4	41,2	27,6	19,1	36,5	20,5
Sector não petrolífero	30,8	21,1	20,2	25,7	15,6	23,5	23,9
Deflador do PIB (final do período)	19,7	-7,4	...	22,4	...	24,7	10,3
Deflador do PIB não petrolífero (final do período)	13,8	12,1	...	16,8	...	14,7	12,2
Preços no consumidor (média anual)	12,5	13,7	14,5	14,5	12,0	14,1	11,8
Preços no consumidor (fim do período)	13,2	14,0	15,0	15,3	10,8	12,0	11,2
Produto interno bruto (em mil milhões de kwanzas)	6.316	5.989	7.756	7.580	8.879	9.803	11.986
Produto interno bruto petrolífero (em mil milhões de kwanzas)	3.569	2.662	3.757	3.396	4.044	4.637	5.586
Produto interno bruto não petrolífero (em mil milhões de kwanzas)	2.747	3.327	3.999	4.184	4.835	5.167	6.400
Produto interno bruto (em mil milhões de USD)	84,2	75,5	84,3	82,5	90,0	99,3	109,0
Produto interno bruto per capita (em USD)	4.671	4.081	4.425	4.329	4.584	5.061	5.391
Governo central (em percentagem do PIB)							
Total da receita	50,9	34,5	42,2	43,5	40,1	43,9	43,4
<i>Da qual:</i> petrolífera	41,2	24,2	31,9	33,0	30,3	34,8	33,3
Total da despesa	42,0	39,5	34,7	36,7	35,6	35,4	34,9
Despesas correntes	27,9	27,1	27,0	27,0	26,5	25,6	24,9
Despesas de investimento	14,1	12,4	7,7	9,7	9,1	9,8	10,0
Saldo fiscal global (base orçamental)	8,9	-4,9	7,5	6,8	4,5	8,5	8,5
Saldo fiscal primário não petrolífero (base orçamental)	-30,8	-26,9	-20,4	-22,8	-21,9	-22,5	-21,5
Moeda e crédito (final do período, variação percentual)							
Meios de pagamento (M3)	104,1	21,5	22,4	7,8	21,0	21,5	23,7
Velocidade da moeda (PIB/M2)	4,5	2,6	3,1	2,9	2,8	3,1	3,1
Velocidade da moeda (PIB não petrolífero/M2)	1,9	1,4	1,6	1,6	1,5	1,7	1,6
Crédito à economia (variação percentual em 12 meses)	65,7	59,5	32,5	24,8	31,9	46,1	15,0
Balança de pagamentos							
Saldo da balança de bens e serviços (percentagem do PIB)	3,3	-0,1	11,6	2,1	5,9	2,2	1,5
Exportações, FOB (variação percentual)	44,0	-36,1	21,8	23,9	0,9	26,3	8,6
<i>Das quais:</i> exportações de petróleo (variação percentual)	232,8	-65,2	21,5	87,4	0,5	29,1	-7,3
Importações, FOB (variação percentual)	53,6	8,0	-5,4	-19,1	18,2	18,4	9,8
Termos de troca (variação percentual)	14,0	-25,5	...	19,8	...	21,9	-3,7
Balança de transacções correntes (percentagem do PIB)	8,5	-10,0	0,6	8,9	-4,8	12,0	7,3
Reservas internacionais brutas (fim do período, milhões de USD)	17.869	13.238	16.238	19.339	17.938	23.376	36.641
Reservas internacionais brutas (meses de importações)	5,1	3,6	4,3	4,9	4,3	5,3	7,4
Reservas internacionais líquidas (fim do período, milhões de USD)	17.499	12.621	...	17.327	...	21.363	34.629
Taxa de câmbio							
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD) ¹	75,0	79,3	92,6	91,9
Taxa de câmbio oficial (fim do período, kwanzas por USD) ²	75,2	89,4	92,9	92,6
Variação da taxa de câmbio nominal (- = depreciação)	-2,6	-0,5	...	15,9
Taxa de câmbio efectiva real (- = depreciação)	-10,7	-12,6	...	5,7
Dívida (em percentagem do PIB)							
Dívida externa pública (incluindo o FMI)	16,5	20,0	20,7	19,0	19,8	15,9	13,4
Dívida total (bruta) do governo central, externa e interna	31,5	36,3	36,4	35,0	36,0	29,9	24,7
Petróleo							
Produção de petróleo (milhões de barris/dia)	1,906	1,809	1,786	1,755	1,853	1,703	1,900
Preço do petróleo angolano (média, USD/barril)	93,9	60,9	75,1	77,8	72,6	102,0	98,8
Preço do petróleo segundo o <i>WEO</i> (média, USD/barril) ³	97,0	61,8	76,2	79,0	78,8	103,2	100,0

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ A taxa de câmbio média Kz/USD no final de Março de 2011 era 93,15.

² A taxa de câmbio Kz/USD (fim do período) no final de Março de 2011 era 93,27.

³ O preço médio em 2010T4 era USD 85 por barril.

Tabela 2a. Operações Fiscais do Governo Central, 2008–12
(Em mil milhões de kwanzas)

	2008	2009	2010		2011		2012
			4a. Aval.	Est.	4a. Aval.	Proj.	
Receitas e donativos	3.217	2.070	3.271	3.295	3.565	4.305	5.205
Receitas fiscais	3.070	1.988	3.109	3.094	3.387	4.081	4.906
Petrolíferas ¹	2.602	1.449	2.476	2.500	2.691	3.413	3.995
Não petrolíferas	468	539	632	594	696	669	911
Não fiscais	145	79	160	199	176	219	298
Donativos	2	2	2	2	2	5	1
Despesas e empréstimos líquidos	2.654	2.363	2.690	2.780	3.164	3.473	4.189
Despesas correntes	1.761	1.620	2.095	2.046	2.353	2.510	2.990
Salários e ordenados	543	660	779	714	914	914	1.173
Bens e serviços	539	383	586	619	716	786	952
Petrolíferos	152	166	187	220	246
Não petrolíferos	434	453	529	566	706
Transferências e subsídios	585	447	567	624	565	652	708
Dos quais: Subsídios	443	356	444	507	401	488	545
Pagamentos de juros	94	130	163	90	158	158	157
Internos	60	90	93	27	104	104	123
Externos	34	40	71	63	54	54	34
Despesas de investimento	893	743	595	733	811	963	1.199
Com financiamento externo	195	226	109	154	429	404	392
Com financiamento interno	698	518	486	580	382	559	807
Saldo global (base orçamental)	564	-294	581	516	401	832	1.017
Variação no pagamento de atrasados (líquidos)	344	-17	-313	-73	-506	-750	-57
Internos (líquidos)	332	19	-313	-73	-506	-750	-57
A pagar (líquidos)	487	517	-159	-298	-506	-323	-57
A receber (líquidos)	-155	-498	-154	225	0	-427	0
Externos (líquidos)	12	-36	0	0	0	0	0
Saldo global (base caixa)	908	-311	268	443	-105	82	960
Financiamento	-908	311	-268	-443	105	-82	-960
Financiamento externo (líquido)	5	-180	-13	-15	259	323	239
Desembolsos	195	226	99	154	390	454	392
Amortizações	-153	-88	-112	-138	-131	-131	-153
Depósitos do governo no exterior	-36	-317	...	-31	...	0	0
Outras contas a pagar	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento interno (líquido)	-913	491	-255	-428	-154	-405	-1.199
Sector monetário	157	668	-154	-327	-167	-431	-999
Depósitos no BNA	-476	625	-122	-271	-182	-562	-924
Depósitos nos bancos comerciais	20	-90	15	-48	-65	85	-100
Bilhetes do Tesouro	599	107	-87	-28	80	95	25
Empréstimos	14	25	40	20	0	-48	0
Valor residual não esclarecido ²	-1.070	-177	-100	-101	13	25	-200
Erros e omissões/déficé de financiamento	0	0	0	0	0	0	0
Por memória:							
Gastos sociais	743	760	807	772	997	1.209	1.257
Saldo não petrolífero (base orçamental)	-2.038	-1.743	-1.743	-1.819	-2.103	-2.360	-2.732
Saldo primário não petrolífero	-1.944	-1.613	-1.580	-1.729	-1.975	-2.202	-2.575
Percentagem do PIB não petrolífero	-70,8	-48,5	-39,5	-41,3	-40,2	-42,6	-40,2
Receita não petrolífera	614	618	794	793	874	888	1.210
Percentagem do PIB não petrolífero	22,3	18,6	19,8	19,0	18,1	17,2	18,9
Preço do petróleo angolano (média, USD/barril)	93,9	60,9	75,1	77,8	72,6	102,0	98,8
Depósitos brutos do governo	965,4	340,3	...	611,1	...	1.173,2	2.097,1
Depósitos, em meses das despesas c/financ. interno	4,7	1,9	...	2,8	...	4,6	6,6
Dívida (bruta) do governo central	1.990	2.173	2.820	2.655	3.195	2.932	2.962
Dívida interna pública	947	976	1.214	1.214	1.437	1.376	1.351
Dívida externa pública	1.042	1.197	1.605	1.441	1.758	1.556	1.611

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ As receitas petrolíferas de 2008 e 2009 são reportadas em valores líquidos; os saldos fiscais são comparáveis aos dos anos seguintes.

² O valor residual não esclarecido é prospectivo e capta as operações de regularização de atrasados.

Tabela 2b. Operações Fiscais do Governo Central, 2008–12
(Percentagem do PIB)

	2008	2009	2010		2011		2012
			4a. Aval.	Est.	4a. Aval.	Proj.	Proj.
Receitas e donativos	50,9	34,6	42,2	43,5	40,2	43,9	43,4
Receitas fiscais	48,6	33,2	40,1	40,8	38,1	41,6	40,9
Petrolíferas ¹	41,2	24,2	31,9	33,0	30,3	34,8	33,3
Não petrolíferas	7,4	9,0	8,1	7,8	7,8	6,8	7,6
Não fiscais	2,3	1,3	2,1	2,6	2,0	2,2	2,5
Donativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas e empréstimos líquidos	42,0	39,5	34,7	36,7	35,6	35,4	34,9
Despesas correntes	27,9	27,1	27,0	27,0	26,5	25,6	24,9
Salários e ordenados	8,6	11,0	10,0	9,4	10,3	9,3	9,8
Bens e serviços	8,5	6,4	7,6	8,2	8,1	8,0	7,9
Petrolíferas	0,0	0,0	2,0	2,2	2,1	2,2	2,0
Não petrolíferas	8,5	6,4	5,6	6,0	6,0	5,8	5,9
Transferências e subsídios	9,3	7,5	7,3	8,2	6,4	6,6	5,9
Dos quais: Subsídios	7,0	6,0	5,7	6,7	4,5	5,0	4,5
Pagamentos de juros	1,5	2,2	2,1	1,2	1,8	1,6	1,3
Internos	1,0	1,5	1,2	0,4	1,2	1,1	1,0
Externos	0,5	0,7	0,9	0,8	0,6	0,6	0,3
Despesas de investimento	14,1	12,4	7,7	9,7	9,1	9,8	10,0
Com financiamento externo	3,1	3,8	1,4	2,0	4,8	4,1	3,3
Com financiamento interno	11,1	8,6	6,3	7,6	4,3	5,7	6,7
Saldo fiscal global (base orçamental)	8,9	-4,9	7,5	6,8	4,5	8,5	8,5
Varição no pagamento de atrasados (líq.)	5,5	-0,3	-4,0	-1,0	-5,7	-7,7	-0,5
Internos (líquidos)	5,3	0,3	-4,0	-1,0	-5,7	-7,7	-0,5
A pagar (líquidos)	7,7	8,6	-2,1	-3,9	-5,7	-3,3	-0,5
A receber (líquidos)	-2,5	-8,3	-2,0	3,0	0,0	-4,4	0,0
Externos (líquidos)	0,2	-0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global (base caixa)	14,4	-5,2	3,5	5,8	-1,2	0,8	8,0
Financiamento	-14,4	5,2	-3,5	-5,8	1,2	-0,8	-8,0
Financiamento externo (líquido)	0,1	-3,0	-0,2	-0,2	2,9	3,3	2,0
Desembolsos	3,1	3,8	1,3	2,0	4,4	4,6	3,3
Amortizações	-2,4	-1,5	-1,4	-1,8	-1,5	-1,3	-1,3
Depósitos do governo no exterior	-0,6	-5,3	...	-0,4	...	0,0	0,0
Outras contas a pagar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento interno (líquido)	-14,5	8,2	-3,3	-5,6	-1,7	-4,1	-10,0
Sector monetário	2,5	11,2	-2,0	-4,3	-1,9	-4,4	-8,3
Depósitos no BNA	-7,5	10,4	-1,6	-3,6	-2,0	-5,7	-7,7
Depósitos nos bancos comerciais	0,3	-1,5	0,2	-0,6	-0,7	0,9	-0,8
Bilhetes do Tesouro	9,5	1,8	-1,1	-0,4	0,9	1,0	0,2
Empréstimos	0,2	0,4	0,5	0,3	0,0	-0,5	0,0
Valor residual não esclarecido ²	-16,9	-3,0	-1,3	-1,3	0,1	0,3	-1,7
Erros e omissões/défi ce de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:							
Gastos sociais/PIB	11,8	12,7	10,4	10,2	11,2	12,3	10,5
Saldo não petrolífero (base orçamental)/PIB não p	-74,2	-52,4	-43,6	-43,5	-43,5	-45,7	-42,7
Saldo primário não petrolífero/PIB não petrolífero	-70,8	-48,5	-39,5	-41,3	-40,9	-42,6	-40,2
Receitas fiscais não petrolíferas/PIB não petrolífero	17,1	16,2	15,8	14,2	14,4	12,9	14,2
Dívida (bruta) do governo central/PIB	31,5	36,3	36,4	35,0	36,0	29,9	24,7
Dívida interna pública/PIB	15,0	16,3	15,7	16,0	16,2	14,0	11,3
Dívida externa pública/PIB	16,5	20,0	20,7	19,0	19,8	15,9	13,4
PIB não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	2.747	3.327	3.999	4.184	4.834	5.167	6.400
PIB (mil milhões de kwanzas)	6.316	5.989	7.756	7.580	8.879	9.803	11.986

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ As receitas petrolíferas de 2008 e 2009 são reportadas em valores líquidos; os saldos fiscais são comparáveis aos dos anos

² O valor residual não esclarecido é prospectivo e capta as operações de regularização de atrasados.

Tabela 2c. Operações Fiscais do Governo Central, 2008–12
(Porcentagem do PIB não petrolífero)

	2008	2009	2010		2011		2012
			4a. Aval.	Est.	4a. Aval.	Proj.	Proj.
Receitas e donativos	117,1	62,2	81,8	78,8	73,7	83,3	81,3
Receitas fiscais	111,8	59,8	77,7	74,0	70,1	79,0	76,7
Petrolíferas ¹	94,7	43,6	61,9	59,8	55,7	66,0	62,4
Não petrolíferas	17,1	16,2	15,8	14,2	14,4	12,9	14,2
Não fiscais	5,3	2,4	4,0	4,8	3,6	4,2	4,7
Donativos	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
Despesas e empréstimos líquidos	96,6	71,0	67,3	66,4	65,5	67,2	65,5
Despesas correntes	64,1	48,7	52,4	48,9	48,7	48,6	46,7
Salários e ordenados	19,8	19,8	19,5	17,1	18,9	17,7	18,3
Bens e serviços	19,6	11,5	14,7	14,8	14,8	15,2	14,9
Petrolíferos	0,0	0,0	3,8	4,0	3,9	4,3	3,8
Não petrolíferos	19,6	11,5	10,9	10,8	10,9	11,0	11,0
Transferências e subsídios	21,3	13,4	14,2	14,9	11,7	12,6	11,1
Dos quais: Subsídios	16,1	10,7	11,1	12,1	8,3	9,4	8,5
Pagamentos de juros	3,4	3,9	4,1	2,1	3,3	3,1	2,5
Internos	2,2	2,7	2,3	0,6	2,2	2,0	1,9
Externos	1,2	1,2	1,8	1,5	1,1	1,0	0,5
Despesas de investimento	32,5	22,3	14,9	17,5	16,8	18,6	18,7
Com financiamento externo	7,1	6,8	2,7	3,7	8,9	7,8	6,1
Com financiamento interno	25,4	15,6	12,2	13,9	7,9	10,8	12,6
Saldo global (base orçamental)	20,5	-8,8	14,5	12,3	8,3	16,1	15,9
Varição no pagamento de atrasados (líq.)	12,5	-0,5	-7,8	-1,8	-10,5	-14,5	-0,9
Internos (líquidos)	12,1	0,6	-7,8	-1,8	-10,5	-14,5	-0,9
A pagar (líquidos)	17,7	15,5	-4,0	-7,1	-10,5	-6,3	-0,9
A receber (líquidos)	-5,6	-15,0	-3,9	5,4	0,0	-8,3	0,0
Externos (líquidos)	0,4	-1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global (base caixa)	33,1	-9,3	6,7	10,6	-2,2	1,6	15,0
Financiamento	-33,1	9,3	-6,7	-10,6	2,2	-1,6	-15,0
Financiamento externo (líquido)	0,2	-5,4	-0,3	-0,4	5,4	6,3	3,7
Desembolsos	7,1	6,8	2,5	3,7	8,1	8,8	6,1
Amortizações	-5,6	-2,7	-2,8	-3,3	-2,7	-2,5	-2,4
Depósitos do governo no exterior	-1,3	-9,5	...	-0,7	...	0,0	0,0
Outras contas a pagar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento interno (líquido)	-33,2	14,7	-6,4	-10,2	-3,2	-7,8	-18,7
Sector monetário	5,7	20,1	-3,9	-7,8	-3,5	-8,3	-15,6
Depósitos no BNA	-17,3	18,8	-3,1	-6,5	-3,8	-10,9	-14,4
Depósitos nos bancos comerciais	0,7	-2,7	0,4	-1,2	-1,3	1,6	-1,6
Bilhetes do Tesouro	21,8	3,2	-2,2	-0,7	1,7	1,8	0,4
Empréstimos	0,5	0,8	1,0	0,5	0,0	-0,9	0,0
Valor residual não esclarecido ²	-39,0	-5,3	-2,5	-2,4	0,3	0,5	-3,1
Erros e omissões/défi ce de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:							
Gastos sociais	27,1	22,8	20,2	18,4	20,6	23,4	19,6
Saldo não petrolífero (base orçamental)	-74,2	-52,4	-43,6	-43,5	-43,5	-45,7	-42,7
Saldo primário não petrolífero	-70,8	-48,5	-39,5	-41,3	-40,9	-42,6	-40,2
Receita não petrolífera	22,3	18,6	19,9	19,0	18,1	17,2	18,9
Dívida (bruta) do governo central	72,4	65,3	70,5	63,5	66,1	56,7	46,3
Dívida interna pública	34,5	29,3	30,4	29,0	29,7	26,6	21,1
Dívida externa pública	37,9	36,0	40,1	34,4	36,4	30,1	25,2
PIB não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	2.747	3.327	3.999	4.184	4.834	5.167	6.400

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ As receitas petrolíferas de 2008 e 2009 são reportadas em valores líquidos; os saldos fiscais são comparáveis aos dois anos.

² O valor residual não esclarecido é prospectivo e capta as operações de regularização de atrasados.

Tabela 3. Contas Monetárias, 2008-12 ¹
(Em mil milhões de kwanzas, salvo indicação em contrário)

	2008	2009	2010		2011		2012
			4a. Aval.	Est.	4a. Aval.	Proj.	Proj.
I. Síntese Monetária							
Activos externos líquidos	1.481	1.129	1.493	1.646	1.871	2.357	3.772
Activos internos líquidos	616	1.419	1.614	1.100	1.888	979	354
Crédito (líquido) ao governo central	-264	417	248	72	67	-355	-1.354
Crédito ao sector privado	794	1.267	1.766	1.582	2.330	2.310	2.657
Outras rubricas (líquidas) ²	49	-434	-400	-875	-509	-1.189	-1.213
Meios de pagamento (M3)	2.097	2.548	3.107	2.746	3.760	3.336	4.127
Moeda e quase-moeda (M2)	1.417	2.304	2.835	2.609	3.459	3.115	3.905
Moeda	637	779	892	891	1.089	997	1.251
Moeda em circulação	126	170	134	173	164	162	200
Depósitos à ordem em moeda nacional	511	609	758	718	925	834	1.051
Quase-moeda	42	260	393	417	482	501	631
Depósitos a prazo e de poupança em moeda nacional	42	260	393	417	482	501	631
Depósitos em moeda estrangeira	738	1.265	1.549	1.301	1.888	1.617	2.024
Instrumentos do mercado monetário e outros passivos	680	244	272	137	301	222	222
II. Síntese das Autoridades Monetárias							
Activos externos líquidos	1.314	1.127	1.417	1.683	1.704	2.356	3.993
Reservas internacionais líquidas	1.315	1.128	1.418	1.605	1.706	2.279	3.927
Outros activos externos (líquidos)	-1	-2	-2	78	-2	77	67
Activos internos líquidos	-912	-423	-633	-841	-749	-1.368	-2.846
Créditos a outras sociedades de depósitos	0	85	80	38	80	34	42
Crédito (líquido) ao governo central	-934	-272	-420	-543	-645	-1.138	-2.062
Crédito a outras unidades do sector público ³	1	1	...	24	...	0	0
Crédito ao sector privado	2	2	3	2	4	2	2
Outras rubricas (líquidas) ²	113	-93	-33	-80	-160	-194	-342
Títulos do BNA detidos pelos bancos comerciais	-94	-146	-264	-281	-28	-72	-486
Base monetária	402	704	783	843	955	988	1.148
Moeda em circulação	168	214	202	229	249	230	283
Depósitos dos bancos comerciais	234	490	581	613	706	757	864
Por memória:							
Base monetária (variação percentual)	61,5	75,2	11,2	19,6	21,9	17,3	16,2
Meios de pagamento (M3) (variação percentual)	104,1	21,5	21,9	7,8	21,0	21,5	23,7
Moeda e quase-moeda (M2) (variação percentual)	66,2	62,6	23,0	13,2	22,0	19,4	25,4
Crédito ao sector privado (variação percentual)	65,7	59,5	39,4	24,8	31,9	46,1	15,0
Rácio M2/PIB (em percentagem)	22,4	38,5	36,5	34,4	39,0	31,8	32,6
Rácio M2/PIB não petrolífero (em percentagem)	51,6	69,2	70,9	62,4	71,5	60,3	61,0
Multiplicador monetário (M2/base monetária)	3,5	3,3	3,6	3,1	3,6	3,2	3,4
Velocidade de circulação da moeda (PIB/M2)	4,5	2,6	3,1	2,9	2,8	3,1	3,1
Velocidade de circulação da moeda (PIB não petrolífero/M2)	1,9	1,4	1,6	1,6	1,5	1,7	1,6
Crédito ao sector privado (em percentagem do PIB)	12,6	21,2	22,8	20,9	26,2	23,6	22,2
Crédito real ao sector privado (variação percentual)	46,4	39,9	...	8,2	...	28,3	3,4
Depósitos em moeda estrangeira (parcela do total de depósitos)	57,2	59,3	...	53,4	...	54,8	54,6
Crédito em ME ao sector privado (parcela do total de cré. ao sector priv.)	60,4	63,8	...	64,3	...	60,4	59,9

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Fim do período.

² Inclui a valorização.

³ Inclui as empresas públicas e as administrações locais.

4. Balança de Pagamentos, 2008-12
(Em mil milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2008	2009	2010		2011		2012	
			4a. Aval.	Est.	4a. Aval.	Proj.	Proj.	
Conta corrente	7.194	-7.572	480	7.300	-4.320	11.939	7.935	
Balança comercial	42.932	18.168	28.283	32.232	24.804	42.143	45.483	
Exportações, FOB	63.914	40.828	49.724	50.575	50.154	63.867	69.337	
Petróleo bruto	61.666	39.271	47.703	48.578	47.913	61.711	66.895	
Produtos petrolíferos refinados e gás	792	532	638	645	678	789	874	
Diamantes	1.210	814	1.121	1.071	1.238	1.182	1.447	
Outros	247	212	262	281	325	185	122	
Importações, FOB	-20.982	-22.660	-21.442	-18.342	-25.350	-21.724	-23.855	
Sector petrolífero	-5.713	-4.326	-5.255	-5.035	-5.596	-6.396	-6.934	
Sector não petrolífero	-15.269	-18.334	-16.187	-13.307	-19.754	-15.328	-16.921	
Serviços (líquidos)	-21.810	-18.546	-18.524	-16.616	-19.480	-20.938	-28.016	
Recebimentos	329	623	653	643	705	779	868	
Pagamentos	-22.139	-19.169	-19.177	-17.259	-20.185	-21.716	-28.884	
Rendimento (líquido)	-13.718	-6.823	-8.866	-7.903	-9.222	-8.844	-9.147	
Recebimentos	422	131	137	136	148	142	157	
Pagamentos	-14.140	-6.954	-9.003	-8.038	-9.370	-8.985	-9.304	
Transferências (líquidas)	-210	-370	-413	-413	-422	-422	-385	
Transferências oficiais	-210	-370	-413	-413	-422	-422	-385	
Outras transferências	0	0	0	0	0	0	0	
Conta de capital e financeira	4.108	-1.647	7.574	21	5.566	-7.585	5.468	
Conta de capital	13	11	0	0	0	0	0	
Conta financeira	4.095	-1.659	7.574	21	2.214	-7.585	5.468	
IDE e investimento de carteira	-1.381	1.199	2.321	-4.319	2.919	-3.645	335	
Outros investimentos	5.476	-2.857	5.253	4.340	-705	-3.940	5.133	
Médio e longo prazos	3.833	561	1.070	1.070	2.217	-1.972	-1.117	
<i>Dos quais:</i>								
Sector público (líquido)	3.833	561	1.070	1.070	2.217	-1.972	-1.117	
Desembolsos	5.277	4.377	3.430	3.430	5.862	1.442	3.000	
Amortização devida	-1.443	-3.817	-2.360	-2.360	-3.645	-3.414	-4.117	
Curto prazo	1.643	-3.418	4.183	3.271	-2.922	-1.967	6.250	
Erros e omissões	-2.056	4.036	0	0	0	0	0	
Saldo global	9.246	-5.183	3.691	7.322	1.246	4.354	13.402	
Financiamento	-7.979	4.673	-3.691	-7.322	-1.700	-4.354	-13.402	
Reservas internacionais líquidas das autoridades monetárias (- = aumento)	-6.673	4.264	-3.000	-6.631	-1.700	-4.354	-13.402	
<i>Das quais:</i> Uso do crédito do Fundo	0	-367	530	530	454	442	137	
Financiamento excepcional	-1.306	409	-691	-691	0	0	0	
Por memória:			<i>(Porcentagem do PIB)</i>					
Conta corrente	8,5	-10,0	0,6	8,9	-4,8	12,0	7,3	
Balança comercial	51,0	24,1	33,5	39,1	27,6	42,4	41,7	
Conta de capital e financeira	4,9	-2,2	9,0	0,0	2,5	-7,6	5,0	
Saldo global	11,0	-6,9	4,4	8,9	1,4	4,4	12,3	
Donativos oficiais	-0,2	-0,5	-0,5	-0,5	-0,5	-0,4	-0,4	
Exportações, FOB (variação percentual)	44,0	-36,1	21,8	23,9	0,9	26,3	8,6	
<i>Das quais:</i> exportações de petróleo (var. %)	232,8	-65,2	21,5	87,4	0,5	29,1	-7,3	
Importações, FOB (variação percentual)	53,6	8,0	-5,4	-19,1	18,2	18,4	9,8	
Termos de troca (variação percentual)	14,0	-25,5	...	19,8	...	21,9	-3,7	
Reservas internacionais brutas								
<i>Em milhões de USD</i>	17.869	13.238	16.238	19.339	17.938	23.376	36.641	
<i>Em meses de importações</i>	5,1	3,6	4,3	4,9	4,3	5,3	7,4	
Kwanza/dólar	75,0	79,3	92,6	91,9	

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Tabela 5. Angola: Cenário de Médio Prazo Ilustrativo, 2009–16

	2009	2010		2011		2012	2013	2014	2015	2016
		4a. Aval.	Est.	4a. Aval.	Proj.					
Economia real (variação percentual)										
Produto interno bruto real	2,4	2,3	3,4	6,4	3,7	10,8	6,7	6,6	6,6	6,0
Sector petrolífero	-5,1	-1,3	-3,0	3,8	-3,0	11,6	3,0	3,0	3,0	2,0
Sector não petrolífero	8,1	4,7	7,6	8,1	7,7	10,4	8,7	8,5	8,3	7,9
Produto interno bruto nominal	-5,2	29,5	26,6	17,1	29,3	22,3	13,7	12,5	9,3	8,5
Sector petrolífero	-25,4	41,2	27,6	19,1	36,5	20,5	8,3	8,6	1,9	0,9
Sector não petrolífero	21,1	20,2	25,7	15,6	23,5	23,9	18,5	15,6	14,8	13,5
Deflador do PIB (final do período)	-7,4	...	22,4	...	26,3	10,3	6,6	5,5	2,6	2,4
Deflador do PIB não petrolífero (final do período)	12,1	...	16,8	...	14,7	12,2	8,9	6,6	6,0	5,3
Preços no consumidor (média anual)	13,7	14,5	14,5	12,0	14,1	11,8	8,9	6,5	6,0	5,2
Preços no consumidor (fim do período)	14,0	15,0	15,3	10,8	12,0	11,2	7,0	6,0	6,0	4,5
Produto interno bruto (em mil milhões de kwanzas)	5.989	7.756	7.580	8.879	9.803	11.986	13.628	15.328	16.755	18.181
Produto interno bruto petrolífero (em mil milhões de kwanzas)	2.662	3.757	3.396	4.044	4.637	5.586	6.047	6.565	6.691	6.754
Produto interno bruto não petrolífero (em mil milhões de kwanzas)	3.327	3.999	4.184	4.835	5.167	6.400	7.581	8.763	10.064	11.427
Produto interno bruto (em mil milhões de USD)	75,5	84,3	82,5	90,0	99,3	109,0	117,3	122,6	134,0	145,4
Produto interno bruto per capita (em USD)	4.081	4.425	4.329	4.584	5.061	5.391	5.633	5.717	6.068	6.392
Governo central (em percentagem do PIB)										
Total da receita	34,5	42,2	43,5	40,1	43,9	43,4	42,8	42,6	41,0	39,5
Da qual: petrolífera	24,2	31,9	33,0	30,3	34,8	33,3	32,3	31,8	29,6	27,6
Total da despesa	39,5	34,7	36,7	35,6	35,4	34,9	35,6	36,0	36,3	37,2
Despesas correntes	27,1	27,0	27,0	26,5	25,6	24,9	25,1	25,1	24,8	24,4
Despesas de capital	12,4	7,7	9,7	9,1	9,8	10,0	10,5	10,9	11,5	12,8
Saldo fiscal global (base orçamental)	-4,9	7,5	6,8	4,5	8,5	8,5	7,2	6,6	4,7	2,3
Saldo fiscal primário não petrolífero (base orçamental)	-26,9	-20,4	-22,8	-21,9	-22,5	-21,5	-21,5	-21,5	-21,5	-22,2
Moeda e crédito (final do período, variação percentual)										
Meios de pagamento (M3)	21,5	22,4	7,8	21,0	21,5	23,7	18,9	16,3	15,7	14,5
Velocidade de circulação da moeda (PIB/M2)	2,6	3,1	2,9	2,8	3,1	3,1	2,9	2,8	2,6	2,5
Velocidade de circulação da moeda (PIB não petrolífero/M2)	1,4	1,6	1,6	1,5	1,7	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
Crédito à economia (variação percentual em 12 meses)	59,5	32,5	24,8	31,9	46,1	15,0	14,7	10,0	18,3	16,9
Balança de pagamentos										
Saldo da balança de bens e serviços (percentagem do PIB)	-0,1	11,6	2,1	5,9	2,2	1,5	1,2	1,0	0,8	0,7
Exportações, FOB (variação percentual)	-35,5	21,8	23,6	0,9	26,2	8,6	2,8	1,3	2,3	0,9
Das quais: exportações de petróleo (variação percentual)	-65,2	21,5	87,4	0,5	29,1	-7,3	4,3	0,0	2,5	-0,1
Importações, FOB (variação percentual)	3,0	-5,4	14,9	18,2	-22,0	-21,4	-5,5	-4,6	-5,3	-3,0
Termos de troca (variação percentual)	-25,5	...	19,8	...	21,9	-3,7	-0,4	-2,0	-1,3	-1,4
Balança de transacções correntes (percentagem do PIB)	-10,0	0,6	8,9	-4,8	12,0	7,3	5,7	3,9	2,3	1,2
Reservas internacionais brutas (fim do período, em milhões de USD)	13.238	16.238	19.339	17.938	23.376	36.641	45.820	55.394	64.691	71.897
Reservas internacionais brutas (meses de importações)	3,6	4,3	4,9	4,3	5,3	7,4	9,0	10,4	11,7	12,4
Taxa de câmbio										
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	79,3	92,6	91,9
Taxa de câmbio oficial (fim do período, kwanzas por USD)	89,4	92,9	92,6
Variação da taxa de câmbio nominal (- = depreciação)	-0,5	...	15,9
Taxa de câmbio efectiva real (- = depreciação)	-12,6	...	5,7
Dívida (em percentagem do PIB)										
Dívida externa pública (incluindo o FMI)	20,0	20,7	19,0	19,8	15,9	13,4	11,4	9,8	7,8	6,7
Dívida total (bruta) do governo central, externa e interna	36,3	36,4	35,0	36,0	29,9	24,7	19,9	16,3	13,7	12,2
Petróleo										
Produção de petróleo (milhões de barris/dia)	1.809	1.786	1.755	1.853	1.703	1.900	1.957	2.016	2.076	2.118
Preço do petróleo angolano (média, USD/barril)	60,9	75,1	77,8	72,6	102,0	98,8	98,3	96,3	95,3	94,3
Preço do petróleo segundo as projecções do WEO (média, USD/barril)	61,8	76,2	79,0	78,8	103,2	100,0	99,5	97,5	96,5	95,5

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Tabela 6. Angola: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2009–12
(Em milhões de USD)

	2009	2010	2011	2012
A. Necessidade bruta de financiamento	4.422	830	(6.258)	6.858
Défice da conta corrente externa (excedente = -)	7.572	(7.300)	(11.939)	(7.935)
Amortização da dívida de médio e longo prazos	1.114	1.500	1.327	1.391
Acumulação bruta de reservas (aumento = +)	(4.264)	6.631	4.354	13.402
B. Fontes de Financiamento	779	820	(6.576)	6.722
Conta de capital (líquido)	11	-	-	-
Investimento de carteira	(490)	(270)	(300)	(300)
Investimento estrangeiro directo (líquido)	2.199	(4.568)	(2.645)	1.335
Fluxos de saída de IDE para o exterior	(7)	(1.340)	(13.164)	(2.259)
Fluxos de entrada de IDE para Angola	2.205	(3.227)	10.519	3.593
Desembolsos do sector oficial	2.845	1.673	4.605	3.564
Outras operações de capital (líquido)	(3.785)	3.985	(8.235)	2.123
C. Défice de Financiamento (A-B)	3.642	10	318	137
Erros e omissões	786	-	-	-
Financiamento excepcional	409	(691)	-	-
Acordo SBA do FMI	367	701	318	137

Fontes: Autoridades angolanas e projecções do corpo técnico do FMI.

Tabela 7. Angola: Indicadores da Solidez Financeira do Sistema Bancário 2003–11
(Percentagem, fim do período)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Dez-10	Mar-11
Adequação dos fundos próprios									
Capital regulamentar/activos ponderados pelo risco	18,1	19,6	19,4	18,5	21,9	19,5	19,5	18,6	19,8
Capital (patr. líquido)/activos ponderados pelo risco	11,8	13,5	16,1	15,3	15,0	16,0	14,7	17,9	19,3
Qualidade dos activos									
Empr. em moeda estrangeira/total de empréstimos	27,8	55,7	72,7	71,4	69,9	61,9	65,3	64,9	78,9
Empréstimos mal parados/empréstimos brutos	9,0	8,1	6,4	4,8	2,9	2,4	2,6	8,6	5,6
Provisões como % do capital (património líquido)	13,0	13,6	9,2	8,8	4,9	...	11,6	26,2	18,2
Distribuição sectorial do crédito									
Crédito ao sector público/crédito total	7,7	5,2	10,0	7,1	8,1	10,1	9,4	4,4	6,1
Crédito ao sector privado/crédito total	92,3	94,7	89,1	92,6	91,9	89,9	90,6	90,1	89,7
Lucro líquido									
Rendibilidade dos activos (ROA)*	4,7	4,1	3,1	2,7	2,7	2,4	3,4	3,0	0,8
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)*	27,0	24,3	34,2	28,8	23,6	26,5	36,5	32,1	8,3
Despesas/rendimentos*	82,2	87,7	62,5	64,5	73,6	...	45,5	100,0	100,0
Diferencial das taxas de juros (bancos comerciais)									
Taxa de empréstimo menos taxa dos dep. à ordem	71,1	62,6	32,3	18,9	9,4	9,0	9,0	15,7	18,4
Taxas dos depósitos de poupança	47,1	46,0	2,4	3,2	8,2	8,6	8,6	11,0	11,3
Margem de juros/receita bruta	103,8	116,3	58,6	47,4	56,1	56,9	26,7	68,2	65,1
Liquidez									
Activos líquidos/total do activo	97,0	63,9	47,1	34,4	34,2	42,6	31,4	32,0	31,8
Activos líquidos/passivo de curto prazo	85,3	78,5	84,1	59,8	63,1	93,1	56,9	38,6	37,8
Empréstimos/depósitos	38,7	45,8	39,9	45,4	54,0	53,7	55,8	60,6	57,6
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	46,5	45,0	55,1	59,2	54,8	48,0	54,9	53,7	63,2
Sensibilidade ao risco de mercado									
Posição aberta líquida em ME/capital	41,6	64,1	53,1	74,34	33,0	45,5	88,8	4,5	...

Fonte: BNA, Direcção de Supervisão das Instituições Financeiras.

¹ Em Fevereiro de 2011.

*As variações drásticas nesses indicadores estão a ser objecto de análise a avaliação tendo em conta o impacto causado pelo reporte de informações segundo o novo plano de contas.

Tabela 8. Angola: Indicadores da Capacidade de Pagamento ao Fundo, 2009-16

(Em milhões de DSE, salvo indicação em contrário)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Desembolsos	229,0	343,6	286,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortizações	0,0	0,0	0,0	0,0	171,8	329,3	257,7	100,2
Comissões/juros	0,0	3,7	3,4	11,3	10,9	8,0	3,6	0,8
Uso dos recursos do Fundo	229,0	572,6	858,9	858,9	687,1	357,9	100,2	0,0
Por memória:								
Serviço da dívida (percentagem)								
Pagamentos ao Fundo/Exportações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,8	0,5	0,2
Pagamentos ao Fundo/Quota	0,0	1,3	1,2	4,0	63,8	117,8	91,2	35,3
Pagamentos ao Fundo/PIB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,4	0,3	0,1
Pagamentos ao Fundo/Reservas	0,0	0,0	0,0	0,1	1,1	1,8	1,3	0,4
Uso dos recursos do Fundo (percentagem)								
Uso dos recursos do Fundo/Exportações	0,9	1,7	2,6	2,2	1,6	0,8	0,2	0,0
Uso dos recursos do Fundo/Quota	80,0	200,0	300,0	300,0	240,0	125,0	35,0	0,0
Uso dos recursos do Fundo/PIB	0,5	1,0	1,4	1,3	0,9	0,5	0,1	0,0
Uso dos recursos do Fundo/Reservas	2,7	5,3	7,3	6,1	4,2	1,9	0,5	0,0

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Tabela 9. Avaliações e Desembolsos no âmbito do Acordo Stand-By de 27 meses

Data de liberação	Ponto da situação	Valor da compra		Condições
		Porcentagem da quota	Milhões de DSE	
23 de Novembro de 2009	Compra efectuada	80,0	229,0	Mediante a aprovação do SBA
10 de Maio de 2010	Compra efectuada	40,0	114,5	Mediante a conclusão da primeira avaliação e observância dos critérios de desempenho para o final de Dezembro de 2009
24 de Setembro de 2010	Compra efectuada	80,0	229,0	Mediante a conclusão da segunda e terceira avaliações e observância dos critérios de desempenho para o final de Junho de 2010
21 de Janeiro de 2010	Compra efectuada	40,0	114,5	Mediante a conclusão da quarta avaliação e observância dos critérios de desempenho para o final de Setembro de 2010
15 de Junho de 2011		30,0	85,9	Mediante a conclusão da quinta avaliação e observância dos critérios de desempenho para o final de Março de 2011
15 de Dezembro de 2011		30,0	85,9	Mediante a conclusão da sexta avaliação e observância dos critérios de desempenho para o final de Setembro de 2011
Total		300,0	858,9	

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Tabela 10. Angola: Critérios de Desempenho Quantitativos (CD) e Metas Indicativas (MI), 2011

	2011											
	Março				Jun				Set		Dez	
	CD	CD ajust.	Efectivo	Margem ¹	MI	MI ajust.	Efectivo	Margem ¹	CD	CD	MI	MI
								4 ^a . Aval.	Corr.	4 ^a . Aval.	Corr.	
Critérios de desempenho ²												
Reservas internacionais líquidas, limite mínimo (milhões de USD)	12,834	13,175	15,745	2,570	13,511	17,277	18,011	734	14,502	16,944	14,164	17,889
Crédito interno líquido concedido pelo BNA, limite máximo (mil milhões de kwanzas)	-518	-550	-788	238	-564	-913	-975	62	-644	-1056	-529	-1165
Crédito líquido do sistema bancário ao governo, limite máximo (mil milhões de kwanzas)	373	341	-79	420	277	-72	-260	188	127	-469	167	-560
Contas a pagar, limite máximo (mil milhões de kwanzas)	100		21	79	100		-43	143	100	100	100	100
Não acumulação de atrasados externos (mil milhões de USD) ³	0		0	0	0		0	0	0	0	0	0
Endividamento externo, limite máximo (mil milhões de USD) ³	4.0		0.4	3.6	4.0		0.8	3.2	4.0	4.0	4.0	4.0
Metas indicativas												
Gastos sociais, limite mínimo (mil milhões de kwanzas) ⁴	185	185	164	-21	424		549	125	630	630	997	997
Défice fiscal primário não petrolífero (base orçamental), limite máximo (mil milhões de kwanzas) ⁴	378	378	356	22	803		802	1	1,278	1,399	2,030	2,284
<i>Por memória:</i>												
Pressupostos do programa (mil milhões de kwanzas)												
Receita petrolífera, menos despesas do sector petrolífero	635		712		1,294		1,653		1,980	2,219	2,691	3,111
Pagamento do serviço da dívida externa pelo governo central	29		74		66		76		93	138	185	185
Endividamento externo de M/L prazo do governo central não relacionado a projectos	0		0		0		0		0	51	0	53
Saldos não confirmados de activos, em mil milhões de USD												

¹ A margem em vermelho indica o não cumprimento do CD ou da MI.

² Os critérios de desempenho e metas indicativas são avaliados às taxas de câmbio especificadas no MTE.

³ Aplicação contínua.

⁴ Acumulado desde 1 de Janeiro de 2011.

Tabela 11. Angola: Medidas de Reforma Estrutural no âmbito do Acordo Stand-By

Objectivos	Ações	Prazo	Ponto da situação
Medida prévia	Concluir a regularização de todas as contas a pagar acumuladas em 2010 e não liquidadas até ao final de Março de 2011 (atrasados).	30 de Agosto de 2011	Cumprido
Indicadores de referência estruturais			
Gestão das finanças públicas	Desenvolvimento da estrutura para a avaliação e monitoria de projectos, a ser usada numa base piloto para a avaliação de novos projectos durante o processo de elaboração do orçamento de 2012.	Setembro de 2010, reprogramado para Maio de 2011	Não foi cumprido. As autoridades contrataram um consultor internacional, e foi iniciado um programa de formação.
	Submeter à apreciação da Assembleia Nacional a nova Lei das Empresas Públicas.	Março de 2011	Cumprido
	Concluir a regularização de todos os atrasados de pagamentos internos do governo central comprovados e incorridos antes do final de Dezembro de 2010.	Março de 2011	Cumprido com atraso. O processo de confirmação foi concluído em Fevereiro de 2011. A maioria dos atrasados foi regularizada até ao final de Março de 2011. No final de Agosto de 2011, chegou-se a um acordo com os credores para eliminar todos os atrasados restantes relativos a 2008-09 até ao final de 2011.
	Aprovação da nova estratégia de gestão da dívida pelo Conselho de Ministros.	Março de 2011, reprogramado para Novembro de 2011	Não foi cumprido. Atrasos por causa do tempo necessário para desenvolver as capacidades.
	Definir um plano de acção calendarizado e um sistema de alerta antecipado para aperfeiçoar a monitoria das contas a pagar e a sua duração.	Novembro de 2011	
	Concluir o relatório de reconciliação, que reconcilia os dados do Ministério das Finanças e da Sonangol sobre as contas a receber e a pagar.	Novembro de 2011	
Transparência fiscal	Iniciar a publicação trimestral, no sítio do Ministério das Finanças na Internet, dos relatórios do governo central sobre a execução orçamental, com a cobertura das despesas realizadas pela Sonangol em nome do governo central.	Junho de 2010, reprogramado para Junho de 2011	Cumprido
	Publicação das demonstrações financeiras auditadas da Sonangol para o exercício 2010, incluindo as suas operações parafiscais.	Setembro de 2011	Cumprido
Reforma tributária	Submeter ao Conselho de Ministros um plano de acção calendarizado para o programa de reforma tributária do governo.	Junho 2011	Cumprido
Estabilidade do sector financeiro	Alterar o regulamento sobre adequação dos fundos próprios para que este reflecta o risco de crédito dos empréstimos em moeda estrangeira.	Março de 2011	Cumprido com atraso por causa da necessidade de dar mais tempo para as consultas com os participantes do mercado.
Medidas de salvaguarda do banco central	Emissão de relatórios semestrais do Gabinete de Auditoria Interna do BNA ao Conselho de Administração sobre o cumprimento das directrizes relativas ao investimento das reservas estrangeiras.	Setembro de 2010, reprogramado para Março de 2011	Cumprido com atraso. Relatório emitido em Maio de 2011.
	Reformulação do Conselho Fiscal, através da: i) substituição do membro que tem um conflito de interesses, ii) adopção de um Estatuto para definir todas as responsabilidades legais e iii) assunção da responsabilidade pela supervisão do processo de auditoria externa e reporte de dados financeiros.	Junho de 2010, reprogramado para Janeiro de 2011	Cumprido
Transparência do banco central	Concluir a auditoria das demonstrações financeiras do BNA relativas a 2010.	Junho 2011	Cumprido

CARTA DE INTENÇÕES

26 de Setembro de 2011

Exma. Sra. Christine Lagarde
Directora-Geral
Fundo Monetário Internacional
700 19th Street N.W.
Washington, D.C. 20431 EUA

Senhora Directora-Geral:

1. **O governo angolano está a consolidar os progressos na consecução dos principais objectivos do programa apoiado pelo Acordo Stand-By (SBA).** O país está a se recuperar da crise. As reservas internacionais brutas cresceram mais de USD 11,5 mil milhões desde ao final de 2009 e, graças à prudência na aplicação da política fiscal, o orçamento voltou a registar um substancial excedente. As pressões sentidas no mercado cambial estão a abrandar gradativamente, e foi concluído o processo de regularização do stock de atrasados acumulados no período 2008–09. Todavia, as dificuldades enfrentadas pelo sector petrolífero continuam a afectar o crescimento, tendo neutralizado uma parcela significativa dos ganhos obtidos com a subida dos preços do petróleo. Para além disso, é preciso prosseguir nos esforços para baixar a inflação, reforçar a protecção contra a volatilidade da receita petrolífera e solucionar os problemas relacionados à gestão financeira pública. Não menos importante é a retoma dos programas de investimento público, que sofreram profundos cortes em 2009 e 2010 e são fundamentais para colmatar os estrangulamentos em matéria de infra-estruturas.

2. **Angola cumpriu todos os critérios de desempenho quantitativos para o final de Março e todas as metas indicativas, com uma única excepção, o que configura o nosso mais bem sucedido desempenho no âmbito do acordo SBA até à altura.** Esta melhoria significativa do desempenho no âmbito do programa reflecte o nosso forte compromisso com a implementação vigorosa das políticas acordadas ao abrigo do acordo SBA. De destacar que o país cumpriu os critérios de desempenho relativos ao crédito interno líquido concedido pelo BNA e ao crédito líquido ao governo concedido pelo sistema bancário, enquanto a política fiscal restritiva continuou a manter o défice primário não petrolífero dentro da meta acordada. Também cumprimos o limite máximo (tecto) à acumulação de contas a pagar e excedemos por uma margem significativa o critério de desempenho relativo às reservas internacionais líquidas. Por último, graças à prudência na gestão da dívida, cumprimos o limite ao endividamento externo e não acumulamos atrasados nos pagamentos externos. Com base nos dados preliminares, tudo indica que também cumprimos todas as metas indicativas para o final de Junho.

3. **O nosso programa de reformas estruturais está a avançar, e comprometemo-nos a levar adiante as medidas de reforma estrutural acordadas no âmbito do SBA, mesmo reconhecendo que as dificuldades em termos de capacitação provocaram atrasos no ritmo de implementação nalgumas áreas.** Concluimos a auditoria das demonstrações financeiras do BNA e publicamos o nosso primeiro relatório de execução orçamental, após a apresentação deste à Assembleia Nacional. Já foram regularizados todos os atrasados relacionados às operações orçamentais do período 2008–2010, embora com algum atraso por causa da demora do processo de verificação dos atrasados de 2008–09, da consideração de créditos adicionais apresentados durante o processo de verificação e de problemas técnicos ligados ao registo e validação de determinadas despesas de investimento. As contas a pagar vinculadas à execução do orçamento de 2010 estão a ser contidas dentro dos limites do programa, e estamos a trabalhar com consultores externos para pôr em prática um plano de acção para continuar a aperfeiçoar o nosso sistema de informação orçamental, de modo a garantir o acompanhamento rigoroso das obrigações do governo, para além de outros objectivos. A finalização, até Novembro de 2011, de um relatório sobre o ponto da situação deste plano de acção constituirá um *indicador de referência estrutural* para a sexta avaliação.

4. **Há planos para a aplicação de novas e importantes medidas para fortalecer a gestão financeira pública e aperfeiçoar a gestão de tesouraria.** É nossa intenção ancorar a nossa política de gestão prudente da dívida numa estratégia de médio prazo e na análise da sustentabilidade da dívida. Também reconhecemos que a imprevisibilidade das transferências das receitas do petróleo pela empresa petrolífera estatal (Sonangol) para o Ministério das Finanças gera problemas para a gestão de tesouraria. Como parte das medidas correctivas nesta área, criamos um grupo interinstitucional de alto nível (com a participação do Ministério das Finanças, do Ministério do Petróleo, do Ministério da Planificação e da Sonangol) que, entre outras coisas, assegurará a reconciliação dos dados orçamentais e dos pagamentos regulares das contas a receber da Sonangol. Um relatório de reconciliação será produzido até ao final de Novembro e examinado pelo corpo técnico do Fundo aquando da sexta avaliação do SBA (*indicador de referência estrutural*). Continuamos empenhados em incluir nos nossos relatórios orçamentais um relato completo e detalhado das despesas parafiscais realizadas pela Sonangol, e em eliminar gradativamente esta prática. Também estamos empenhados em esclarecer os factores por trás do grande saldo residual de financiamento não monetário no orçamento, visando uma melhor compreensão das necessidades de financiamento das operações orçamentais.

5. **No Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) anexo, descrevemos como tencionamos prosseguir na implementação do programa.** Os nossos principais objectivos para 2011 ainda são reduzir a inflação, continuar a reforçar a margem de acumulação de reservas externas e direccionar as despesas de investimento para os projectos de infra-estruturas, de modo a promover a diversificação económica e reduzir a pobreza. Adoptamos um orçamento suplementar, conforme previsto na quarta avaliação, que prevê o uso prudente de parte das receitas extraordinárias do petróleo projectadas para 2011 em simultâneo ao apoio à acumulação de reservas internacionais. Iremos conter o

ANEXO I. ANGOLA—MEMORANDO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

Desenvolvimentos Recentes

7. Angola está a registar avanços constantes na recuperação após o colapso dos preços do petróleo em decorrência da crise económica global. A posição fiscal foi reforçada com o controlo dos níveis de despesas, as reservas estão a ser reconstituídas e a taxa de câmbio estabilizou. O grande volume de atrasados internos acumulados durante a crise foi liquidado, apesar dos atrasos neste exercício, que a princípio deveria ter sido concluído no final de Março de 2011. O governo intensificou o controlo sobre a cabimentação de despesas para conter o surgimento de novos atrasados, mas serão necessárias novas melhorias para dar uma solução cabal ao problema. Uma Comissão Económica a nível ministerial está acompanhar atentamente os desenvolvimentos macroeconómicos, o impacto dos preços do petróleo sobre as receitas e a transferência atempada das receitas do petróleo para o orçamento.

8. O crescimento económico em 2010 e no primeiro trimestre de 2011 foi positivo, mas ainda não retornou aos níveis registados antes da crise. Isto reflecte tanto uma desaceleração na produção de petróleo quanto um abrandamento mais pronunciado do que se esperava em determinados sectores, em parte em função da crise e como resultado do intenso ajustamento fiscal. Estima-se que o PIB tenha crescido 3,5 por cento em 2010, com uma expansão de 7,5 por cento do PIB não petrolífero. Não há expectativa de um crescimento muito maior em 2011, uma vez que a previsão é de declínio na produção petrolífera em 2011 em virtude dos problemas na extracção em alguns campos. A inflação, que continua a rondar os 15 por cento, registou poucas alterações durante o período de contracção económica, não obstante o ajustamento significativo da taxa de câmbio. Confirmamos a nossa meta de inflação de 12 por cento no final de 2011, que pretendemos atingir através de uma postura prudente no domínio da política monetária. As perspectivas para o médio prazo são favoráveis. A expectativa é de forte retoma do crescimento, uma vez que os investimentos contínuos nos campos petrolíferos manterão a produção no patamar de 1,7 milhões de barris por dia no médio prazo. De referir também que as exportações de gás natural liquefeito (GNL) devem começar em princípios de 2012. Embora o sector petrolífero continuará a representar uma parcela significativa da nossa economia, a nossa estratégia de reformas estruturais tem como objectivo a diversificação económica e a promoção do crescimento não petrolífero, especialmente no que respeita à agricultura.

9. À luz das informações mais recentes, cumprimos todos os critérios de desempenho quantitativos para a data de teste do final de Março de 2011. Também cumprimos todas as metas indicativas, com a excepção daquela relativa aos gastos sociais. Prossegue a implementação do nosso programa de reformas, tendo a maior parte dos indicadores de referência estruturais sido alcançada (por vezes com atraso) ou quase alcançada. Em Maio de 2011, concluímos o nosso primeiro relatório de execução orçamental, relativo ao primeiro trimestre de 2011. O relatório foi submetido à Assembleia Nacional e publicado no sítio do Ministério das Finanças na Internet. Estes relatórios trimestrais serão produzidos

regularmente. O nosso programa de aperfeiçoamento da avaliação de projectos no Ministério do Planeamento, que havia sido adiado para Maio aquando da quarta avaliação, continua a enfrentar dificuldades na obtenção da assistência do BAfD. O indicador de referência estrutural sobre a definição de um plano de acção calendarizado para o programa de reforma fiscal do governo foi cumprido antes do prazo acordado, ao publicarmos um plano quinquenal em Março de 2011. Contudo, não conseguimos cumprir o indicador de referência estrutural sobre a aprovação da estratégia de gestão da dívida pelo Conselho de Ministros. Isto se deve ao grande esforço dedicado à capacitação, com a oferta de novos cursos de formação financeira aos funcionários, por considerarmos que trata-se de uma importante condição prévia para a eficácia. Reprogramamos para Novembro de 2011 a data-limite para este indicador de referência. O indicador de referência estrutural do final de Março de 2011 relativo à regularização de todos os atrasados restantes do período 2008–09 não foi cumprido no prazo, em parte por causa da demora na auditoria de verificação, que foi concluída no final de Fevereiro de 2011. De referir, porém, que a operação de regularização dos atrasados foi concluída no final de Agosto de 2011; até ao final de Julho de 2011, foram efectuados pagamentos à vista significativos, e em 26 de Agosto de 2011 foram firmados acordos de regularização com os fornecedores restantes (ver adiante). Após a conclusão do relatório de auditoria, foram identificados cerca de USD 378 milhões em atrasados adicionais de 2008-09 referentes a compras incorrectamente processadas ou sem dotação orçamental. Apesar de não se enquadrarem na estratégia original de liquidação dos atrasados, que focalizava apenas as despesas que seguiram os trâmites orçamentais normais, o governo decidiu liquidar estes atrasados em condições comparáveis às aplicadas aos outros créditos.

O Orçamento de 2011 e a sua Revisão

10. A execução orçamental em 2010 reflectiu os nossos esforços no sentido de conter os gastos e compatibilizar os níveis de despesas com os saldos de caixa disponíveis. Com isto, verificou-se uma melhoria de cerca de 7 pontos percentuais do PIB não petrolífero no saldo primário não petrolífero. Este esforço de contenção da despesa deu-nos o espaço necessário para começar a reforçar a nossa posição financeira — para reconstituir os depósitos no BNA e liquidar uma parcela significativa dos atrasados internos — mas ele também representa um fardo para a nossa economia, e não pode se prolongar indefinidamente.

11. O nosso orçamento original para 2011 foi estruturado em torno do duplo objectivo de reconstituir as reservas externas e aumentar os gastos de investimento para fazer face às principais deficiências de infra-estrutura (nomeadamente nas redes de águas e esgotos, malha rodoviária, geração de energia e desenvolvimento do capital humano). Os estrangulamentos em matéria de infra-estruturas ainda são graves e contribuem para a persistência das pressões inflacionistas e para os precários indicadores de desenvolvimento. Em vista desses desafios, decidimos submeter à Assembleia Nacional um orçamento suplementar para 2011. Dadas as incertezas que envolvem as perspectivas económicas globais, o orçamento suplementar continuará a assumir uma postura prudente no que respeita às projecções de receitas do sector petrolífero.

12. O objectivo do orçamento suplementar é financiar outros projectos prioritários nas áreas de saúde e educação, geração de energia térmica e infra-estrutura rodoviária. Estes gastos adicionais, que ascendem a um total de Kz 185 mil milhões, serão financiados em parte através da reafecção de recursos orçamentais destinados a projectos que dificilmente seriam iniciados em 2011. Considerando estes gastos adicionais, esperamos registar um excedente orçamental na ordem de 8,8 por cento do PIB em 2011, contra 6,8 por cento do PIB em 2010. Esta situação orçamental contribuirá para a reconstituição das reservas externas e a liberação de recursos para liquidar o restante dos nossos atrasados comprovados de 2008–09 e os novos atrasados acumulados em 2010, no montante de Kz 52 mil milhões. Aspiramos a cumprir o nosso compromisso de afectar 30 por cento dos recursos orçamentais às despesas sociais.

Regularização dos Atrasados Internos e Melhoria dos Sistemas de Informação

13. A queda dos preços do petróleo no final de 2008 provocou uma diminuição acentuada das receitas do governo, o que forçou a uma forte redução dos níveis de despesas em 2009. Em simultâneo, a compressão das receitas de tesouraria foi agravada pelos atrasos nas transferências da receita do petróleo pela Sonangol. Esta situação resultou em atrasos nos pagamentos aos fornecedores nacionais, primordialmente, mas não em exclusivo, no sector da construção civil. Muitos projectos de construção já em curso continuaram a ser executados, o que levou a uma acumulação adicional de atrasados de pagamento. Estes desenvolvimentos, por sua vez, pioraram os balanços das instituições de crédito.

14. Em fins de Fevereiro de 2011, com a ajuda de uma firma de consultoria internacional, concluímos a auditoria de verificação dos atrasados de pagamento de 2008–09. A auditoria resultou na confirmação de um total de USD 5,7 mil milhões em atrasados relativos ao Programa de Investimento Público (PIP), para além da existência de USD 1,8 mil milhões em atrasos relativos a empréstimos bancários de curto prazo a vencer.

- No que respeita aos atrasos ligados ao PIP, a estimativa inicial de USD 6,8 mil milhões caiu para USD 5,7 mil milhões após a verificação, principalmente por causa da eliminação de registos em duplicado. Demos início à regularização desses atrasados, com o pagamento à vista de USD 3 mil milhões em créditos relativos a Setembro e Outubro de 2010. Entre Abril e Julho de 2011, efectuamos novos pagamentos à vista no valor total de USD 720 milhões. Até 26 de Agosto de 2011, havíamos firmado acordos de regularização com os demais fornecedores sobre o restante dos atrasados relacionados ao PIP. Nos termos desses acordos, todos os pagamentos em atraso serão regularizados integralmente até ao final de Maio de 2012.
- Em relação aos empréstimos bancários de curto prazo vincendos, regularizamos um total de USD 660 milhões desses atrasados com um pagamento à vista, e emitimos

títulos de médio prazo indexados ao câmbio para liquidar os restantes USD 1,14 mil milhões.

15. Não cumprimos o indicador de referência estrutural do final de Março sobre a regularização de todos os atrasados confirmados até ao final de 2010, em parte por causa da demora na conclusão da auditoria dos atrasados de 2008–09.
16. Em 2010, mais uma vez fizemos esforços significativos de contenção dos gastos, com vistas a compatibilizar os níveis de despesas com os recursos disponíveis, e tomamos medidas para melhorar a planificação financeira trimestral e os planos de tesouraria mensais, a fim de evitar a recorrência do problema dos atrasados. Todavia, a despeito dos nossos melhores esforços, foram gerados novos atrasados no montante total de Kz 52 mil milhões em virtude da acumulação de contas a pagar no quarto trimestre de 2010, contas estas que não foram liquidadas antes da data-limite do final de Março de 2011. Este atraso reflecte algumas deficiências no nosso sistema de informação contabilística. Cerca de 20 por cento das nossas transacções de despesas (ou cerca de 15 por cento do total), sobretudo no que respeita aos gastos relacionados a projectos e ao serviço da dívida, são iniciadas fora do Sistema de Gestão de Operações Financeiras do Estado (SIGFE). Após a devida verificação, algumas destas transacções foram liquidadas, mas não foi efectuado o registo atempado destes pagamentos no nosso sistema contabilístico. Esta situação exige uma verificação minuciosa dos pagamentos efectuados no quarto trimestre de 2010 e primeiro trimestre de 2011 — uma tarefa que consumirá tempo e recursos e testará a nossa capacidade de domínio do controlo de um grande volume de transacções.
17. Todos os atrasados relativos a 2010 foram liquidados até 30 de Agosto de 2011 (uma *medida prévia* para a quinta avaliação). Reconhecemos a necessidade de aperfeiçoar o uso do nosso actual sistema de GFP, com o devido acompanhamento em tempo real das despesas desde à sua cabimentação, e de minimizar as transacções iniciadas fora do SIGFE. Com a ajuda dos nossos consultores, definiremos as prioridades para a execução do nosso plano de acção, para evitar que as contas a pagar se transformem em atrasados. Um relatório do ponto de situação da execução do plano constituirá um *indicador de referência estrutural* para o final de Novembro de 2011. De destacar que cumprimos o critério de desempenho contínuo sobre o limite máximo de contas a pagar no final de Março 2011, um desenvolvimento que consideramos positivo.
18. Aumentar a previsibilidade das transferências de receitas petrolíferas para o orçamento é fundamental para aperfeiçoar a gestão de tesouraria, evitar a recorrência de atrasados e melhorar a coordenação das políticas fiscal e monetária. Para atingir esses objectivos, procederemos à revisão do acordo-quadro com a Sonangol para formalizar o compromisso de que as transferências monetárias regulares para o Tesouro correspondam à receita acumulada do petróleo, para que estas transferências sejam mais regulares e previsíveis. Um dos elementos das medidas correctivas foi a criação de um grupo interinstitucional de alto nível (que inclui o Ministério das Finanças, o Ministério do

Petróleo, o Ministério da Planificação e a Sonangol) para assegurar a reconciliação entre os dados orçamentais e os dados dos pagamentos regulares das contas a receber da Sonangol. Um relatório de reconciliação será elaborado até ao final de Novembro e examinado pelo corpo técnico do Fundo aquando da sexta avaliação (*indicador de referência estrutural*).

19. Estamos empenhados em melhorar a qualidade dos nossos sistemas estatísticos para torná-los mais úteis como suporte à formulação de políticas e ao trabalho analítico.¹ Nesse contexto, pretendemos conduzir uma investigação minuciosa da nossa elevada rubrica de financiamento não monetário, e logo que possível comunicaremos os resultados ao corpo técnico do Fundo.

Políticas Monetária e Cambial

20. Como parte do processo de restabelecimento da confiança no mercado, procuramos estabilizar a taxa de câmbio kwanza-dólar no decorrer do ano transacto, recorrendo à elevação das taxas de juro para apoiar a moeda nacional. Desse modo, as condições monetárias foram restritivas durante a maior parte de 2010, e a expansão de M2 foi de apenas 13 por cento. As pressões do mercado abrandaram um pouco no segundo semestre do ano, permitindo a descida das taxas de juro dos títulos de curto prazo do banco central. Em Abril, reduzimos de 25 para 20 por cento a reserva obrigatória sobre os depósitos em kwanzas. Estamos preparados para adoptar políticas monetárias mais restritivas caso se verifique um retorno das pressões inflacionistas. Com o tempo, à medida que a situação financeira se normalize, pretendemos dar maior flexibilidade à taxa de câmbio, com um ajustamento progressivo do valor do kwanza compatível com os fundamentos do mercado.

21. O nosso programa monetário para o restante de 2011 assenta nas metas de alcançar uma acumulação de pelo menos USD 1,6 mil milhões em reservas internacionais líquidas (conforme a definição do programa) e reduzir simultaneamente a taxa de inflação para cerca de 12 por cento até ao final do ano. Outro elemento importante será criar uma margem para o aumento do crédito ao sector privado, bem como a estreita coordenação com a gestão de tesouraria para criar condições favoráveis à regularização dos atrasados restantes. A nossa avaliação é que um crescimento monetário de cerca de 21 por cento do agregado M2 ao longo do ano seria compatível com a nossa meta de inflação e com o aumento do crescimento projectado do PIB nominal não petrolífero. Conteremos a expansão da base monetária, tendo em conta a recente redução no rácio de reservas obrigatórias. Para o médio prazo, a nossa previsão é que a normalização das condições permitirá a retoma do ritmo de aprofundamento financeiro observado no período anterior à crise.

¹ De destacar também que o Instituto Nacional de Estatística já promoveu uma completa reformulação do seu sistema de recolha e compilação de dados, e a nossa expectativa é que a partir de Junho de 2011 começaremos a divulgar contas nacionais de 2004–08 com cálculos do PIB do lado da procura e do rendimento.

22. À medida que a economia estabiliza e as melhoram as condições do mercado, continuaremos a perseguir a aplicação de políticas cambiais e monetárias mais assentes em instrumentos indirectos de mercado. Continuaremos a aumentar a flexibilidade dos leilões de divisas, facilitando o acesso e aceitando uma maior variedade de ofertas. Por ser hoje mais capaz de prever as necessidades do mercado em matéria de divisas, o BNA está em melhores condições para supri-las, o que diminui a volatilidade desnecessária. Pretendemos realizar leilões de divisas em que sejam eliminadas apenas as ofertas mais extremas (*outliers*), ou seja, aquelas que suscitem preocupações de natureza prudencial ou regulatória.

23. A gestão da liquidez é da responsabilidade do BNA, em estreita coordenação com o Tesouro. Todavia, em 2010, o BNA teve de assumir sozinho quase toda esta incumbência. O BNA aumentou a sua emissão de títulos de curto prazo à medida que o Tesouro saía do mercado de bilhetes, quitando a totalidade do stock de bilhetes do Tesouro em circulação até ao final de Setembro. Desde então, tomamos medidas para reparar este desequilíbrio, emitindo bilhetes do Tesouro tanto para financiar futuros desembolsos do Tesouro como para permitir ao BNA reduzir a sua presença no mercado. De forma coerente com as recomendações da assistência técnica do IMF, evoluímos para uma situação em que os títulos do banco central se concentram exclusivamente no curto prazo (menos de 91 dias), ficando o Tesouro activo apenas no mercado de bilhetes de mais longo prazo (vencimentos de 91 a 364 dias). Para além disso, o principal instrumento de gestão da liquidez serão as operações nos mercados de títulos. O objectivo das intervenções do BNA no mercado de câmbio ficará restrito à gestão desse mercado e ao alcance dos objectivos em termos de reservas externas.

O Sistema Financeiro

24. Embora até à altura os bancos angolanos não tenham sido gravemente prejudicados pela instabilidade financeira dos últimos dois anos, continuamos a acompanhar atentamente o desenrolar dos acontecimentos. Os créditos mal parados do sector bancário, como parcela da carteira de empréstimo, subiram de 2,6 por cento no final de 2009 para 8,6 por cento no final de 2010, em parte como consequência das dificuldades financeiras das empresas afectadas pelos atrasos nos pagamentos do governo. Desde então, o rácio de créditos mal parados recuou para 5,6 por cento, segundo os indicadores preliminares para o final de Março de 2011, em grande medida em função da regularização dos atrasados do governo. Com o aumento acentuado dos rendimentos dos títulos públicos durante o período da crise, muitos bancos procuraram converter os fundos disponíveis em títulos do governo, limitando parcialmente a disponibilidade de novo crédito para o sector privado, que em alguns casos já sofria os efeitos das condições de liquidez internacional. Como resultado, muitos projectos de construção foram interrompidos. A oferta de crédito voltou a crescer no final de 2010 e início de 2011, e estima-se que continue a expandir à medida que as condições do mercado se normalizem.

25. Reconhecemos a necessidade de que o BNA aperfeiçoe a capacidade de fiscalização e modifique a regulamentação, nomeadamente a que se refere aos créditos expressos em

moeda estrangeira. O BNA já elaborou novas directrizes de aprovisionamento que abrangem estes créditos e novos regulamentos respeitante à adequação dos fundos próprios para aumentar a ponderação de risco ligada a estes créditos. Cumprimos com atraso (em Junho) o indicador de referência estrutural para o final de Março de 2011 sobre o novo regulamento de adequação dos fundos próprios porque necessitávamos de mais tempo para finalizar as consultas com os participantes do mercado. O BNA também apertou as regras a relativas à posição aberta líquida dos bancos, com uma redução faseada do limite inicial de 100 por cento em 2007 para 70 por cento até ao final de 2010 e para 20 por cento até ao final de 2012. É nossa intenção continuar a reduzir, e eliminar gradualmente, o diferencial de reservas obrigatórias entre os depósitos em moeda nacional e em moeda estrangeira.

26. Aguardamos com expectativa o desfecho, até ao final de 2011, da avaliação abrangente do nosso sistema financeiro no âmbito do Programa de Avaliação do Sector Financeiro do FMI-Banco Mundial. De modo a maximizar os benefícios do programa, estamos empenhados em prestar aos técnicos do Fundo e do Banco todas as informações necessárias para realizar testes de stress.

A Nossa Agenda de Reformas

27. A nossa agenda de reformas no curto prazo engloba: a) a realização de reformas administrativas para reforçar a gestão financeira pública e a formulação de políticas; b) uma revisão geral do nosso regime de impostos internos; c) o desenvolvimento de regras fiscais e a investigação de um fundo de estabilização para gerir as poupanças orçamentais visando facilitar a nivelção das despesas e reduzir o impacto da volatilidade dos preços do petróleo; e d) medidas para melhorar o ambiente empresarial de modo a estimular a diversificação e o desenvolvimento do sector não petrolífero.

28. No Ministério das Finanças, a recém-criada **unidade de gestão da dívida**, que trata da dívida interna e externa do governo central e das empresas públicas, beneficiou de vigorosos esforços de capacitação e formação. Este trabalho preparatório atrasou a finalização da estratégia de médio prazo para a gestão da dívida, razão pela qual deixamos de cumprir o respectivo indicador de referência estrutural para o final de Março de 2011. Consideramos, porém, que esses esforços de capacitação são essenciais, e estamos determinados a concluir a estratégia de médio prazo até ao final de Novembro de 2011 (*indicador de referência estrutural*). Nesse contexto, também estamos empenhados em produzir, até Setembro de 2011, a nossa primeira análise da sustentabilidade da dívida. Procederemos com cautela ao contrair ou garantir novas dívidas públicas, uma vez que o nosso objectivo estratégico é baixar para 20 por cento do PIB o endividamento total do sector público, já incluindo as empresas públicas, de modo a evitar a acumulação de uma dívida que venha a constituir um fardo para as futuras gerações.

29. Estamos também a desenvolver a capacidade interna para **seleccionar e gerir as parcerias público-privadas** (PPP), com vista a fazer uso estratégico destes convénios, no

momento oportuno, para suplementar as actividades estatais em áreas como produção de energia eléctrica, abastecimento urbano de água e manutenção rodoviária. A legislação pertinente foi aprovada pela Assembleia Nacional em Dezembro de 2010 e publicada no Jornal de Angola. Estamos a reforçar a nossa capacidade de **avaliação e monitorização de projectos** no Ministério do Planeamento, o que vemos como crucial para garantir a triagem eficaz de projectos com taxas elevadas de rendibilidade económica e social. Para o efeito, o governo contratou um consultor para formar os quadros dos ministérios de tutela nas actividades de elaboração e avaliação de projectos como preparativo para o esperado apoio do BAfD. Para reforçar a **fiscalização das empresas públicas**, criamos um novo Instituto Nacional das Empresas Públicas, sob os auspícios do Ministério da Economia. Estamos a envidar esforços visando a aplicação plena da nova versão da Lei das Empresas Públicas, a qual foi publicada no Diário da República em Junho de 2010. A Lei exige que as empresas públicas produzam e apresentem relatórios trimestrais ao Instituto e produzam contas anuais auditadas externamente, que sejam posteriormente divulgadas ao público.

30. Estamos a implementar um quadro jurídico de grande envergadura para estabelecer os fundamentos para uma **reforma tributária abrangente** (o Programa Executivo de Reforma Tributária) e esperamos que a legislação associada, que actualmente está a ser apreciada pela Assembleia Nacional, entre em vigor até ao final de 2011. O nosso programa de reforma tributária é um projecto plurianual, que visa modernizar a política e a administração tributárias, melhorar o cumprimento das obrigações fiscais, ampliar a base tributária, reduzindo simultaneamente as isenções fiscais, e implementar processos legais eficientes para a resolução de diferendos. Com a ajuda de uma empresa internacional de consultoria em gestão, formulamos um programa de reformas e um cronograma para a sua implementação. O programa foi aprovado pelo Conselho de Ministros e publicado em Março de 2011 na forma de um Decreto Presidencial, o que significa que o indicador de referência estrutural para Junho de 2011 foi cumprido antes do prazo. As principais características do programa são a criação de uma administração tributária unificada, a modernização das capacidades de TI e a provisão de recursos substanciais para expandir e actualizar as competências dos trabalhadores. Como medidas imediatas para aumentar a arrecadação de impostos, estamos a empreender uma campanha de contratação de novos quadros profissionais, a intensificar a supervisão administrativa para melhorar o desempenho e a planear a introdução de avaliações baseadas no desempenho para estimular os trabalhos de cobrança. A nossa expectativa é que essas medidas contribuam para um aumento significativo das receitas não petrolíferas.

31. Numa perspectiva de médio prazo, identificamos a necessidade de instituir políticas que evitem os transtornos causados pelos ciclos de expansão e retracção associados à volatilidade do preço do petróleo. Ainda estamos a considerar **regras fiscais alternativas**, que talvez sejam formalizadas em leis sobre um fundo de estabilização, que ajudariam a nivelar a despesa pública durante o ciclo do preço do petróleo e evitar que se repita a problemática e acentuada contracção das despesas de investimento registada em 2009-10. No entretanto, em Fevereiro de 2011 foi instituído (mas ainda não operacionalizado) um fundo petrolífero para garantir o financiamento de investimentos altamente prioritários em

infra-estruturas básicas, principalmente abastecimento de água e energia. Este fundo está plenamente integrado ao nosso orçamento. No contexto das consultas do Artigo IV, continuaremos a examinar, em conjunto com os serviços do FMI, a experiência internacional no uso de regras fiscais e na gestão de activos financeiros em economias dependentes de recursos naturais.

32. A diversificação da actividade económica para além do sector petrolífero exigirá, *inter alia*, melhorias sustentadas no **ambiente de negócios**. Há iniciativas de reforma em curso para fazer face aos principais entraves, nomeadamente as deficiências na execução dos contratos, as dificuldades na transmissão imobiliária e os múltiplos níveis de regulamentação. Foi iniciado um programa de reformas para colmatar as deficiências no sistema judicial, com novos programas de formação para a magistratura e a expansão do sistema judiciário em todo o país. A Lei de Registo de Propriedade será substancialmente modernizada, para acelerar o processo de transmissão de propriedade. Está a ser empreendida uma profunda revisão dos procedimentos de licenciamento comercial para identificar oportunidades de desregulamentação. Até ao final de 2011, o governo aprovará a pormenorizada “Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Privado”, formulada pelo Ministério da Economia, com um plano de acção calendarizado com início em 2012. A estratégia será definida em estreita cooperação com o sector privado e a sociedade civil.

Transparência e Medidas de Salvaguarda

33. Continuamos empenhados em aumentar a **transparência das operações das entidades públicas** e em aumentar a prestação de contas destas entidades ao público. A divulgação de relatórios trimestrais de execução orçamental na Internet foi iniciada a partir do primeiro trimestre de 2011 (como complemento à primeira apresentação trimestral à Assembleia da República e a publicação do relatório trimestral do executivo no Jornal de Angola). Estes relatórios trimestrais cobrirão as actividades parafiscais da Sonangol e, ao fazê-lo, darão respaldo aos planos do governo de mapear as actividades parafiscais executadas pela estatal do petróleo com vistas à posterior transferência destas actividades para o governo. A Sonangol continuará a publicar na Internet as suas demonstrações financeiras examinadas por auditores externos; as contas de 2010 serão publicadas até Setembro de 2011 (*indicador de referência estrutural*). Para o futuro, há planos de aperfeiçoar o conteúdo informacional das contas da Sonangol, através da consolidação das contas de todas as subsidiárias e da adopção plena das Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF/IFRS). Também se buscará produzir contas capazes de serem certificadas sem ressalvas em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA).

34. O BNA, como parte do seu programa de modernização, continua a implementar as medidas de reforma propostas na **Avaliação das Salvaguardas** do FMI. O BNA contratou uma empresa internacional de consultoria para ajudar na capacitação do Gabinete de Auditoria Interna. O Conselho de Administração criou uma comissão de investimento incumbida de fazer a fiscalização contínua das operações de gestão de reservas e dos

relatórios afins. As directrizes de investimento para a gestão de reservas foram concluídas em Dezembro de 2010. O primeiro relatório semestral do Gabinete de Auditoria Interna do BNA ao Conselho foi emitido em Maio de 2011. Os auditores externo do BNA concluíram o exame das demonstrações financeiras de 2010.

Tabela 1. Angola: Critérios de Desempenho Quantitativos (CD) e Metas Indicativas (MI), 2011

	2011											
	Março				Jun				Set		Dez	
	CD	CD ajust.	Efectivo	Margem ¹	MI	MI ajust.	Efectivo	Margem ¹	CD	CD	MI	MI
								4ª. Aval.	Corr.	4ª. Aval.	Corr.	
Critérios de desempenho ²												
Reservas internacionais líquidas, limite mínimo (milhões de USD)	12,834	13,175	15,745	2,570	13,511	17,277	18,011	734	14,502	16,944	14,164	17,889
Crédito interno líquido concedido pelo BNA, limite máximo (mil milhões de kwanzas)	-518	-550	-788	238	-564	-913	-975	62	-644	-1056	-529	-1165
Crédito líquido do sistema bancário ao governo, limite máximo (mil milhões de kwanzas)	373	341	-79	420	277	-72	-260	188	127	-469	167	-560
Contas a pagar, limite máximo (mil milhões de kwanzas)	100		21	79	100		-43	143	100	100	100	100
Não acumulação de atrasados externos (mil milhões de USD) ³	0		0	0	0		0	0	0	0	0	0
Endividamento externo, limite máximo (mil milhões de USD) ³	4.0		0.4	3.6	4.0		0.8	3.2	4.0	4.0	4.0	4.0
Metas indicativas												
Gastos sociais, limite mínimo (mil milhões de kwanzas) ⁴	185	185	164	-21	424		549	125	630	630	997	997
Défice fiscal primário não petrolífero (base orçamental), limite máximo (mil milhões de kwanzas) ⁴	378	378	356	22	803		802	1	1,278	1,399	2,030	2,284
<i>Por memória:</i>												
Pressupostos do programa (mil milhões de kwanzas)												
Receita petrolífera, menos despesas do sector petrolífero	635		712		1,294		1,653		1,980	2,219	2,691	3,111
Pagamento do serviço da dívida externa pelo governo central	29		74		66		76		93	138	185	185
Endividamento externo de M/L prazo do governo central não relacionado a projectos	0		0		0		0		0	51	0	53
Saldos não confirmados de activos, em mil milhões de USD												

¹ A margem em vermelho indica o não cumprimento do CD ou da MI.

² Os critérios de desempenho e metas indicativas são avaliados às taxas de câmbio especificadas no MTE.

³ Aplicação contínua.

⁴ Acumulado desde 1 de Janeiro de 2011.

Tabela 2. Angola: Medidas de Reforma Estrutural no âmbito do Acordo Stand-By

Objectivos	Ações	Prazo	Ponto da situação
Medida prévia	Concluir a regularização de todas as contas a pagar acumuladas em 2010 e não liquidadas até ao final de Março de 2011 (atrasados).	30 de Agosto de 2011	Cumprido
Indicadores de referência estruturais			
Gestão das finanças públicas	Desenvolvimento da estrutura para a avaliação e monitoria de projectos, a ser usada numa base piloto para a avaliação de novos projectos durante o processo de elaboração do orçamento de 2012.	Setembro de 2010, reprogramado para Maio de 2011	Não foi cumprido. As autoridades contrataram um consultor internacional, e foi iniciado um programa de formação.
	Submeter à apreciação da Assembleia Nacional a nova Lei das Empresas Públicas.	Março de 2011	Cumprido
	Concluir a regularização de todos os atrasados de pagamentos internos do governo central comprovados e incorridos antes do final de Dezembro de 2010.	Março de 2011	Cumprido com atraso. O processo de confirmação foi concluído em Fevereiro de 2011. A maioria dos atrasados foi regularizada até ao final de Março de 2011. No final de Agosto de 2011, chegou-se a um acordo com os credores para eliminar todos os atrasados restantes relativos a 2008-09 até ao final de 2011.
	Aprovação da nova estratégia de gestão da dívida pelo Conselho de Ministros.	Março de 2011, reprogramado para Novembro de 2011	Não foi cumprido. Atrasos por causa do tempo necessário para desenvolver as capacidades.
	Definir um plano de acção calendarizado e um sistema de alerta antecipado para aperfeiçoar a monitoria das contas a pagar e a sua duração.	Novembro de 2011	
	Concluir o relatório de reconciliação, que reconcilia os dados do Ministério das Finanças e da Sonangol sobre as contas a receber e a pagar.	Novembro de 2011	
Transparência fiscal	Iniciar a publicação trimestral, no sítio do Ministério das Finanças na Internet, dos relatórios do governo central sobre a execução orçamental, com a cobertura das despesas realizadas pela Sonangol em nome do governo central.	Junho de 2010, reprogramado para Junho de 2011	Cumprido
	Publicação das demonstrações financeiras auditadas da Sonangol para o exercício 2010, incluindo as suas operações parafiscais.	Setembro de 2011	Cumprido
Reforma tributária	Submeter ao Conselho de Ministros um plano de acção calendarizado para o programa de reforma tributária do governo.	Junho 2011	Cumprido
Estabilidade do sector financeiro	Alterar o regulamento sobre adequação dos fundos próprios para que este reflecta o risco de crédito dos empréstimos em moeda estrangeira.	Março de 2011	Cumprido com atraso por causa da necessidade de dar mais tempo para as consultas com os participantes do mercado.
Medidas de salvaguarda do banco central	Emissão de relatórios semestrais do Gabinete de Auditoria Interna do BNA ao Conselho de Administração sobre o cumprimento das directrizes relativas ao investimento das reservas estrangeiras.	Setembro de 2010, reprogramado para Março de 2011	Cumprido com atraso. Relatório emitido em Maio de 2011.
	Reformulação do Conselho Fiscal, através da: i) substituição do membro que tem um conflito de interesses, ii) adopção de um Estatuto para definir todas as responsabilidades legais e iii) assunção da responsabilidade pela supervisão do processo de auditoria externa e reporte de dados financeiros.	Junho de 2010, reprogramado para Janeiro de 2011	Cumprido
Transparência do banco central	Concluir a auditoria das demonstrações financeiras do BNA relativas a 2010.	Junho 2011	Cumprido

ANEXO II. ANGOLA—MEMORANDO TÉCNICO DE ENTENDIMENTO

35. O presente memorando apresenta os entendimentos entre as autoridades angolanas e o corpo técnico do FMI relativamente à definição dos critérios de desempenho e metas indicativas, os respectivos factores de ajuste e as exigências de reporte de dados durante a vigência do Acordo Stand-By. Quando esses critérios e metas forem numéricos, os valores não ajustados serão apresentados na Tabela 1 da Carta de Intenções e Memorando de Políticas Económicas e Financeiras. Os valores contra os quais o cumprimento do programa será avaliado serão ajustados para mais ou para menos de acordo com os factores de ajuste especificados neste Memorando.

A. Limite máximo para o défice primário global não petrolífero do governo central em base orçamental

Definição

36. O governo central observará um limite máximo para o seu défice primário global não petrolífero em base orçamental. A observância desse tecto é uma meta indicativa. **O défice primário global não petrolífero do governo central em base orçamental** é definido como o saldo acumulado desde o início do ano civil das despesas do governo central, excluídos os pagamentos de juros e as despesas petrolíferas da Sonangol em nome do governo, bem como as receitas não petrolíferas. Ele não inclui acumulação ou regularização de atrasados a pagar ou a receber.

Exigências de reporte de dados

37. Dados sobre a execução orçamental compilados pelo Tesouro serão fornecidos trimestralmente e apresentados no máximo oito semanas após o encerramento de cada período de reporte.

38. Os dados a serem informados são:

- Fluxos de: i) receita do governo, por categoria (incluindo receitas petrolíferas recebidas pelo Tesouro); ii) despesas do governo, incluindo despesas correntes, pagamentos de juros internos e externos, despesas petrolíferas da Sonangol em nome do governo e despesas de investimento, bem como todas as despesas financiadas por doadores; iii) a variação líquida dos atrasados, inclusive a variação líquida das contas a pagar e a receber do governo; iv) a regularização e acumulação brutas de atrasados externos, inclusive aqueles resultantes de acordos com os credores do Clube de Paris; v) recebimentos e pagamentos do capital de empréstimos externos; vi) financiamentos bancários e não bancários; vii) cancelamento de dívidas e operações de *swap* de dívidas; viii) regularização dos títulos emitidos para a liquidação de atrasados de pagamento; ix) quaisquer outras receitas, despesas ou financiamentos não incluídos acima.
- Stock trimestral da dívida pública interna e da dívida externa.

- O serviço da dívida trimestral projectado para 2011 e o serviço da dívida anual para o período de 2012 a 2015.

B. Limite máximo para o crédito interno líquido concedido pelo Banco Nacional de Angola (BNA)

Definição

39. Haverá um limite máximo para o crédito interno líquido concedido pelo BNA. A observância desse tecto é um critério de desempenho. O **crédito interno líquido (CIL) concedido pelo BNA** é definido como a variação acumulada, desde o início do ano civil, do stock da base monetária menos os activos externos líquidos e outros activos (líquidos). A base monetária abrange as reservas bancárias, a moeda em circulação e os depósitos das instituições monetárias.

Factores de ajuste

40. O tecto para o CIL será ajustado para cima:

- Pela insuficiência de receitas petrolíferas recebidas pelo Tesouro, líquidas das despesas petrolíferas da Sonangol em nome do governo central, em relação aos pressupostos do programa.
- Pelo serviço da dívida externa do governo central que exceder os pressupostos do programa.
- Pela insuficiência de empréstimos externos de médio e longo prazo contraídos pelo governo central e não destinados a projectos, em relação aos pressupostos do programa.

41. O tecto para o CIL será ajustado para baixo:

- Pelas receitas petrolíferas recebidas pelo Tesouro, líquidas das despesas petrolíferas da Sonangol em nome do governo central, que excederem os pressupostos do programa.
- Pela insuficiência do serviço da dívida externa do governo central em relação aos pressupostos do programa.
- Pelos empréstimos externos de médio e longo prazo contraídos pelo governo central e não destinados a projectos, que excederem os pressupostos do programa.

42. Estes factores de ajuste são originalmente reportados em dólares, e serão convertidos em kwanzas às taxas de câmbio médias trimestrais reportadas em *IFS*.

Exigência de reporte de dados

43. Os balanços patrimoniais mensais do banco central e o consolidado dos bancos comerciais serão enviados mensalmente, com desfasamento máximo de três semanas.

C. Limite máximo para o crédito líquido ao governo central concedido pelo sistema bancário (CLG)

44. Haverá um limite máximo para o crédito líquido ao governo central concedido pelo sistema bancário. A observância desse tecto é um critério de desempenho. O **crédito líquido ao governo central concedido pelo sistema bancário** é definido como a posição líquida de endividamento das principais instituições do governo central em relação ao sistema bancário — isto é, o stock de todos os créditos sobre o governo central (empréstimos, adiantamentos e atrasados) e todos os demais instrumentos de dívida pública, como títulos públicos de longo prazo detidos pelo BNA e pelos bancos comerciais, menos todos os depósitos do governo central junto ao BNA e aos bancos comerciais.

Factores de ajuste

45. O tecto para o CLG será ajustado para cima:

- Pela insuficiência de receitas petrolíferas recebidas pelo Tesouro, líquidas das despesas petrolíferas da Sonangol em nome do governo, em relação aos pressupostos do programa.
- Pelo serviço da dívida externa do governo central que exceder os pressupostos do programa.
- Pela insuficiência de empréstimos externos de médio e longo prazo contraídos pelo governo central e não destinados a projectos, em relação aos pressupostos do programa.

46. O tecto para o CLG será ajustado para baixo:

- Pelas receitas petrolíferas recebidas pelo Tesouro, líquidas das despesas petrolíferas da Sonangol em nome do governo, que excederem os pressupostos do programa.
- Pela insuficiência do serviço da dívida externa do governo central em relação aos pressupostos do programa.
- Pelos empréstimos externos de médio e longo prazo contraídos pelo governo central e não destinados a projectos, que excederem os pressupostos do programa.

47. Estes factores de ajuste são originalmente reportados em dólares, e serão convertidos em kwanzas às taxas de câmbio médias trimestrais reportadas em *IFS*.

Exigência de reporte de dados

48. Dados sobre a execução orçamental compilados pelo Ministério das Finanças serão fornecidos trimestralmente e apresentados no máximo seis semanas após o encerramento de cada trimestre, incluindo: i) a receita interna do governo, por categoria; ii) os donativos externos em apoio ao orçamento; iii) os gastos do governo, inclusive as despesas correntes primárias, os pagamentos de juros internos e externos e as despesas de investimento, inclusive as financiadas internamente e pelo orçamento, e a estimativa das despesas de investimento de projectos com financiamento externo; iv) o pagamento e a acumulação brutos de contas a pagar internas; v) o pagamento e acumulação brutos de atrasados de pagamentos internos; vi) os recebimentos e pagamentos do capital de empréstimos externos; vii) o pagamento e a acumulação de atrasos externos; viii) financiamentos bancários e não bancários; ix) o stock dos títulos de regularização emitidos pelos bancos comerciais; x) o produto das privatizações e vendas de terras; e xi) quaisquer outras receitas, despesas ou financiamentos não incluídos acima.

49. Para os fins deste memorando, entende-se que o produto das privatizações e vendas de terras são todos os valores recebidos pelo governo pela venda ou concessão de uma empresa, organização ou instalação estatal para uma ou mais empresas ou organizações do sector privado ou para pessoas singulares, bem como quaisquer recursos gerados pela venda de terras do governo e pela liquidação de uma empresa estatal, descontados os custos de reestruturação.

D. Limite mínimo para as reservas internacionais líquidas do BNA

Definição

50. As reservas internacionais líquidas (RIL) do BNA são definidas como o valor em dólares dos activos externos brutos do BNA menos os passivos externos brutos do BNA com vencimento inferior a um ano e todos os créditos vincendos do FMI sobre Angola. Os activos e passivos externos não expressos em dólares serão convertidos em dólares às taxas de câmbio publicadas em *IFS* e referentes ao dia 31 de Dezembro do ano transacto. O BNA enviará os dados ao FMI com um desfasamento máximo de uma semana após a data de teste.

- Os activos externos brutos são definidos como os créditos sobre não residentes, prontamente disponíveis e expressos em moedas estrangeiras conversíveis. Eles incluem os haveres do BNA em ouro monetário, DSE, notas bancárias estrangeiras, títulos em moeda estrangeira, depósitos no exterior e a posição de reserva do país no FMI. Os activos de reserva excluem os activos dados em garantia ou penhorados, os créditos sobre residentes, os créditos em moeda estrangeira resultantes de derivativos em moeda estrangeira em relação à moeda nacional (tais como futuros, termos, *swaps* ou opções), metais preciosos excepto o ouro, activos em moedas não conversíveis e

activos ilíquidos. Em 31 de Dezembro de 2009, os activos de reserva assim definidos ascendiam a USD 10,888 mil milhões.

- Os passivos externos brutos são definidos como todos os passivos de curto prazo do BNA em moeda estrangeira para com não residentes, incluindo os compromissos de venda de divisas associados a derivativos (tais como futuros, termos, *swaps* ou opções) e todo o crédito em aberto com o Fundo. Em 31 de Dezembro de 2009, os passivos de reserva assim definidos ascendiam a USD 0,365 milhões.

Factores de ajuste

51. O limite mínimo para as RIL será ajustado para cima:

- Pelas receitas petrolíferas recebidas pelo Tesouro, líquidas das despesas petrolíferas da Sonangol em nome do governo, que excederem os pressupostos do programa.
- Pela insuficiência do serviço da dívida externa do governo central em relação aos pressupostos do programa.
- Pelos empréstimos externos de médio e longo prazo contraídos pelo governo central e não destinados a projectos, que excederem os pressupostos do programa.

52. O limite mínimo para as RIL será ajustado para baixo:

- Pela insuficiência de receitas petrolíferas recebidas pelo Tesouro, líquidas das despesas petrolíferas da Sonangol em nome do governo, em relação aos pressupostos do programa.
- Pelo serviço da dívida externa do governo central que exceder os pressupostos do programa.
- Pela insuficiência de empréstimos externos de médio e longo prazo contraídos pelo governo central e não destinados a projectos, em relação aos pressupostos do programa.

53. Os factores de ajuste serão aplicados apenas se o piso para o stock de RIL se mantiver igual a ou superior a USD 6 mil milhões. Os factores de ajuste originalmente reportados em Kwanzas (ou qualquer outra moeda que não o dólar) serão convertidos em seus equivalentes em dólares pela média das taxas de câmbio trimestrais reportadas em *IFS*.

Exigência de reporte de dados

54. Será enviada semanalmente, com desfasamento máximo de uma semana, uma tabela preparada pelo BNA com os valores diários do stock de RIL e a decomposição da variação diária do stock de RIL em compras e vendas de moeda estrangeira conduzidas com o

governo, bancos e instituições não bancárias, compras de DSE do FMI, juros acumulados e flutuações de valor. A tabela apresentará também eventuais posições extrabalanço expressas ou pagáveis pelo BNA em moeda estrangeira. Serão enviados com frequência trimestral, no máximo seis semanas após o encerramento de cada trimestre, dados sobre as importações e exportações, inclusive volumes e preços, compilados pela alfândega e pelo BNA. Será enviada, no prazo de seis semanas após o encerramento de cada trimestre, uma balança de pagamentos trimestral preliminar (incluindo os empréstimos externos de médio e longo prazo contraídos pelo governo central e não destinados a projectos) compilada pelo BNA.

E. Limite máximo para a dívida externa contraída ou garantida pelo governo central

Definição

55. Para os fins do programa, a dívida será definida nos termos do Ponto 9 da Decisão No. 12274. do Conselho de Administração, conforme modificada em 31 de Agosto de 2009 (Decisão No. 14416-(09/91)) (ver o Anexo I).

56. Haverá um limite máximo para a dívida contraída ou garantida pelo governo central e pelo BNA junto a não residentes. O limite máximo é especificado na Tabela 1 como um critério de desempenho contínuo. O limite máximo aplica-se à dívida e aos compromissos contraídos ou garantidos para os quais ainda não se recebeu um valor em contrapartida. Isto se aplica à dívida privada para a qual foram prestadas garantias oficiais e que, por conseguinte, constitui um passivo contingente do sector público. A observância desse tecto é um critério de desempenho. A Sonangol e outras empresas estatais não contratarão dívida externa em nome do governo central. Para os fins do programa, toda a dívida expressa em outra moeda que não o dólar norte-americano será convertida em dólares às taxas de câmbio do programa.

57. O limite máximo exclui: i) o uso dos recursos do FMI e ii) a dívida incorrida para reestruturar, refinarciar ou efectuar o pagamento antecipado da dívida existente. Os detalhes são especificados na Tabela 1 do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e nos documentos programáticos.

58. Para os fins do programa, a garantia de uma dívida decorre de uma obrigação legal explícita de que o sector público efectue o pagamento de um empréstimo no caso de não pagamento pelo beneficiário (o que envolve o pagamento em dinheiro ou em espécie), ou indirectamente através de qualquer outra obrigação do sector público de financiar uma parte ou a totalidade de qualquer défice de pagamento da parte do beneficiário do empréstimo.

Exigências de reporte de dados

59. O governo conferenciará com o corpo técnico do Fundo antes de assumir quaisquer passivos em circunstâncias onde haja dúvidas se o instrumento em questão se enquadra no critério de desempenho. A contabilização individualizada de toda a nova dívida contraída ou

garantida pelo governo central será transmitida no máximo seis semanas após o encerramento de cada trimestre, e incluirá a documentação da dívida original, detalhes sobre as obrigações de pagamento do serviço da dívida e toda a documentação comprobatória pertinente. Os dados sobre o saldo da dívida não concessional não desembolsada, bem como o saldo não utilizado das linhas de crédito no âmbito de acordos-quadros, serão transmitidos aos técnicos do FMI no final de cada trimestre. Para além disso, durante o processo de elaboração do orçamento, será fornecida aos técnicos do FMI a desagregação completa dos desembolsos projectados no orçamento relativos a contratos da dívida de projectos novos e antigos.

F. Limite máximo à acumulação líquida de contas a pagar internas

Definição

60. A acumulação líquida de contas a pagar internas estará sujeita a um limite máximo de Kz 100 mil milhões. A acumulação líquida de contas a pagar será medida como a variação nas contas a pagar reportadas entre Janeiro de 2011 e cada data de teste do programa. Esta medida excluirá todas as operações relacionadas a pagamentos originados antes de 2010, pois estas são consideradas como regularização de “atrasados” no sentido mais estrito e serão reportadas separadamente das outras variações nas contas a pagar.

Exigência de reporte de dados

61. O Tesouro apresentará trimestralmente uma tabela detalhada da variação bruta e líquida nas contas a pagar internas do governo central. A tabela identificará claramente as operações que representam a regularização de contas a pagar anteriores a 2010, ou seja, a regularização de “atrasados” no sentido mais estrito. Também será apresentada uma tabela semelhante relativa às contas a receber. Os dados devem ser apresentados no prazo de seis semanas após o encerramento do trimestre.

G. Não acumulação de atrasados de pagamentos externos

Definição

62. O governo central não poderá acumular atrasos em pagamentos externos. Esta obrigação é um critério de desempenho. Atrasos externos são definidos como o total de obrigações do serviço da dívida do governo e do BNA que não foram pagas quando devidas, excepto quando contratos entre o governo e os credores prevejam explicitamente um período de tolerância após seu vencimento, caso em que a obrigação estará em atraso se não for paga dentro de tal período. As obrigações em negociação com os credores são consideradas em atraso até que um acordo esteja legalmente em vigor.

Exigências de reporte de dados

63. Os dados sobre a acumulação, regularização e reescalonamento de atrasados externos serão informados semanalmente pelo BNA no máximo uma semana após o facto.

H. Limite mínimo para os gastos sociais do governo central***Definição***

64. Haverá um limite mínimo para os gastos sociais do governo central. A observância deste piso é uma meta indicativa. Os gastos sociais abrangem os efectuados nos seguintes sectores: educação, saúde, desenvolvimento rural e questões sociais. O limite mínimo será fixado em 30 por cento do total das despesas programadas durante o período de vigência do programa.

Exigências de reporte de dados

65. Dados sobre os gastos sociais serão compilados pelo Tesouro, fornecidos trimestralmente e apresentados no máximo seis semanas após o encerramento de cada período de reporte.

ANEXO I. DIRECTRIZES SOBRE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO COM RESPEITO À DÍVIDA EXTERNA

Trecho extraído da Decisão No. 12274 do Conselho de Administração, conforme revista em 31 de Agosto de 2009 (Decisão No. 14416-(09/91)).

9. (a) Para os efeitos destas directrizes, o termo “dívida” expressa uma obrigação corrente (ou seja, não contingente) criada por um acordo contratual mediante a provisão de contraprestação sob a forma de activos (inclusive moeda) ou serviços, e pela qual o obrigado se compromete a efectuar um ou mais pagamentos sob a forma de activos (inclusive moeda) ou serviços, em data(s) futura(s); estes pagamentos liquidarão o capital e/ou juros da obrigação contratual. As dívidas podem assumir várias formas, as principais constituindo:

- i) empréstimo, ou seja, um adiantamento de dinheiro concedido pelo prestamista ao obrigado em função do compromisso de que este reembolsará os recursos no futuro (incluindo depósitos, títulos, obrigações garantidas, empréstimos bancários e créditos ao comprador), bem como uma troca temporárias de activos que se equipare a um empréstimo com garantia total e pela qual o obrigado se compromete a reembolsar os recursos, e normalmente a pagar juros, recomprando a garantia ao comprador em data futura (por exemplo, contratos de compra e os acordos oficiais de *swap*);
- ii) crédito de fornecedor, ou seja, um contrato segundo o qual o fornecedor permite ao obrigado diferir os pagamentos até data posterior à entrega dos bens ou prestação dos serviços; e
- iii) arrendamento mercantil, ou seja, um acordo no qual o arrendatário adquire o direito de uso de um bem por um ou mais períodos especificados, em geral inferiores à vida útil esperada do bem, retendo o locador o título de propriedade do bem. Para efeitos específicos das directrizes, a dívida é o valor actualizado (na data de início do arrendamento) de todos os pagamentos que devem ser feitos durante o prazo de vigência do acordo, excluídos os referentes à operação, reparação ou manutenção do bem. (b) A definição de dívida apresentada no ponto 9 (a) acima também abrange os juros de mora, multas e pagamentos de perdas e danos impostos por decisão judicial em razão do não cumprimento de obrigações contratuais que constituem dívida. O não pagamento de uma obrigação que não constitui dívida segundo a definição utilizada (ou seja, pagamento contra entrega) não gera uma dívida.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

ANGOLA

**Quinta Avaliação no âmbito do Acordo Stand-By, Pedido de Dispensas da
Aplicabilidade de Critérios de Desempenho e Pedido de Modificação
de Critérios de Desempenho**

Anexo Informativo

Elaborado pelo Departamento de África
(Em consulta com outros Departamentos)

28 de Outubro de 2011

Sumário	Página
I. Relações com o Fundo.....	2
II. Plano de Acção de Gestão Conjunta Banco Mundial-FMI	5
III. Questões Estatísticas	7

I. RELAÇÕES COM O FUNDO

(Em 31 de Agosto de 2011)

I. Admissão e regime de consultas: Admitido em 19 de Setembro de 1989; Artigo XIV

II. Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	Percentagem
Quota	286,30	100,00
Haveres do FMI na moeda do país	973,57	340,05

III. Departamento de DSE:	Milhões de DSE	Percentagem
Afectação acumulada líquida	273,01	100,00
Haveres	258,74	94,77

IV. Saldo de Compras e Empréstimos:	Milhões de DSE	Percentagem
Acordos Stand-By	687,12	240,00

V. Acordos Financeiros mais Recentes:

Tipo	Data do Acordo	Data de Vencimento (Milhões de DSE)	Montante Aprovado (Milhões de DSE)	Montante Sacado
Acordo Stand-By	23 Nov. 2009	22 Fev. 2012	858,90	343,56

VI. Projecção dos Pagamentos ao Fundo: (Milhões de DSE)

	Próximos				
	2011	2012	2013	2014	2015
Capital				143.15	171.78
Comissões/Juros	2.44	9.54	8.99	5.91	1.76
Total	2.44	9.54	180.77	333.15	173.54

VII. Implementação da Iniciativa HIPC: Não se aplica.

VIII. Avaliação das Salvaguardas:¹ A primeira avaliação das salvaguardas, concluída em Maio de 2010, constatou que o Banco Nacional de Angola (BNA) é submetido a auditorias externas anuais por uma firma de boa reputação e tomou medidas para resolver as questões que foram objecto de ressalvas dos auditores. A avaliação confirmou, porém, que existem deficiências nas práticas de governação e transparência do BNA, entre elas a não publicação atempada das demonstrações financeiras anuais. A avaliação também fez recomendações visando o fortalecimento do quadro jurídico e a independência do banco central, bem como o reforço do quadro de controlo nas áreas de gestão de reservas e auditoria interna. Desde à avaliação, o BNA adoptou medidas para aperfeiçoar a governação e a prestação de contas,

¹ Para uma descrição do quadro de Avaliação das Salvaguardas do FMI, consulte: <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/safe.htm>.

inclusivamente no que respeita à elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações de 2009 foram auditadas e publicadas juntamente com o respectivo relatório de auditoria; a auditoria de 2010 já foi concluída e os seus resultados foram publicados na página do BNA na Internet em meados de Outubro de 2011. O Conselho do BNA reforçou a sua função de auditoria interna e, em Janeiro de 2011, reinstituíu o seu Conselho Fiscal. Em Dezembro de 2010, foram adoptadas directrizes para a gestão das reservas internacionais e em Maio de 2011 foi realizada a primeira auditoria interna semestral sobre a aplicação destas directrizes. O corpo técnico do FMI obteve as demonstrações financeiras auditadas de 2010, mas ainda não teve acesso à respectiva carta de recomendações sobre controlos internos emitida pelos auditores externos relativamente a 2010. A política de salvaguardas exige o fornecimento destas informações.

IX. Regime cambial: O regime cambial *de facto* de Angola foi classificado como “outro regime administrado” a partir de Outubro de 2009. O Banco Nacional de Angola (BNA) intervém activamente no mercado cambial para esterilizar a entrada de divisas na forma dos impostos pagos pelas empresas do sector petrolífero. Os leilões de divisas foram temporariamente suspensos entre 20 de Abril e 1 de Outubro de 2009, o que resultou no estabelecimento de um vínculo cambial formal. Desde à retoma dos leilões, o kwana depreciou-se. Contudo, as autoridades mantêm controlo rigoroso sobre a taxa de câmbio, que é a principal âncora da política monetária. O BNA publica uma taxa de referência diária, que é calculada como uma média ponderada (pelas quantidades) das taxas negociadas com os bancos comerciais durante o dia anterior. Os bancos e as casas de câmbio podem efectuar operações cambiais entre si e com os seus clientes a taxas negociadas livremente, desde que estas taxas não ultrapassem em mais de 4 por cento a taxa de referência.

Angola continua a se valer do regime transitório previsto na Secção 2 do Artigo XIV e a manter duas medidas cambiais, nomeadamente: i) limites à disponibilização de moeda estrangeira para operações invisíveis, tais como despesas de viagem, médicas e de educação, e ii) limites às transferências unilaterais para pessoas singulares e instituições baseadas no estrangeiro. Para além disso, Angola mantém duas restrições cambiais, nomeadamente: i) limites à remessa de lucros e dividendos dos investimentos estrangeiros de até USD 100 000 e ii) cobrança discriminatória do imposto do selo de 0,015 por cento sobre operações de câmbio, restrições estas que estão sujeitas à aprovação do Fundo nos termos da Secção 2(a) do Artigo VIII. Ademais, o país mantém duas práticas de taxas de câmbio múltiplas, na forma: i) do leilão holandês de divisas e ii) da cobrança discriminatória do imposto do selo de 0,015 por cento sobre operações de câmbio, práticas estas que estão sujeitas à aprovação do Fundo nos termos da Secção 3 do Artigo VIII.

X. Consultas do Artigo IV: As consultas com Angola seguem o ciclo de 24 meses que se aplica a países membros com programas apoiados pelo FMI. As próximas consultas nos termos do Artigo IV estão programadas para serem concluídas juntamente com a sexta avaliação do Acordo Stand-By.

XI. Assistência técnica: Angola já recebeu substancial assistência técnica desde à sua adesão ao FMI. A tabela a seguir resume as actividades de assistência técnica desenvolvidas desde 2005:

Departamento de Mercados Monetários e de Capitais (MCM)	Ano da Prestação
Operações monetárias e gestão da liquidez, operações cambiais e supervisão bancária	2004–06
Revisão do sistema cambial	2007
Mercado cambial e sistema de leilões	2009
Quadro para esterilização e gestão da liquidez	2010
Análise e previsão da inflação	2010
Gestão da dívida e desenvolvimento do mercado	2010
Avaliação da Estabilidade do Sector Financeiro (FSSA)	2011
Departamento de Finanças Públicas (FAD)	
Atelier sobre administração fiscal	2005
Módulo de transparência fiscal do ROSC	2007
Reforma fiscal (com a participação da missão)	2010
Departamento de Estatística (STA)	
Estatísticas do sector externo	2009
Estatísticas das finanças públicas	2006
Estatísticas do sector externo	2009
Estatísticas da balança de pagamentos	2010
Estatísticas de preços	2011
Departamento Jurídico (LEG)/ (MCM)	
Revisão dos regimes e restrições cambiais	2006/2007

XII. Representante Residente: O FMI tem um Representante Residente em Angola (Sr. Nicholas Staines) desde Janeiro de 2011.

II. PLANO DE ACCÇÃO DE GESTÃO CONJUNTA FMI-BANCO MUNDIAL

Matriz de Implementação

Título	Produtos	Datas provisórias das missões	Prazo previsto para conclusão
A. Informação Mútua Sobre Programas de Trabalho Pertinentes			
Programa de trabalho do Banco	Implementação da actual Nota da Estratégia Intercalar (ISN) e elaboração de uma nova Estratégia de Assistência ao País (CAS)		Setembro 2010
	Projecto de desenvolvimento virado para o pequeno agricultor — eficácia		Maió 2010
	Projecto de desenvolvimento institucional do sector da Água — eficácia		Maió 2010
	Projecto do Fundo Social para o desenvolvimento dos municípios e a prestação local de bens públicos (FAS 4)— eficácia		Junho 2010
	Projecto para a Saúde — aprovação		Junho 2010
	Nota de Política sobre a análise da gestão do investimento público e priorização do investimento público		Maió 2010
	Relatório sobre a situação da Educação no país		Dezembro 2010
	Estratégia de capacitação		Maió 2010
Programa de Trabalho do FMI nos próximos 12 meses	Consulta do Artigo IV/Sexta avaliação do SBA	Dezembro 2011	Fevereiro 2012
	Monitoria pós-programa	Junho 2012	Setembro 2012
B. Pedido de Contributos para o Programa de Trabalho			
Pedido do FMI ao Banco	AT para a priorização das despesas de investimento (com análise dos custos-benefícios e critérios para definir os projectos a incluir no programa de investimento público do governo)		A confirmar

Título	Produtos	Datas provisórias das missões	Prazo previsto para conclusão
C. Acordo sobre Programas e Missões Conjuntas			
Pedido do Banco ao FMI	Diálogo contínuo sobre previsões económicas e modelagem macroeconómica em Angola		Contínuo
Produtos conjuntos nos próximos 12 meses	Programa de Avaliação da Estabilidade Financeira	Outubro 2011	Fevereiro 2012
	Melhor acompanhamento das empresas públicas (inclusive para reduzir os riscos fiscais)		Contínuo
	Intercâmbio de informações e consultas mútuas sobre os desenvolvimentos macroeconómicos		Contínuo

III. QUESTÕES ESTATÍSTICAS

1. Os fornecimento de dados apresenta algumas deficiências, mas em geral é apropriado para fins de supervisão e avaliação do desempenho do programa. A qualidade e actualidade dos dados inspiram grande preocupação, mas prosseguem os esforços para reforçar a base estatística do país, inclusivamente com a assistência técnica do Fundo e do Banco Mundial. As autoridades estão empenhadas em utilizar o Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) para melhorar o sistema estatístico. Angola participa no Projecto do GDDS para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, no âmbito do qual vem recebendo assistência técnica em estatística. O país iniciou a sua participação no GDDS em Outubro de 2003, com a publicação de metadados no Boletim Electrónico sobre Normas de Difusão (DSBB). Os metadados precisam de ser actualizados.

2. A única publicação estatística regular é o boletim estatístico trimestral do BNA, que não raro é publicado com um atraso considerável. A publicação electrónica de dados na página do governo (www.minfin.gv.ao), inclusive no que respeita às receitas do sector petrolífero, não está a seguir a periodicidade recomendada no GDDS. As contas públicas são disseminadas quando o orçamento anual é aprovado.

Contas nacionais e estatísticas de preços

3. São produzidas estimativas oficiais para o PIB anualmente e, em geral, apenas por sector, sem desagregação por indústria; o sector público está sub-representado. O PIB anual a preços constantes é estimado aos preços de 2002. Não se produzem estimativas do PIB por tipo de despesa. Com a excepção da produção petrolífera, os dados sectoriais são calculados usando indicadores com ponderações baseadas em inquéritos incompletos realizados, no máximo, até 2001. A falta de repartições de estatística nas províncias constribe significativamente a cobertura dos dados. O IPC se baseia num cabaz de bens e serviços cujos preços são recolhidos em Luanda. A cobertura geográfica da recolha de preços foi estendida a mais cinco províncias e desde 2005 está-se a compilar um índice trimestral não oficial, mas a missão do STA de Setembro de 2006 sobre o IPC concluiu que estes dados não eram suficientemente fiáveis para serem publicados. As ponderações do IPC foram revistas em Janeiro de 2002, com base num inquérito aos agregados familiares realizado em 2001. Os dados do IPC são produzidos a cada mês, normalmente com um desfasamento de duas semanas. Não existe índice de preços por grosso ou no produtor.

Estatísticas monetárias e financeiras

4. Os dados do inquérito às sociedades de depósitos e do balanço do banco central são atempados, mas se baseiam em formulários obsoletos. Existem deficiências na prestação de informações sobre as reservas cambiais e preocupações sobre a qualidade e actualidade das informações de alguns bancos comerciais. Em Março de 2006, uma missão do STA auxiliou as autoridades a começar a compilar estatísticas monetárias mensais e a utilizar os novos formulários-padrão de reporte de dados (SRF). A missão fez várias recomendações com vistas à melhoria das estatísticas monetárias e ao preenchimento dos formulários, inclusive no que respeita à classificação das obrigações e títulos do Tesouro e dos bilhetes do banco central

detidos pelos bancos comerciais e à avaliação das contas expressas em moedas estrangeiras. Outras prioridades são melhorar os procedimentos contabilísticos nos bancos estatais e reforçar os controlos internos do BNA, especialmente com respeito às operações externas. A implementação das recomendações da missão foi parcial, mas houve progressos na elaboração de um novo plano de contas para as outras sociedades de depósitos, que deverá ser aplicado em breve.

5. Uma missão de seguimento em Maio de 2007 auxiliou o BNA a finalizar o SRF para o banco central, mas ainda é preciso concluir o SRF para as outras sociedades de depósitos. A missão também focalizou a coerência intersectorial das estatísticas das finanças públicas e da balança de pagamentos, e ministrou formação prática. Assim que for estabelecido o vínculo entre os formulários SRF e os novos dados contabilísticos sobre as outras sociedades de depósitos, o SRF será utilizado para derivar uma base de dados monetários integrada para atender as necessidades do BNA, bem como as do AFR e STA.

Estatísticas das finanças públicas

6. É preciso melhorar a actualidade e qualidade das estatísticas das finanças públicas. Os relatórios de execução do orçamento reflectem as obrigações com pagamentos de impostos conforme estimadas no orçamento (base orçamental) e não conforme as receitas arrecadadas (base de caixa); as despesas reflectem apenas as despesas em base de caixa e não as despesas em base de compromissos. A cobertura e fiabilidade dos dados do sistema de gestão de informações (SIGFE) ainda é limitada, e os dados são objecto de revisões. As contas públicas mensais tendem a recorrer a estimativas baseadas no orçamento e não a números efectivos da sua execução. O Ministério das Finanças não reporta um número significativo de séries de dados das finanças públicas para publicação no anuário *GFS* ou em *International Financial Statistics*.

Estatísticas do sector externo

7. A balança de pagamentos e a posição de investimento internacional (PII) são compiladas em conformidade com as recomendações da quinta edição do *Manual da Balança de Pagamentos* do FMI (*BPM5*). Estas estatísticas são compiladas e divulgadas em base anual, com um desfasamento de nove meses em relação ao período de referência. Uma missão de assistência técnica na área de estatísticas do sector externo, realizada em Julho de 2010, observou que um pequeno número de recomendações da missão anterior haviam sido implementadas e que haviam sido feitos poucos progressos no fortalecimento do trabalho de compilação. Observou também que as unidades técnicas não contam com um número suficiente de funcionários e que as empresas residentes não cumprem todas as exigências de reporte de dados. Foi realizado um exame minucioso da balança de pagamentos e da PII de 2008 e 2009. Em comparação à missão anterior, houve melhorias no rigor metodológico da classificação das transacções da balança de pagamentos, mas também foram detectadas algumas inconsistências, sobretudo na classificação de transacções que envolvem atrasados e DSE. A PII apresenta grandes inconsistências em relação ao demonstrativo da balança de pagamentos e da dívida externa. Uma das principais deficiências ainda é a cobertura e actualidade dos dados de base. O desenvolvimento do SIOBE, o sistema de comunicação de transacções internacionais do BNA, foi interrompido devido à falta de pessoal e às incertezas quanto à sua possível substituição por um outro sistema que está a ser desenvolvido pelo BNA.

8. A missão também observou que a continuidade das melhorias na qualidade das estatísticas dependerá dos seguintes factores: 1) aumento da taxa de resposta aos inquéritos, inclusive através da adopção de medidas administrativas para coibir o incumprimento da obrigação de prestar informações; 2) implementação de ferramentas e mecanismos para a organização, análise e validação dos dados do SIOBE; 3) cumprimento dos compromissos assumidos nos acordos firmados com o Instituto Nacional de Estatística e com o Ministério das Finanças no que respeita ao acesso às bases de dados destes órgãos; e 4) integração de novos dados de base.

Angola: Tabela dos Indicadores Mais Comuns Exigidos para fins de Supervisão

(Em 26 de Setembro de 2011)

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁵	Frequência do reporte ⁵	Frequência da publicação ⁵
Taxas de câmbio	Jul. 2011	Jul. 2011	D	D	D
Activos e passivos de reserva internacionais da autoridade monetária ¹	Nov. 2010	Dez. 2010	S	M	M
Reserva/base monetária	Nov. 2010	Dez. 2010	S	M	M
Agregados da moeda em sentido amplo	Out. 2010	Dez. 2010	M	M	M
Balanço do banco central	Nov. 2010	Dez. 2010	S	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Out. 2010	Dez. 2010	M	M	M
Taxas de juro	Set. 2010	Dez. 2010	M	M	M
Índice de Preços no Consumidor	Jul. 2011	Set. 2011	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ² – governo geral ³	Jun. 2011	Ago. 2011	T	T	T
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ² – governo central	Jun. 2011	Ago. 2011	T	T	T
Dívida contraída e garantida pelo governo central ⁴	Jun. 2011	Ago. 2011	T	T	T
Balança de transacções correntes externas	2009	Jun. 2010	A	A	A
Exportações e importações de bens e serviços	2009	Jun. 2010	A	A	A
PIB/PNB	2010	Jun. 2011	A	A	A
Dívida externa bruta	Set. 2010	Nov. 2010	M	T	M
Posição de investimento internacional ⁶	2009	Jun. 2010	A	I	A

¹ Inclui os activos de reserva dados em garantia ou penhorados, bem como as posições derivadas líquidas.

² Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

³ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extra-orçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁴ Composição por moeda e por vencimento.

⁵ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).

⁶ Inclui as posições em activos e passivos financeiros externos brutos com não residentes.



Comunicado de Imprensa n.º 11/405 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
9 de Novembro de 2011

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a quinta avaliação no âmbito do Acordo Stand-by com Angola e aprova o desembolso de USD 134,8 milhões

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a quinta avaliação do desempenho económico de Angola no âmbito de um programa apoiado pelo Acordo Stand-by. A decisão do Conselho permite o desembolso imediato de um montante equivalente a DSE 85,9 milhões (cerca de USD 134,8 milhões), perfazendo um total equivalente a DSE 773,01 milhões (cerca de USD 1,21 mil milhões) em desembolsos no âmbito deste acordo.

Ao concluir a avaliação do programa, o Conselho de Administração concedeu uma dispensa da aplicação de critérios de desempenho relativos ao final de Setembro de 2011. O Conselho de Administração também aprovou a modificação dos critérios de desempenho quantitativos para o final de Setembro de 2011 relativamente à acumulação de reservas, aos activos internos líquidos do BNA e ao crédito líquido do sistema bancário ao governo.

O Acordo Stand-by com Angola, no montante de DSE 858,9 milhões (ou 300 por cento da quota do país) e com duração de 27 meses, foi aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em 23 de Novembro de 2009 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 09/425](#)).

O Sr. Naoyuki Shinohara, Subdirector-Geral e Presidente em Exercício do Conselho de Administração, fez o seguinte pronunciamento ao término das discussões sobre Angola:

“Há que se louvar as autoridades angolanas pelo forte desempenho do país no âmbito do programa de estabilização e reformas apoiado pelo FMI. Os gastos foram contidos e a execução orçamental foi reforçada. Beneficiado pela subida dos preços do petróleo, o ajustamento fiscal sustentado impulsionou a acumulação de reservas, a estabilidade da taxa de câmbio e o declínio da inflação. Ao concluir a regularização do grande estoque de pagamentos em atraso relativos a 2008/09, as autoridades cumpriram um dos principais objectivos do programa.

A boa gestão financeira pública e a transparência continuarão a receber atenção prioritária. O governo intensificou a monitorização das transferências de receitas petrolíferas para o

orçamento e está a trabalhar para reduzir o grande volume de resíduos nas contas fiscais e limitar as operações para-fiscais da empresa petrolífera estatal, Sonangol. O governo está a produzir relatórios trimestrais de execução orçamental e a Sonangol está a publicar demonstrações financeiras auditadas. O banco central está a promover melhorias no seu sistema de controlos internos e anunciou a conclusão da auditoria das demonstrações financeiras de 2010. O cenário fiscal de médio prazo ajudará a proteger os gastos prioritários das flutuações nos preços dos petróleo.

Houve avanços consideráveis no desenvolvimento do sector financeiro. O êxito do programa de desdolarização dependerá da aplicação sustentada de políticas macroeconómicas sólidas, do prosseguimento dos progressos no combate à inflação e dos esforços para desenvolver mercados de capitais e instrumentos de poupança.

O Conselho de Administração também examinou um relatório da Directora-Geral sobre uma revisão em alta dos dados das receitas petrolíferas relativos do final de 2009, revisão esta que resultou numa compra improcedente ao abrigo do Acordo Stand-by em 2010 e no incumprimento das obrigações de que trata a secção 5 do Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI. Tendo em vista as medidas correctivas tomadas pelas autoridades, bem como os esforços redobrados para garantir a transferência atempada das receitas petrolíferas para o orçamento, o Conselho de Administração concordou em conceder uma dispensa pelo não cumprimento da condição respeitante à exactidão das informações transmitidas por Angola, assentando que nenhuma outra medida será necessária”, concluiu o Sr. Shinohara.

Declaração do Moeketsi Majoro, Director Executivo para Angola

9 de Novembro de 2011

As autoridades angolanas agradecem a avaliação feita pelo corpo técnico do FMI e aproveitam a oportunidade para manifestar a sua gratidão ao Fundo pela sua preciosa colaboração e apoio político. Em sua opinião, o actual Acordo Stand-By continua a constituir um útil instrumento, que ajuda o país e formular políticas macroeconómicas resilientes. Apesar dos severos impactos sofridos, Angola está a resistir bastante bem à crise económica e financeira global e a ter um bom desempenho no âmbito do programa.

Relatório sobre compra impropriedade

Por ocasião da missão do corpo técnico do FMI para a primeira avaliação, em Março de 2010, as autoridades angolanas forneceram ao corpo técnico do Fundo e apresentaram subsequentemente ao Conselho de Administração o que acreditavam ser as mais rigorosas e actualizadas informações disponíveis sobre as receitas do petróleo recebidas no exercício de 2009. A informação subjacente à revisão por si efectuada das receitas do petróleo de 2009, no montante de Kz 284,4 mil milhões, foi posta à disposição do departamento competente do Ministério das Finanças responsável pela compilação das estatísticas de finanças públicas (Gabinete de Estudos e Relações Internacionais) após a conclusão da primeira avaliação e na altura do encerramento das contas financeiras relativas a 2009, em Outubro de 2010. Devido ao facto de o total das receitas pagas pelas companhias petrolíferas ser inferior ao total das receitas do petróleo devidas registadas pela Direcção dos Impostos, as autoridades do meu país não se aperceberam de que outras companhias petrolíferas já tinham feito pagamentos que excediam os montantes declarados como sendo por elas devidos. O fornecimento de dados inexactos foi inadvertido e resultou de disposições institucionais obsoletas, da demora na disponibilização de dados actualizados sobre as receitas e de restrições de pessoal no departamento competente.

A fim de fazer face a estas dificuldades, estão a ser tomadas medidas para reforçar os sistemas de monitorização e apresentação de relatórios, inclusivamente em matéria de receitas do petróleo. Para além da criação de um grupo interinstitucional de alto nível, que garantirá, nomeadamente, a reconciliação entre os dados orçamentais e os pagamentos regulares dos montantes a receber da Sonangol, a companhia petrolífera do Estado, as autoridades tomaram medidas para reduzir o lapso de tempo entre o fim do ano fiscal e o encerramento das contas do orçamento, para colocar pessoal adequado nos domínios relevantes e para melhorar o Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado. A fim de evitar a recorrência de lacunas nos dados relativos às receitas do petróleo, a Direcção Nacional dos Impostos irá cotejar activamente informações, numa base mensal e de modo atempado, por forma a assegurar que os dados referentes às receitas do petróleo declarados e recebidos da Sonangol e de outras companhias petrolíferas estejam actualizados e sejam apresentados regularmente aos serviços competentes do Ministério das Finanças. As autoridades angolanas estão também a recrutar novos funcionários, que ficarão afectos à elaboração das estatísticas das finanças públicas e, em particular, à compilação dos fluxos de receitas do petróleo.

Neste contexto, as autoridades estão empenhadas em resolver rapidamente as discrepâncias existentes entre as estatísticas nacionais e o *Manual de Estatísticas de Finanças Públicas (GFSM 2001)*, com o

objectivo de as compatibilizar com as melhores práticas internacionais. Tencionam também melhorar as normas contabilísticas nacionais por intermédio das normas contabilísticas internacionais para o sector público (IPSAS) seguindo as normas do sistema de contabilidade de exercício (*accrual accounting*). Saúdam a sugestão do corpo técnico do FMI de enviar uma missão do Departamento de Estatística do Fundo o mais rapidamente possível, para avaliar os progressos realizados na implementação das recomendações da última missão de assistência técnica, e tencionam aproveitar o AFRITAC Sul recentemente inaugurado para beneficiar de AT adicional. É contra este pano de fundo que as autoridades do meu país solicitam uma dispensa pelo não cumprimento dos critérios de desempenho no que se refere à compra improcedente.

Os atrasados internos de 2008-2009

Apesar do ambiente económico difícil, as autoridades angolanas concluíram com êxito, em Agosto de 2011, o processo de validação e liquidação dos atrasados referentes ao Programa de Investimento Público (PIP) de 2008-2009. Tratava-se de um objectivo-chave do Acordo Stand-By, que foi realizado cinco meses depois do prazo previsto, devido a um moroso exercício de validação para verificar a autenticidade das facturas dos fornecedores. Na sequência da compilação do relatório de verificação, em Fevereiro de 2011, foram identificadas mais algumas pequenas quantias em atraso no respeitante a 2008-2009, quer devido a erros de processamento, quer por não terem sido incluídas no orçamento. Uma parte delas já foi paga e foram tomadas disposições quanto às restantes.

Execução do Programa

Houve um bom desempenho na execução do programa, tendo sido observados todos os critérios de desempenho quantitativos estabelecidos para o final de Março de 2011. Todas as metas indicativas previstas para o final de Março foram atingidas, com uma única excepção, havendo fortes indícios de que todas as metas indicativas fixadas para o final de Junho foram igualmente alcançadas. A meta indicativa para a despesa no domínio social, relacionada com a alocação de 30% da totalidade do orçamento a despesas prioritárias, não foi atingida por pouco, devido a questões operacionais. O desempenho no tocante às medidas de reforma estrutural também foi muito bom, tendo alguns marcos sido atingidos antes do prazo. Registaram-se, no entanto, atrasos na implementação de alguns objectivos. A data prevista para a aprovação de uma estratégia de gestão da dívida foi transferida de Março de 2011 para Novembro de 2011, a fim de permitir a formação do pessoal e satisfazer outras pré-condições logísticas.

As autoridades propõem também uma modificação dos critérios de desempenho quantitativos em matéria de acumulação de reservas, dos activos internos líquidos do BNA e de crédito líquido do sistema bancário ao governo, a fim de acomodar o sobredesempenho das reservas internacionais líquidas no final de 2010 e um aumento no financiamento dos programas sociais e de infra-estruturas. Em resultado do bom desempenho do programa, as autoridades do meu país solicitam a conclusão da quinta avaliação no âmbito do Acordo Stand-By e uma dispensa da aplicabilidade dos critérios de desempenho, bem como a modificação desses mesmos critérios.

Evolução económica recente

Angola está a beneficiar de um forte crescimento económico, com bases amplas, que está a abrir uma série de oportunidades através de melhorias no ambiente de negócios, da diversificação económica e

do investimento em sectores não petrolíferos, especialmente na agricultura, comércio, construção, energia, água, transportes, turismo, e serviços bancários e financeiros. O crescimento do PIB real em 2011 será lento, devido a problemas operacionais e de manutenção nos campos de petróleo durante os dois primeiros trimestres do ano, mas prevê-se que acelere para 12,8% em 2012 e que se mantenha elevado daí em diante. Uma implementação prudente da política monetária por parte do Banco Nacional de Angola está a fazer baixar a inflação, e a taxa de câmbio do kwanza estabilizou-se. A situação da conta corrente continua a fortalecer-se devido, em parte, ao melhor desempenho das exportações, dando origem a um aumento das reservas internacionais para mais de USD 23 mil milhões no final de Setembro de 2011, o que equivale a cerca de seis meses de importações. As autoridades adoptaram em 2011 uma âncora fiscal para o deficit primário não petrolífero e estão em marcha reformas do regime fiscal destinadas a alargar a base de tributação. No âmbito da implementação do programa de investimento público nos sectores económico e social para 2011-2012, as minhas autoridades continuam a aumentar gradualmente as parcelas da despesa em programas do sector social e infra-estruturas económicas, com o objectivo de reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida dos mais vulneráveis.

Perspectivas monetárias e financeiras

A política monetária evoluiu no sentido de uma posição mais neutra do que a adoptada em 2010, quando foram tomadas medidas de política mais severas para contrariar os efeitos das crises globais de 2008-2009. Apesar da persistência de algumas restrições estruturais ao aumento da oferta de bens e serviços na economia, a inflação tem vindo a mostrar tendência para decrescer desde Novembro de 2010. A inflação mensal em Setembro foi de 7,67% e a inflação homóloga desacelerou para 11,91% no final de Setembro de 2011. O BNA acredita que vai conseguir a meta de 12% no final de Dezembro. Registou-se uma melhoria da coordenação entre o Tesouro e o BNA no que se refere à gestão da liquidez e da tesouraria. Actualmente o BNA gere a liquidez principalmente através da emissão de títulos do Banco Central com maturidades a curto prazo, enquanto o Governo usa títulos do Tesouro com maturidades a mais longo prazo para financiar o orçamento. O crédito global à economia cresceu 20% em relação ao ano anterior. As autoridades do meu país estão quase a concluir o FSAP e estão empenhadas na implementação atempada das suas recomendações. Estão a monitorizar cuidadosamente a sua exposição ao sistema financeiro externo, especialmente ao desenrolar dos acontecimentos em Portugal, e estão desejosas de usar os resultados dos testes de stress dos bancos para melhorar a saúde do sistema financeiro angolano.

Reformas estruturais

As autoridades angolanas estão plenamente conscientes de que a estabilização macroeconómica por si só não conduzirá à retoma do crescimento e reconhecem que é necessária uma reorientação fundamental da economia para fomentar a actividade do sector privado e o investimento interno. Para este efeito, a linha mestra das políticas estruturais durante o programa consiste em aumentar mais significativamente a qualidade da despesa pública e melhorar a gestão do ciclo de projectos. Neste contexto, foi criada no Ministério das Finanças uma unidade de gestão da dívida, enquanto no Ministério do Planeamento foi instalada uma unidade de gestão de projectos com o apoio do Banco de Desenvolvimento Africano. Estão também empenhadas em implementar a descentralização do programa de finanças públicas, dando oportunidade para os novos sistemas sejam controlados ao nível

local. Estes elementos, juntamente com melhorias no regime fiscal e parcerias público-privadas (PPP), deverão contribuir para assegurar uma melhor governação económica. Estão a ser desenvolvidos esforços para simplificar o registo de empresas e reduzir drasticamente a participação do sector informal na actividade económica em geral. Numa tentativa para aumentar mais a transparência, a Sonangol continuará a publicar no seu *website* as contas da empresa, depois de submetidas a auditoria. Já publicou as contas de 2010 antes do previsto, em Setembro de 2011. Outras reformas estruturais incluirão a criação de mercados de trabalho mais eficientes através do aumento da flexibilidade dos salários e de medidas conducentes ao emprego dos jovens, da implementação de programas de agronegócios e da ampliação e aprofundamento da reestruturação do sector energético.

Os desafios para o futuro

Embora Angola tenha dado grandes passos, os desafios mantêm-se, enquanto se procura um consenso a nível nacional quanto à natureza das reformas. As autoridades do meu país estão conscientes de que será necessário manter a vigilância para impedir a recorrência da acumulação de atrasados de pagamentos internos, continuar a controlar a cabimentação de despesas e acompanhar desenvolvimentos a nível das receitas que possam justificar medidas de compensação. Reconhecem igualmente que será importante manter o processo de diversificação económica em curso, impulsionar o crescimento fora do sector petrolífero e criar empregos. As autoridades angolanas gostariam de reiterar que continuam empenhadas na colaboração com o Fundo e na implementação de políticas económicas sólidas.